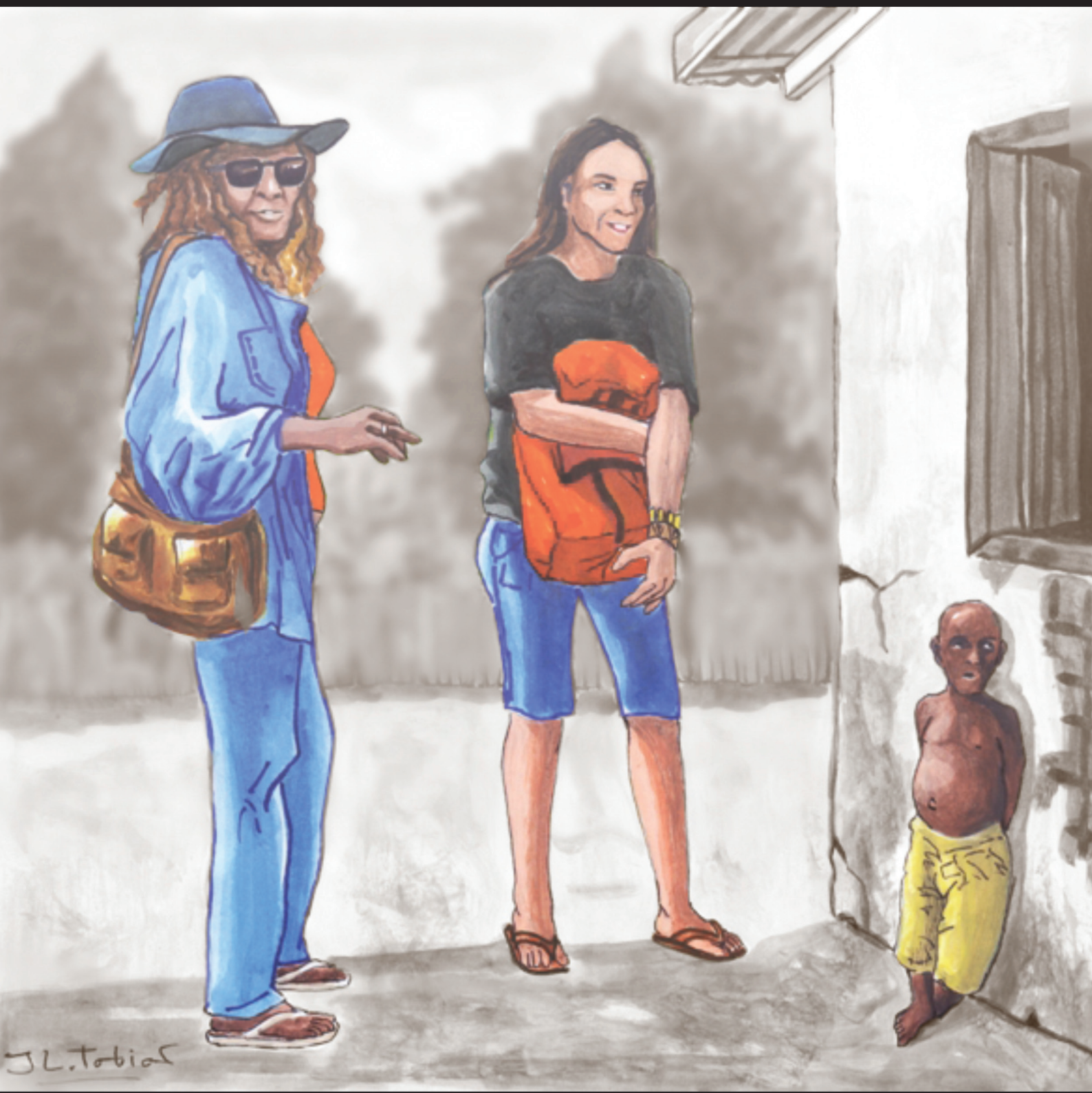


QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS

PROJETO APLICABILIDADE DA LEI 10.639/2003 NA PRÁTICA PEDAGÓGICA
PRODOCÊNCIA – CAPES/IFPA





Educação para Relações



PROGRAMA PRODOCÊNCIA
PROJETO APLICABILIDADE DA LEI 10.639/2003 NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ - IFPA
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO - PROEXT
Diretoria de Extensão e Integração Instituto Empresa - DIREI
NÚCLEO DE ESTUDOS AFROBRASILEIROS – NEAB – IFPA

BELÉM-PA
2009

JL. Tobias

Q5 Questões étnico-raciais: aplicabilidade da lei n. 10.639/2003 na prática pedagógica/HelenadoSocorroCamposdaRocha,organizadora. Jorge Luiz Tobias Correa, ilustrador. — Belém : IFPA, 2009.

150 p.; il.

ISBN 978-85-62855-15-3

1. Educação étnico-racial. 2. Étnico-racial – Estudo e Ensino. 3. Lei n. 10.639/2003. I. Rocha, Helena do Socorro Campos da. II. Correa, Jorge Tobias. III.Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. IV. Série.

CDD: 371.829

Reitoria

Edson Ary de Oliveira Fontes

Pró-Reitoria de Extensão - PROEXT

Darlindo Maria Pereira Veloso Filho

Diretoria de Extensão e Integração Instituto Empresa - DIREI

Antonio Roberto de Oliveira

Coordenação do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros - NEAB - IFPA

Helena do S. C. da Rocha

Coordenação do PRODOCÊNCIA IFPA/CAPES

Helena do S. C. da Rocha

Coordenação Executiva do PRODOCÊNCIA - IFPA

Vera Lúcia Martins Figueiredo

Equipe de Elaboração do Material Paradidático

Concepção

Helena do S. C. da Rocha

Vera Lúcia Martins Figueiredo

Organização

Helena do S. C. da Rocha

Professores Conteudistas

Helena do S. C. da Rocha

Sidclay Santos Furtado

André Luiz Silva da Silva

Vivian Jacqueline Lima Viana

Everson Carlos Nascimento Oliveira

Ilustração

Jorge Luiz Tobias Correa

Designer Gráfico

José Stélio Rodrigues Malcher Junior

Márcio Willer Brígido Ferreira

Revisão Gramatical

Tatiane da Silva Gonçalves

Revisão Metodológica

Elizabeth Rayol Lopes

APRESENTAÇÃO

Caro(a) leitor (a),

Através do PRODOCÊNCIA (PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO DAS LICENCIATURAS), em parceria com a CAPES, este Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA, avança nas políticas de ações afirmativas em seu bojo e, mais especificamente, no trato das questões étnico raciais, através do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros - NEAB e como mais uma ação na implementação da Lei nº 10.639/2003 e do recente **PLANO NACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ETNICORACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E AFRICANA**.

De nossa parte nos apresentamos como um grupo de professores, pesquisadores e alunos que fazem parte das ações do NEAB no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, campus Belém, cuja preocupação fundamental é contribuir para a implementação da Lei nº 10.639/2003 a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino da História e cultura afrobrasileira e africana, a partir de seus aportes legais.

A Resolução nº. 1 de 17/06/2004 institui:

Art. 1. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas instituições de ensino que atuam nos níveis e modalidades da educação brasileira e, em especial, por instituições que desenvolvem programa de formação inicial e continuada de professores.

Preconiza a Resolução que as Instituições de Ensino Superior deverão incluir nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, assim como o tratamento das questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes em consonância com o Parecer CNE/CP 003/2004 e vem dispor que o cumprimento por parte dessas diretrizes será considerado na avaliação das condições de funcionamento das Instituições de Ensino Superior, e isto vem ser um fator que deve ser bastante relevante para estes Estabelecimentos quando da obtenção de autorizações e reconhecimentos de seus Cursos e na manutenção do *status* da entidade.

As Diretrizes Curriculares defendem o pressuposto de que é papel da escola desconstruir a representação de que o afrodescendente tem como único atributo a descendência escrava, subalterna ou dominada. E de acordo com os PCNs, a escola é esse *locus* privilegiado para a promoção da igualdade e eliminação de toda forma de discriminação e racismo.

Nesse sentido, o IFPA introduziu na matriz curricular dos cursos de Licenciatura, a disciplina Educação para as Relações Étnico-raciais com carga horária de 40h, que foi ofertada aos ingressantes do processo seletivo vestibular 2007 e está em seu segundo ano com resultados altamente positivos, pois partimos do pressuposto que o reconhecimento das discriminações por que passam os negros em uma sociedade hierarquizada e desigual, seja por palavras e atitudes negativas, seja pelo contexto em que a sociedade brasileira se apresenta hoje, é o primeiro passo para o rompimento com posturas impositivas do mito de que vivemos em uma democracia racial. No âmbito escolar, esse mito traduz-se na formação docente - tanto na educação superior como no espaço das redes de ensino - geralmente pautadas em um silêncio acerca de questões relativas à diversidade étnico-racial e à afirmação da cultura afro-brasileira. Essa lacuna na formação tanto inicial, quanto na continuada do professor, inviabiliza as possibilidades de abordagem pedagógica da questão racial, assim como o enfrentamento de situações de racismo na escola.

Dessa forma, a instituição, como forma de dar continuidade a esse processo na formação de professores, abarca o PRODOCÊNCIA com o Projeto **APLICABILIDADE DA LEI 10.639/2003 NA PRÁTICA PEDAGÓGICA** visando, de forma geral, reconhecer a importância de legislação que trata das relações Étnico-Raciais e contextualizá-los nas do Ensino Médio, nas escolas públicas, através de conteúdos complementares ministrados pelos acadêmicos em formação, cumprindo carga horária do Estágio Supervisionado e estabelecer articulação entre a Instituição Formadora (IFPA) e as Escolas Campo de Estágio (Escolas Públicas) para viabilizar o espaço pedagógico que permita acesso dos acadêmicos para o desenvolvimento dos conteúdos complementares em Relação Étnico-Raciais.

De forma específica, busca incentivar os acadêmicos a acessibilidade e aplicabilidade da legislação para as relações étnico-raciais; aproximar a prática pedagogia do estágio supervisionado com a aplicabilidade da Lei 10.639 e contribuir com as Escolas Públicas na construção de um currículo multidisciplinar.

A proposta estimula a dinâmica dos objetivos propostos para alcance dos resultados esperados: No nível do Ensino Básico espera-se o interesse em continuar contribuindo no processo de ensino-aprendizagem; Em relação aos acadêmicos espera-se a consolidação de sua formação inicial com o tema da Diversidade e das questões étnico-raciais; Em relação aos professores supervisores de estágio espera-se a consolidação da prática pedagógica; Em relação à melhoria dos projetos pedagógicos dos cursos, espera-se a consolidação da legislação para proporcionar e aprofundar os estudos das Diversidades e das Relações étnico-raciais, através das pesquisas de campo e bibliográficas.

As ações do projeto deverão proporcionar uma integração mais abrangente entre a comunidade acadêmica e a sociedade relevando a aplicabilidade da lei 10.639 como aspecto obrigatório para a composição dos currículos escolares.

Nesse bojo, a Instituição, através do NEAB apresenta ao leitor o material paradidático construído por docentes da instituição e egressos dos cursos de Licenciatura e do Curso de Especialização em Educação para Relações Étnico-Raciais como produto de um estudo de quatro anos de tentativas de aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003 no espaço da sala de aula, mais especificamente aos Cursos de Formação de Professores a fim de que, na prática Pedagógica, aqui denominada de Vivência na Prática Educativa, sejam utilizados estes materiais no sentido de fortalecer o Estudo das Relações Étnico-raciais no fazer do futuro docente.

a) Coordenação;

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender; e, se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.”

NÉLSON MANDELA

SUMÁRIO

UNIDADE 1 – CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Página13

UNIDADE 2 - O CONTEXTO HISTÓRICO DO CONTINENTE AFRICANO

Página49

UNIDADE 3 - A FORMAÇÃO DOS QUILOMBOS

Página75

UNIDADE 4 - A INCLUSÃO DO NEGRO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Página95

UNIDADE 5 - O NEGRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Página113

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)”

“Art. 79-A. (VETADO)”

“Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

ESCLARECENDO CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Para a compreensão acerca dos conteúdos trabalhados, faz-se necessário o esclarecimento de conceitos fundamentais que trataremos de forma a facilitar o entendimento das questões étnico-raciais.

AÇÕES AFIRMATIVAS:

Podem ser entendidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (GOMES, 2003)¹

Em síntese, trata-se de políticas e de mecanismos de inclusão concebidos por entidades públicas, privadas e por órgãos dotados de competência jurisdicional, com vistas à concretização de um objetivo constitucional universalmente reconhecido – o da efetiva igualdade de oportunidades a que todos os seres humanos têm direito. (GOMES, 2003)

AFRODESCENDENTE:

Indivíduo que se autodenomina como tal, ou descende de ancestrais africanos em substituição ou como alternativa ao etnônimo Negro. Aquele que se vê, se sente e se percebe, em primeiro lugar, como um descendente de africanos.

DIÁSPORA:

A definição do conceito diáspora, segundo o *Dicionário de relações étnicas e raciais*², vem dos antigos termos gregos *dia* (através, por meio de) e *speirō* (dispersão, disseminar ou dispersar). Entretanto, segundo o mesmo dicionário, a palavra vem sendo usada através da História com outras conotações, principalmente no sentido negativo, como é o caso da experiência judaica, da qual se originou a comparação com os povos africanos e sua dispersão pelo mundo.

Na *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*³, encontramos, além da definição já citada, uma outra: “o termo Diáspora serve também para designar, por extensão de sentido, os descendentes de africanos nas Américas e na Europa e o rico patrimônio cultural que construíram” (2004, p. 236).

DISCRIMINAÇÃO RACIAL

Entende-se por discriminação racial qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência em função da raça, cor, ascendência, origem nacional ou étnica, que tenha por objetivo ou produza como resultado a anulação ou restrição do reconhecimento, fruição ou exercício, em condições de igualdade, de direitos, liberdades e garantias ou de direitos econômicos, sociais e culturais.

1 GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. As Ações Afirmativas e os Processos de Promoção da Igualdade Efetiva. In: **Seminário Internacional: as Minorias e o Direito**. Brasília: CJP, 2003.

2 CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000.

3 LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

ETNIA

Segundo D'Adesky¹ (2001, p.191) etnia é um grupo cujos membros possuem, segundo seus próprios olhos e ante os demais, uma identidade distinta, enraizada na consciência de uma história ou de uma origem comum, simbolizada por uma herança cultural comum que caracteriza uma contribuição ou uma corrente diferenciada de nação (...) baseada em dados objetivos, como uma língua, raça ou religião comum, por vezes um território comum, atual ou passado, ou ainda, na ausência deste, redes de instituições e associações, embora alguns desses dados possam faltar.

ETNOCENTRISMO

A definição clássica de etnocentrismo é considerar a própria cultura ou civilização como superior ou, no limite, a única válida.

É uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. No plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensarmos a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medo, hostilidade, etc.

ESTEREÓTIPO

Este conceito provém das palavras gregas *stereòs* = rígido e *túpos* = impressão. Mazzara (1999)² aponta como características da estereotipia a simplificação das características que um povo cultiva sobre outro, resultando com alguma frequência na cristalização de preconceitos.

É um conjunto de características presumidamente partilhadas por todos os membros de uma categoria social. É um esquema simplista, mas mantido de maneira muito intensa e que não se baseia necessariamente em muita experiência direta. Pode envolver praticamente qualquer aspecto distintivo de uma pessoa – idade, raça, sexo, profissão, local de residência ou grupo ao qual é associada.

O estereótipo cultural não é neutro. É uma projeção que fazemos sobre o outro. Em boa medida é um juízo de valor. A estereotipia está carregada de sentidos, de tradição. É um rótulo que condiciona o olhar antes mesmo que possamos ver algo.

IDENTIDADE

O conceito de identidade tem sido muito discutido ao longo do tempo e, portanto, abriga diversas versões de cunho psicológico, filosófico, antropológico ou sociológico. A identidade é construída socialmente e desenha escolhas políticas de grupos humanos.

A identidade vai se reconstruindo e reconfigurando ao longo do processo histórico. Não se pode entendê-la como algo dado, definido plenamente desde o início da história de um povo.

Nesse bojo, para Hall³, o fato de projetarmos a “nós próprios” nas identidades culturais, enquanto internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para vincular nossos sentimentos subjetivos aos lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural.

1 D'ADESKY, J. **Pluralismo étnico e multiculturalismo**: racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

2 MAZZARA, Bruno M. **Estereótipos y Prejuicios**. 1ª ed. Madrid: Acento Editorial, 1999.

3 HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Org. Liv Sovik. Trad. Adelaine La Guardiã Resende... (et al). Belo horizonte: Editora UFMG, Brasília: representação da UNESCO no Brasil, 2003.

PRECONCEITO

Segundo Houaiss ¹o preconceito significa uma idéia preconcebida, um julgamento sedimentado por um grupo dominante, ou seja, um controle de alguém que detém determinado poder.

Para Nogueira² preconceito racial é uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece.

Considera-se preconceito, segundo Falcão et al.³ (2004, p. 631) “(...) o preconceito moderno nunca é consciente e proposital e manifesta-se de uma maneira mais sutil, como, por exemplo, por meio de preferências pelo que é conhecido, semelhante e satisfatório”.

RAÇA

Sabe-se que a ciência jamais conseguiu provar que características fenóticas permitam a classificação da espécie humana em diferentes raças. Vemos em Cunha Jr. (2005, p.252)⁴ que na esfera da ciência e da cultura o conceito de raça deveria ser totalmente abolido “dados os equívocos e malefícios causados pelas teorias raciais, que redundaram em racismo”.

E, como aponta Hall⁵, “ ‘raça’ é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo.

Para Guimarães⁶ (1999, 2002, 2003), “raça” é um construto social e que deve continuar sendo utilizado tanto pela academia como pelo Movimento Negro; para este último, como uma espécie de bandeira reivindicatória contra injustiças historicamente praticadas contra os negros.

RACISMO

O racismo é definido como um comportamento, uma ação que é resultado da aversão, algumas vezes ódio, para com as pessoas que tem uma pertença racial que é possível observar, por meio de traços como cor da pele, tipo de cabelo, forma dos olhos, entre outras, resulta da crença da existência de raças ou tipos humanos superiores e inferiores, na tentativa de se impor como única ou verdadeira (MUNANGA & GOMES, 2006)⁷.

1 HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

2 NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco**: estudos de relações raciais. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.

3 FALCÃO, L. C. et al. Preconceito e psicologia social. **Estudos: Revista da Universidade Católica de Goiás**, v. 31, n. 4, abr. p. 617-632, 2004.

4 CUNHA JR., H. Nós, afro-descendentes: uma história africana e afro-descendente na cultura brasileira. In: ROMÃO, J. (org.) **História da Educação do Negro e Outras Histórias**. Ministério da Educação. Brasília: Secad, 2005.

5 HALL, Stuart (2003): **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. SOVIK, Liv (apresentação e org.). Belo Horizonte: UFMG/Humanitas.

6 GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. (1999): **Racismo e anti-racismo no Brasil**, São Paulo: Editora 34, Racismo e anti-racismo no Brasil, p. 37-68.

7 MUNANGA, Kabengele & GOMES Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. Coleção para entender, São Paulo: Global, 2006.

1 A CULTURA AFRO-BRASILEIRA

SIDCLAY SANTOS FURTADO





INTRODUÇÃO

Neste fascículo iremos abordar a riqueza e influência da cultura africana na formação social do Brasil. Os africanos chegaram ao Brasil meados do século XVII, onde passaram a conviver com diversos grupos sociais: portugueses, indígenas e africanos originários de diferentes regiões da África. Nesse nova realidade social e multiculturalizada, tentaram garantir a sobrevivência, estabelecendo relações com seus companheiros de cor e de origem, construindo espaços para a prática de solidariedade e recriando e adaptando sua cultura nas condições estabelecidas aqui, na nova terra. Dessa maneira, integraram as irmandades católicas, praticaram o islamismo e o candomblé e reuniram-se em batuques e capoeiras. Assim, contribuindo profundamente para a nossa cultura nacional.

APRESENTAÇÃO

O fascículo foi adaptado da obra “História e Cultura Afro-brasileira” de Regiane Augusto de Mattos, onde tentaremos discorrer sobre os diversos aspectos da cultura africana que tanto influenciou, como também enriqueceu a sociedade brasileira. Desta forma passaremos pelos aspectos da religiosidade (Islamismo, Colundu, Rituais, Candomblé, Irmandades, Umbanda), como também analisaremos as relações e comportamentos familiares, a influência dos batuques, a língua das etnias se entrelaçando a língua Portuguesa, a dança, a brincadeira da capoeira, o contexto da Abolição, as Congadas, os maracatus, o maxixe, o samba, o afoxé, os blocos de rua e por último o atual hip-hop.



ASPECTO DA RELIGIOSIDADE

ISLAMISMO

Os africanos muçulmanos chegaram em maior número no século XIX e foram enviados, em especial, para a Bahia, vindos da África Ocidental, sobretudo dos estados Haúças Kano, Zaria, Gobir e Katsina. Esses estados passaram por guerras de cunho religioso, as chamadas *jihads*, lideradas pelo grupo islâmico fulani, pelos quais foram unificados, dando origem ao Califado de Sokoto.

Os escravos que chegaram à Bahia, nessa época, eram originários dessas guerras e da política expansionista dos filanis em territórios iorubás com influência islâmica, como Nupe, Oió e Borno. Esses calvos eram embarcados, em especial nos portos do golfo do Benin e conhecidos na Bahia como nagôs. Antes disso, alguns povos islamizados como os malinkes ou mandingas já haviam desembarcado no Brasil.

Os africanos muçulmanos na Bahia eram conhecidos por malês, palavra que se aproxima de *imalê*, que quer dizer “muçulmano” em iorubá. Assim, de malês eram chamados quaisquer muçulmanos, fossem eles haúças, nagôs, tapas ou jejes.

Os malês utilizavam como símbolos de sua religião os amuletos, patuás ou bolsas de mandingas. Esses amuletos eram muito comuns na África Ocidental e considerados verdadeiros talismãs, protegendo os africanos contra ataques em guerras, viagens e espíritos do mal. No Brasil, eram feitos, em geral, de uma oração colada dentro de pequenas bolsinhas de couro. A eles podiam-se acrescentar búzios, algodão, ervas e areia.

Os malês tinham também como símbolos o abada, uma espécie de camisola grande de cor branca, provavelmente de origem haúça, utilizada na Bahia apenas nas cerimônias rituais — além de barretes (chapéus), turbantes e anéis de ferro. Organizavam-se em torno de um mestre e reuniam-se em casas de oração e estudo do Alcorão, que, na verdade, eram as residências dos participantes. Aí faziam preces, copiavam orações, aprendiam a ler e escrever em árabe.

CALUNDU

O Calundu representava a prática de curandeirismo e uso de ervas com a ajuda dos métodos de adivinhação e possessão. O termo calundu era associado à palavra “quilundo”, de origem quimbundo (língua banto), que designa a possessão de uma pessoa por um espírito. As pessoas que praticavam o calundu eram conhecidas como curandeiras. Possuíam grande influência sobre a comunidade, pois eram consideradas importantes líderes religiosos. Por isso, eram sempre perseguidas pelas autoridades locais. Na cidade de São Paulo, por exemplo, algumas africanas curandeiras eram famosas, como Maria D’Aruanda e Mãe Conga, procuradas por serem “desinquietadoras de escravos”.

Os curandeiros detinham o conhecimento de certas “técnicas medicinais”. Na realidade, elas eram uma mistura de costumes africanos, portugueses e indígenas, que consistiam, basicamente, no uso de ervas, frutos e produtos naturais fáceis de encontrar. Com isso, os curandeiros atendiam aos doentes de todas as camadas sociais, sobretudo os escravos, que possuíam poucos recursos. Além de produtos naturais, também sabiam manipular substâncias químicas, como venenos, sendo procurados pelos escravos maltratados desejosos por matar os seus proprietários ou apenas por deixá-los mais tranquilos. Nesse caso, era-lhes dado algum calmante, que os tornavam inofensivos, parecendo estar sob efeito de encanto ou feitiço. Por isso, os curandeiros eram conhecidos como feiticeiros ou bruxos.

Esses indivíduos, na sua maioria africanos, eram considerados verdadeiros líderes, na medida em que conseguiam amenizar as agruras causadas pelo sistema escravista ao “amansar” ou até mesmo matar os senhores mais cruéis, curar as doenças dos cativos, prever-lhes um futuro melhor e, enfim, propiciar apoio e solidariedade aos seus companheiros. Dessa forma, eram perseguidos e controlados pelas autoridades locais.



Por conta de suas características, pode-se afirmar que a prática do calundu ou do curandeirismo recebeu influências das tradições da África Centro-Occidental, nas quais, além dos ancestrais, outros indivíduos são dotados de caráter sagrado. É o caso dos reis, chefes, pais e os ligados à religião, como aqueles que praticam a adivinhação e o curandeirismo.

Nessas sociedades centro-ocidentais africanas, os valores positivos, como a saúde, a harmonia, a fecundidade e riqueza, eram considerados importantes. Tudo aquilo que era contrário, isto é, a doença, a infertilidade e a escravidão, resultavam de feitiçarias provocadas por pessoas mal-intencionadas, por espíritos malévolos ou esquecidos pela comunidade.

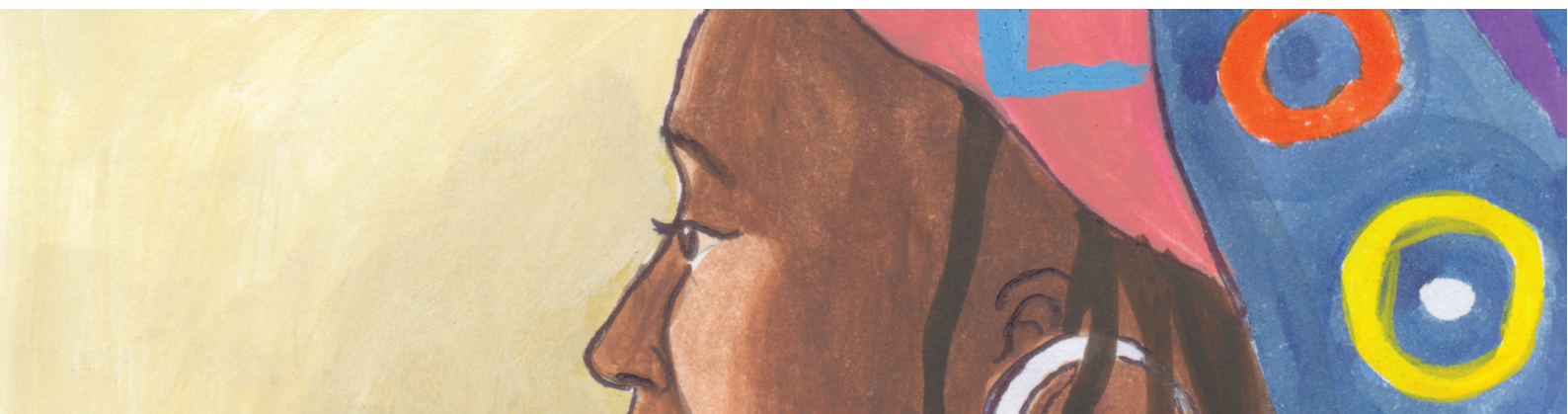
Para muitos africanos que estavam no Brasil, o calundu ou curandeirismo, além de ser uma oportunidade de expressar suas visões de mundo e crenças religiosas, era uma forma de luta e de resistência ao sistema escravista, uma tentativa de retomarem o que consideravam importante e que haviam perdido com a escravidão e a diáspora.

No conjunto de crenças africanas sobre o universo, em especial na região Centro-Occidental, era (e ainda é até hoje) atribuída uma grande importância aos espíritos dos ancestrais, pois são considerados os seres intermediários entre o homem e o Ser Supremo, criador de todo o universo. Para tanto, os ancestrais são dotados de muita energia, chamada de energia vital, adquirida e acumulada durante a sua existência na Terra. Os ancestrais foram grandes homens, que tiveram uma existência repleta de ações dignas e realizações importantes. Deixaram assim, uma lição, uma herança a ser seguida pelos seus descendentes.

Por isso, para se conseguir os valores positivos e levar uma vida com harmonia, não se poderia deixar de cultuar os seus ancestrais mortos, agradando-os com oferendas, sobretudo, aqueles que deram origem às comunidades. Ainda mais quando se acreditava que, com a morte, a energia vital poderia se dissipar. E, para que isso não ocorresse, era necessário realizar oferendas, preces e rituais fúnebres, objetivando a manutenção da energia vital mesmo depois da morte.

As oferendas e homenagens aos ancestrais eram oferecidas em lugares sagrados, em geral, no meio da natureza, debaixo de árvores, num bosque, em rios, ou mesmo em suas tumbas, nos cemitérios e altares construídos nas aldeias e nas encruzilhadas. Era muito comum oferecer alimentos e bebidas.

Além de serem cultuados e reverenciados, os mortos tinham que receber um enterro digno. Como verdadeiro rito de passagem, no qual acontece a separação física do mundo profano e a chegada do morto ao mundo sagrado dos ancestrais, os enterros deveriam ser realizados conforme as tradições, com velório, preparação do morto, sepultamento e luto.



A MORTE E OS RITUAIS FÚNEBRES

Dada essa importância aos rituais fúnebres na cultura africana, no Brasil os africanos procuraram se preparar para garantir que, no momento da morte, fosse possível dar um destino digno ao seu corpo. Nunca é demais lembrar que, diante das condições do sistema escravista, muitos cativos acabavam não recebendo um sepultamento, pois dependiam da boa vontade e das condições financeiras do proprietário, sendo, muitas vezes, abandonados nas ruas.

No Brasil, a sociedade como um todo, incluindo nesse rol os africanos libertos, deixava em testamentos as disposições religiosas, como o tipo da mortalha, o modo de acompanhamento do corpo por religiosos, o número de missas a se realizar, entre outras. Por isso era tão importante pertencer a uma irmandade, pois ela seria responsável por garantir um fim digno ao indivíduo, sobretudo aos escravos, africanos ou crioulos. Nas irmandades, os enterros eram acompanhados pelos demais irmãos com um aparato próprio, como esquife, guião, cruz e capelão. Era muito recorrente, como último desejo em vida, que o enterro fosse acompanhado também por padres, que seguiam em procissão até o lugar da sepultura. O sepultamento no interior das igrejas era um costume muito difundido, porque se acreditava que assim estaria mais próximo da salvação. Mas todos esses serviços (o acompanhamento de padres, missas e o enterro dentro das igrejas) custavam caro, e a sua realização dependia das condições financeiras do morto ou de sua família. Mesmo assim, eram muito requisitados, na medida em que garantiriam a passagem da alma para o outro mundo, não permitindo que ela ficasse vagando neste mundo.

Era costume também escolher a mortalha com que se seria sepultado. Em geral, a cor mais solicitada, por escravos e libertos, era o branco, pois representava a morte para alguns grupos africanos, como os nagôs e os jejes. Contudo, a mortalha branca tinha um valor mais baixo do que a de cor preta, talvez por esse motivo fosse escolhida pelos africanos com poder aquisitivo menor. Há ainda informações sobre negros enterrados com hábitos do santo de sua devoção.

O memorialista Leonardo Arroyo deixou, no século XIX, um relato sobre os rituais fúnebres dos africanos da irmandade de Nossa Senhora do Rosário da cidade de São Paulo:

Mas nem tudo eram festas. Havia também os cerimoniais fúnebres, tocados de reminiscências africanas e tolerados pela igreja até certo ponto. Esse certo ponto foi a vizinhança que se desenvolvia em torno da igreja. São Paulo crescia e os cidadãos que vinham morar para o largo do Rosário começaram a se inquietar com a cantoria dos negros pela noite à dentro quando morria um membro da Irmandade.

Entre os escravos e libertos africanos era muito comum realizar o sepultamento durante a noite, assim, era viável a participação dos companheiros, sobretudo escravos que trabalhavam durante o dia inteiro, no cortejo fúnebre de algum amigo ou parente. É famosa a descrição de Antonio Egidio Martins do sepultamento de um africano na Igreja de Nossa Senhora do Rosário:

À proporção que iam pondo terra sobre o cadáver, socavam este com uma grossa mão de pilão, cantando o seguinte: Zoio que tanto vê. Zi bocca que tanto falia. Zi bocca que tanto zi comeo e zi bebo. Zi cropo que tanto trabaizou. Zi perna que tanto ando. Zi pé que tanto pizou.

CANDOBLÉ

As primeiras referências ao candomblé no Brasil datam do século XIX. Em linhas gerais, esse culto resume-se na prática de oferendas aos ancestrais e no processo de iniciação dos participantes no ritual de possessão. Esses ancestrais, relacionados à fundação das principais linhagens africanas, são denominados orixás e voduns e se comunicam com os devotos por meio da possessão. Desde aquela época, esses devotos são conhecidos como pai e mãe-de-santo e precisam passar por um processo de iniciação para incorporarem os espíritos dos ancestrais.

Os candomblés na Bahia do século XIX eram liderados por libertos, embora fosse muito comum a entrada de escravos e até mesmo a ajuda àqueles que estavam fugidos. A participação de pardos, crioulos, brancos, livres, escravos, libertos, pobres e ricos era incentivada como uma estratégia para a sua sobrevivência.

Apesar de existir espaço para a participação dos vários grupos sociais e africanos de diversas origens, cada candomblé possuía características diferentes e modos diversos de professar a fé. Essa diferenciação era feita com base nas tradições religiosas de diferentes localidades africanas.

O candomblé recebeu uma maior influência das tradições religiosas da região ocidental da África, que tinham como prática o culto de imagens em pequenos altares e os sacrifícios de animais em oferendas às divindades, realizados em espaços especificamente destinados aos rituais coletivos.

Dentre essas tradições africanas ocidentais, duas, em especial, marcaram o candomblé: ajeje ou daomeana, dos cultos voduns, e a iorubá ou nagô, dos cultos dos orixás. No século XVIII quando a maior parte dos africanos desembarcados na Bahia, eram originados de Ajudá e Aladá, predominavam nesses remos o culto dos voduns. Em linhas gerais, esse culto resumia-se na prática de oferendas às divindades e aos processos de iniciação de devotos (vodúnsis), a maior parte mulheres. Essa forma de expressão religiosa era bastante complexa na África Ocidental, incluindo templos em homenagens às divindades, uma hierarquia entre os sacerdotes e rituais, como procissões e manifestações com toques de tambores. O culto aos voduns daomeanos foi importante, por exemplo, na concepção do tambor-de-mina do Maranhão.

O candomblé baseado no culto aos orixás dos povos iorubás ou nagôs foi formado na Bahia, no século XIX, quando o tráfico trouxe do continente africano um número significativo de escravos originários de várias cidades iorubás: Queto, Ijexá, Efã, entre outras. No Brasil, estas acabaram emprestando o nome aos terreiros de sua influência. Foram, sobretudo os candomblés da nação Queto, cujos rituais e divindades serviram de exemplo aos demais cultos dos orixás, que predominaram na Bahia. No entanto, os candomblés iorubás com diferentes origens expandiram-se por todo o Brasil. Em Pernambuco, por exemplo, conhecido como xangô, recebeu influência da nação egba. No Rio Grande do Sul, por sua vez, chamado de batuque, é de origem oiô-ijexá.

Existem ainda os candomblés angolas, que apesar da origem centro ocidental, cultuam os orixás, que são as divindades tipicamente iorubás. Eles influenciaram fortemente a criação da umbanda (religião baseada também no catolicismo e no espiritismo) no sudeste brasileiro, em especial no Rio de Janeiro e em São Paulo, no século XX.

Desse modo, o candomblé, além de ser uma forma de expressão religiosa, servia igualmente para marcar os espaços das diferentes “nações” africanas. Por isso, até hoje existem as diferentes “nações” do candomblé, com base na diferenciação feita entre as influências recebidas das diversas tradições africanas.





IRMANDADES RELIGIOSAS DOS HOMENS DE COR E A FESTA DE REIS E RAINHAS NEGROS

Uma outra forma de organização dos africanos, que levava em conta a “nação” a qual pertenciam, eram as irmandades religiosas. Com origem na Europa medieval, as irmandades foram criadas com dois objetivos principais: o de devoção, propagando a doutrina católica, e o de caridade, dando assistência aos associados e seus familiares.

No Brasil, foram criadas várias irmandades por quase todo o território. Para que elas existissem, era necessária uma igreja própria ou “emprestada” — nesse caso, até que a irmandade pudesse construir a sua própria igreja, ela ocupava os altares laterais de igrejas dedicadas a outros santos. Para que tivesse um estatuto legal, era preciso um Compromisso (conjunto de direitos e deveres que deveriam ser seguidos pelos associados e a relação de cargos a serem ocupados), aprovado pelas autoridades eclesiásticas e pelo rei.

Para fazer parte dessas associações, era preciso pagar um valor de entrada e outro anualmente, chamado de esmolos. Essa arrecadação era destinada aos gastos com as festas, missas pelas almas dos irmãos defuntos, sepulturas e cortejos com cruz, guião, opas, esquife e velas. A maior parte dos escravos associados precisava da ajuda dos proprietários para realizarem o pagamento da entrada e das esmolos, embora muitos conseguissem o valor necessário por meio de serviços extras ou como escravos de ganho. Também necessitavam, a fim de participarem das missas, festas e reuniões na irmandade, contar com a compreensão dos senhores para que fossem liberados dos seus trabalhos nos domingos e dias santos.

As irmandades eram divididas de acordo com a cor da pele e a condição social, existindo aquelas compostas somente por livres, outras por escravos e libertos. Havia ainda as que eram destinadas aos brancos e outras apenas aos negros. As mais ricas das associações eram a do Santíssimo Sacramento e as das Ordens Terceiras do Carmo e de São Francisco, integradas por brancos.

A origem era outro critério adotado para a composição dessas associações. Os portugueses, por exemplo, formaram as irmandades de Nossa Senhora das Angústias e da Ordem Terceira de São Domingos. Da mesma forma, havia uma diferenciação entre pardos e negros e, dentre estes últimos, a separação entre africanos e crioulos (descendentes de africanos, nascidos no Brasil). Tudo isso existia, em grande medida, porque a sociedade brasileira era marcada de forma profunda pela escravidão, na qual a cor da pele, a origem e a condição social tinham grande importância.

Como pretos e pardos eram proibidos de participar das irmandades de brancos, pois estas exigiam a comprovação da pureza de sangue, isto é, o associado não poderia ter ascendência moura, judia, africana ou indígena, foram criadas as associações específicas para essas camadas sociais, a fim de que elas aderissem à doutrina católica, mas de forma que não precisassem dividir o mesmo espaço com os brancos.

As irmandades compostas por negros, escravos e libertos eram de grande importância social para a manutenção de relações de solidariedade entre seus membros e para a tentativa de amenizar as agruras do sistema escravista. A maior parte delas tinha devoção por santos negros, como Santo Elesbão, Santa Efigênia e São Benedito. A mais popular entre elas era a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Além da cor da pele, os irmãos, como eram chamados os associados às irmandades, levavam em conta na escolha do santo a sua origem e as dificuldades enfrentadas, incentivados também pelos missionários das ordens religiosas, que propagaram o culto aos santos negros para os escravos.

Apesar das irmandades serem instituições de origem europeia, direcionadas para a catequese católica, os africanos e seus descendentes conseguiram criar nas associações um espaço para cultivar as suas culturas, pois nesses locais eram lhes facilitado os contatos com seus companheiros de cor e de condição social. Além disso, elas foram importantes socialmente, porque ofereciam assistência, ajudavam em momentos de dificuldade financeira, proporcionavam um enterro e uma sepultura dignos e colaboravam com a compra de alforria.

No Brasil, as irmandades dos homens de cor, como eram chamadas aquelas reservadas aos negros, organizavam-se com base na origem, dividindo-se entre as dos crioulos e as dos africanos. Os crioulos costumavam se opuser, com maior frequência, à entrada de africanos ou “nações” específicas nas suas irmandades. No entanto, os brancos eram, em geral, bem recebidos nas associações de negros, bem como nas de pardos, tendo em vista a possibilidade de fornecerem contribuições maiores, já que tinham mais condições financeiras e de representá-los legalmente, ocupando cargos de escrivão e tesoureiro, pois muitos escravos e libertos não sabiam ler e escrever. Mas é preciso ressaltar que o acesso aos principais cargos ficava restrito aos negros, que, dessa maneira, garantiam o controle político da irmandade.

Já entre os africanos, existiam as separações por “nações”. Embora eles fossem mais flexíveis, não impedindo geralmente a participação de outros grupos, reservavam os cargos mais importantes às “nações” específicas, como nas irmandades de Nossa Senhora do Rosário que elegiam, em sua maioria, os africanos de “nação” angola para ocuparem os cargos de direção. Por outro lado, há o caso da Irmandade do Rosário em Salvador, que permitia somente a entrada de angolas e crioulos.

Diferentes “nações” africanas fundaram suas próprias irmandades. Em Salvador, os nagôs da “nação” queto criaram a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, na igreja da Barroquinha, e os jejes instituíram a Irmandade do Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redenção na igreja do Corpo Santo, na Cidade Baixa. No Rio de Janeiro, os africanos da “nação” mina fundaram a Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia. Na cidade de São Paulo, existiam três irmandades organizadas por negros: a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, a de Santo Elesbão e Santa Efigênia, e a de São Benedito. A irmandade em devoção a Nossa Senhora do Rosário reservava os cargos de rei e rainha para os africanos de “nação” angola, enquanto as outras duas não faziam nenhuma distinção quanto aos seus associados.

O destaque de determinadas “nações” africanas em alguns cargos da irmandade poderia ser uma estratégia dos próprios africanos para marcar as diferenças entre eles que, muitas vezes, eram ignoradas ou apagadas, quando a sociedade simplesmente os considerava escravos e libertos africanos. No entanto, em outras situações, essa estratégia não fazia sentido, sendo mais interessante para eles permitir a entrada de qualquer grupo, pois quanto maior o número de pessoas conhecidas, maior seria a rede de apoio e de solidariedade acessada nos momentos difíceis.

Por outro lado, a distinção entre as “nações” no interior da irmandade pode ser explicada pelo fato de ser organizada por um grupo específico, pela existência de um número maior de africanos desse grupo como associados ou ainda por esse grupo ter sido o fundador da irmandade, merecendo um lugar de importância na associação. De qualquer forma, é válido afirmar que havia uma preocupação dos próprios membros das irmandades negras em distinguir as “nações” africanas e se organizarem de acordo com esse critério.

Até pouco tempo, era muito recorrente a ideia de que as irmandades negras formavam um espaço de acomodação e conversão dos africanos aos rituais dos brancos católicos, ao passo que, por exemplo, o culto aos orixás e aos voduns e o islamismo eram, com mais frequência, considerados verdadeiros representantes da cultura africana.

Em primeiro lugar é preciso lembrar que a escravidão e a diáspora transformaram o cotidiano desses africanos, sendo inviável, no contexto dessa experiência, a transposição das manifestações religiosas ou, de uma maneira geral, culturais de forma direta e intacta da África para o Brasil.

Em segundo lugar, a diáspora proporcionou aos africanos a interação social com diferentes grupos: portugueses, brasileiros, descendentes de africanos, africanos de diversas origens e indígenas.

A escravidão, de certa forma, delimitou os espaços possíveis de serem ocupados por esses africanos. A partir da condição social e da convivência com outros grupos foi possível criar novas formas de se expressar culturalmente. Por isso, as irmandades são tão importantes quanto qualquer outra forma de expressão, pois permitiram o encontro de africanos que queriam manifestar aquelas que se tornaram também as suas crenças e compartilhar as suas visões de mundo.

Todo ano as irmandades realizavam uma festa em homenagem ao santo padroeiro. Era uma ocasião importante para a reunião entre negros escravos e libertos, africanos e crioulos. Essa festa compreendia missas, sermões e procissões. Mas ela não acabava aí, havia música, danças, comidas, desfiles de reis e rainhas ao som de batuques.

O memorialista Antonio Egídio Martins deixou esta descrição da celebração na cidade de São Paulo, no século XIX:

Por ocasião das solenidades que, antigamente, se efetuavam na igreja de Nossa Senhora do Rosário, em honra desta Santa, se realizavam também, em frente à mesma igreja, festejos populares, postando-se aí um numeroso bando de pretos africanos, que executavam, com capricho, a célebre música denominada Tambaque (espécie de Zé Pereira), cantando e dançando com as suas parceiras, que adornadas de rodilha de pano branco na cabeça, pulseira de prata, e de rosário de contas vermelhas e de ouro no pescoço, pegavam no vestido e faziam requebrados, sendo por isso, vitorizados com uma salva de palmas pela numerosa assistência [...]



AS IRMANDADES CATÓLICAS NA ÁFRICA

Muitos africanos, sobretudo da região Congo-Angola, tiveram o primeiro contato com as irmandades ainda na África, pois conheciam a doutrina católica por conta da conversão de alguns remos ao catolicismo e pela catequese promovida por missionários, mercadores e colonos. As irmandades negras, em especial as de Nossa Senhora do Rosário, tiveram um papel importante na propagação do catolicismo na África Centro-Occidental. A devoção a essa santa, originada na Europa por São Domingos de Gusmão, foi difundida no continente africano, especialmente pelas atividades missionárias dos dominicanos. No início do século XVIII foi fundada pelo capuchinho Antonio de Gaeta, em Matamba, uma associação dedicada à devoção de Nossa Senhora do Rosário. Os capuchinhos também estiveram em várias localidades (Quissamã, Caçanje e Massangano), propagando a doutrina católica África adentro.



OUTROS SANTOS NEGROS:

SÃO BENEDITO, SANTO ELESBÃO E SANTA EFIGÊNIA

A história de São Benedito pode explicar a sua popularidade entre os negros. Esse santo era filho de escravos africanos, nascido na Sicília, em 1524. Sua morte aconteceu em Palermo, em 1589, e logo depois já era cultuado em Portugal. A irmandade em sua homenagem foi instituída em 1609, no Mosteiro de Santa em Lisboa. A devoção a esse santo na África, mais especificamente em Angola, e na América teve início no século XVII propagada pelos franciscanos. Várias irmandades de São Benedito foram criadas no Brasil. Na Bahia, havia uma irmandade em devoção a São Benedito localizada no Convento de Salvador, assim como na cidade de São Paulo, no Convento de São Francisco.

Por sua vez, o culto a Santo Elesbão e Santa Efigênia foi incentivado pelos religiosos carmelitas. Santa Efigênia teria sido uma princesa da Núbia, na África. Convertida ao cristianismo e batizada por São Mateus, ela chegou a fundar um convento. Seu tio, que lhe havia proposto casamento, ao receber uma resposta negativa, colocou fogo em sua casa, que não foi destruída por um milagre. Datam do século XVIII as notícias sobre imagens e a existência de uma confraria em homenagem a essa santa na igreja do Carmo, em Lisboa. .

Santo Elesbão também foi um africano, segundo a tradição carmelita, descendente do Rei Salomão e da Rainha de Sabá. Nasceu na Etiópia e tornou-se imperador nessa região, e no século VI, promovendo a expansão desse reino cristão. Já mais velho, renunciou ao poder, deixando no seu lugar o filho, e passou a se dedicar à vida religiosa. Em Lisboa, na Igreja do Carmo, havia uma imagem de Santo Elesbão e uma irmandade em sua homenagem. Na África há relatos dessa devoção desde o século XVIII, existindo, já nessa época, em Luanda, uma capela dedicada a esses dois santos.

Além da festa do santo padroeiro, outra ocasião muito importante para a irmandade era a eleição e a coroação do Rei e da Rainha. Nessa celebração, negros, escravos e libertos, africanos ou crioulos, desfilavam pelas ruas de maneira grandiosa, adornados com manto, coroa e cetro, dançando ao som de músicas de batuques. Nesse momento, deixavam de ser vistos apenas como mão-de-obra trabalhadora e se destacavam da sociedade, ocupando um lugar de distinção e poder.

Como relatou Antonio Egidio Martins, na São Paulo do século XIX, depois da realização da missa com cantos e sermões

[...]os mesmos africanos acompanhavam, tocando quantos instrumentos esquisitos haviam, e cantando, o Rei e a Rainha, com a sua corte, composta de grande número de titulares e damas, que se apresentavam muito bem vestidos. O Rei e a Rainha, logo que chegavam em casa, ofereciam aos mesmos titulares (títulos que então possuíam os antigos estadistas do tempo do Império) e às damas um jantar, durante o qual trocavam-se amistosos brindes entre os convivas, mandando as majestades distribuir bebidas aos tocadores de tambaque que ficavam na rua esperando a saída das mesmas personagens. Estas voltavam para a igreja a fim de tomarem parte na solene procissão de N. Sra. do Rosário.

Essa manifestação chamava a atenção de toda a população, sendo uma oportunidade para atrair as pessoas para a irmandade, aumentando suas arrecadações e importância. Alguns



proprietários faziam questão de ter seus escravos como membros ou rei e rainha de uma irmandade, pois isso lhes rendia prestígio social.

Por outro lado, essas festas causavam preocupação nas autoridades, porque configuravam uma ruptura na rotina da cidade. Era um momento em que os valores da sociedade escravista subvertiam-se, com negros escravos e libertos adornados de reis e rainhas desfilando com toda a sua corte e ao som de músicas de batuques, retomando aspectos de uma herança africana. Tudo isso afrontava as normas da sociedade escravista. Além disso, proporcionava uma concentração de grande número de escravos participantes da festa, constituindo-se um momento propício para revoltas. Dessa forma, elas eram permitidas com limites e seus excessos reprimidos.

A festa da eleição de reis e rainhas africanos era um costume também nas colônias espanholas, existindo relatos em Cuba, Peru, México, Venezuela, Argentina e Uruguai. Em Cuba, por exemplo, havia os chamados cabildos de nação, organizados de acordo com a origem de seus associados e com o objetivo de prestar auxílio nos momentos de dificuldade, em caso de doenças e morte, realizando enterros, bem como contribuindo para a obtenção de alforria. Cada cabildo tinha uma espécie de rei e uma rainha e a festa de coroação, realizada com desfiles e danças, acontecia no Dia de Reis, 6 de janeiro.

Os cargos de reis e rainhas das irmandades asseguravam aos seus detentores poder religioso e político, assim como acontecia em terras africanas, onde a maioria das sociedades organizava-se em torno de linhagens comandadas por chefes que exerciam tanto um poder político quanto religioso. Alguns africanos, quando reis e rainhas das irmandades no Brasil, desempenharam papéis de líderes na comunidade negra e eram respeitados pelos demais irmãos associados, que lhes procuravam para resolver questões internas importantes e até mesmo externas à irmandade.

No âmbito das irmandades, os africanos encontraram nos irmãos associados, os seus “parentes de nação” e construíram um novo tipo de família, simbólica, já que a de origem havia sido desmantelada ainda no continente africano. A escravidão e a diáspora impossibilitaram a continuidade de famílias, mas não destruíram as experiências desses africanos. As ideias de parentesco e de organizações em torno de grupos, mesmo que estes tenham sido recriados em “nações”, foram reaproveitadas pelos africanos no Brasil.

UMBANDA

A umbanda começou a ser praticada no século XX, na região Sudeste do Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo. Chamada inicialmente de espiritismo de umbanda, pode-se dizer que essa religião afro-brasileira é uma mistura do candomblé baiano, que chegou ao Rio de Janeiro entre os séculos XIX e XX, com o espiritismo kardecista, trazido da França no final do século XIX, e o catolicismo. Deste último a umbanda incorporou alguns valores, as devoções a Jesus, à Maria e aos santos e as orações. Além desses vários elementos, a umbanda ainda associou-se aos símbolos e espíritos dos rituais indígenas.

O princípio básico da umbanda é a crença na existência de forças sobrenaturais que interferem neste mundo. O conhecimento e a relação com essas forças sobrenaturais requerem rituais e processos iniciáticos. A umbanda faz a distinção entre as forças benéficas e maléficas. As forças benéficas são os chamados guias de caridade, os caboclos, os pretos-velhos e outros espíritos. Por outro lado, as forças do mal formam um panteão de exus-espíritos e pombagiras, entidades cultuadas para fazer o mal quando este é necessário.

JOÃO DE CAMARGO

João de Camargo ou Nho João, como era chamado, foi um negro liberto que viveu entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. A maior parte da sua vida passou em Sorocaba, interior de São Paulo, morrendo em 1942. Filho de Francisca, escrava de Luís de Camargo Barros (de quem herdou o sobrenome e de pai incógnito, foi batizado, como era costume na época, na Igreja Matriz de Nossa Senhora das Dores de Sarapuí. Trabalhou na fazenda do seu senhor até a abolição da escravidão, em 1888, quando, então, se dirigiu para Sorocaba. Foi cozinheiro, agricultor, trabalhou em olarias e até combateu como soldado voluntário na Revolução Federalista. Chegou a se casar com Escolástica do Espírito Santo, mas depois de cinco anos se separaram.

João de Camargo recebeu influência das tradições africanas, em especial da prática de curandeirismo, por meio da sua mãe, Nhá Chica. Por outro lado, na fazenda do seu senhor e do padre João Soares do Amaral, a quem conhecia desde a adolescência, absorveu os ensinamentos católicos. Do contato com essas duas vertentes religiosas nasceu o guia espiritual que foi Nhô João.

Desde cedo sentia a sua volta fenômenos estranhos, como vozes, gritos e luzes. Rezava sempre ao pé de uma cruz que existia na Estrada da Água Vermelha, onde havia morrido um menino e lhe acendia velas. Já nessa época passou a promover a cura de pessoas. Um dia, ouviu vozes que lhe aconselharam construir uma igreja no bairro da Água Vermelha. E, com a ajuda de várias pessoas, fundou a Capela do João de Camargo ou Capela Bom Jesus do Bonfim, existente até hoje no antigo bairro da Água Vermelha, em Sorocaba. Um espaço criado especialmente para praticar a caridade, a cura e a devoção aos santos católicos e às divindades africanas. Como a prática do curandeirismo era proibida por lei, em 1913, João de Camargo foi processado judicialmente, mas absolvido. Contudo, para evitar as perseguições, fundou em sua Capela a Associação Espírita e Beneficente Capela do Senhor do Bonfim, dessa forma, incorporando também traços do espiritismo em sua religião. Até hoje Nhô João possui diversos devotos.

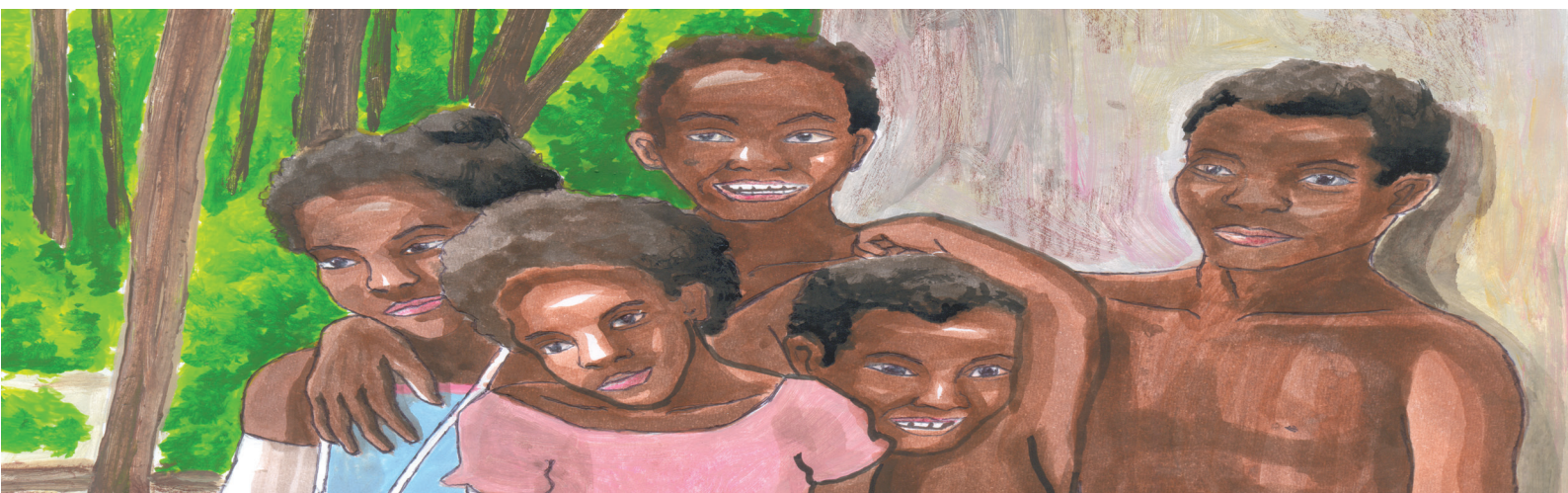
AS RELAÇÕES FAMILIARES DE AMIZADE E COMPADRIO

A construção de novas redes de amizade tinha início ainda no continente africano, nos caminhos das caravanas de escravos, na viagem do interior para o litoral da África. Depois, nos navios negreiros, os africanos se identificavam como “malungos” ou companheiros de embarcação. E, quando no Brasil chegavam, muitos desses “malungos” conseguiam preservar o contato por muito tempo, em especial aqueles comprados pelo mesmo senhor. Outros tinham a sorte de restabelecer os vínculos familiares originais, sobretudo em localidades brasileiras que receberam grandes levas de escravos africanos originários de uma mesma região da África, reencontrando seus parentes consanguíneos com a ajuda de outros escravos ou libertos que trabalhavam diretamente no comércio de cativos.

No entanto, a maioria teve de criar novos vínculos, estabelecer uma comunidade de apoio e solidariedade no contexto da escravidão. E fizeram isso, com frequência, nas relações de compadrio e da escolha dos cônjuges, levando em consideração os “laços de nação”.

Por outro lado, muitos foram os escravos que, depois de libertos, conseguiram adquirir algum patrimônio, bens móveis, imóveis e escravos, deixando, da mesma forma que o antigo senhor, seu legado a parentes e amigos, assim como liberdade a seus cativos. A prática de transmissão do legado material nos permite perceber as relações de solidariedade existentes entre parentes e conhecidos. Mesmo a distância, os vínculos familiares eram mantidos. Os libertos, por uma questão também de sobrevivência, possuíam uma extensa relação com parentes e companheiros de condição.

Escravos e libertos enxergavam também na relação de compadrio uma possível estratégia de sobrevivência, pois com isso configuravam uma rede de apoio com os padrinhos de seus filhos. Além da construção de um parentesco simbólico, a escolha dos padrinhos era muito importante por conta da possibilidade desses se dedicarem à compra da liberdade de seus afilhados, em especial aqueles que tivessem uma boa situação financeira ou prestígio social.



Nesse sentido, a escolha para padrinho de batismo era uma estratégia muito utilizada pelos pais para a conquista de laços sociais. A alforria, portanto, nunca era uma experiência solitária. Resultava de toda uma relação de solidariedade. Quando se precisava de uma contribuição para o pagamento da alforria, os laços de família, os vínculos de amizade e o apadrinhamento influenciavam profundamente. Um padrinho importante e influente colaborava para que o indivíduo pudesse ascender socialmente. Na falta de herdeiros legítimos eram comuns as doações de bens aos afilhados.

Observe-se, como exemplo, o testamento da liberta Francisca Furtunata Lopes do Amaral, moradora na cidade de São Paulo na segunda metade do século XIX: “[...] deixo a cada uma das ditas minhas escravas a quantia de vinte e cinco mil réis, em termo de oito libras, e bem assim deixo a ambas toda minha roupa branca para que repartam igualmente entre si [...]”.

Os libertos elegiam como seus herdeiros as irmandades religiosas, deixando, se não todos os seus bens, uma quantia em dinheiro. A mesma liberta determinou ainda: “Deixo para a cera de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos doze mil réis. Deixo para a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé a quantia de dez mil réis [...]”.

Na segunda metade do século XIX, quando o número de alforrias aumentava e o de negros livres crescia, as irmandades possuíam não somente uma atuação religiosa, mas também social, organizando reservas de auxílio e até mesmo participando do movimento abolicionista.

Os libertos conseguiam constituir família e ter uma boa situação financeira, adquiriam bens como imóveis, jóias e até mesmo escravos, deixando ainda para seus herdeiros quantias em dinheiro. O próprio ato de escrever o testamento e cumprir as disposições como mandar rezar missas, ser enterrado com o hábito de determinado santo, implicava gastos.

Durante muito tempo acreditou-se que o escravo, sobretudo o africano, era promíscuo, dado com facilidade ao intercuro sexual, tendo vários parceiros, sendo, por isso, impossível a formação de laços matrimoniais entre eles. Costumava-se dizer que essa ideia estava vinculada à própria personalidade do negro, ao caráter “inferior” dessa raça, associada também ao costume da poligamia em algumas sociedades do continente africano.

Mas, na realidade, existiam algumas dificuldades para que essa camada social contraísse o matrimônio, causadas, em certa medida, pela entrada no país de um maior número de africanos do sexo masculino e adultos na faixa dos 20-29 anos, pois visava-se abastecer, em especial, as grandes propriedades com mão-de-obra produtiva. Esse fato acarretava o envelhecimento mais rápido da população escrava africana e menos tempo possível para encontrar um companheiro. Além disso, as chances eram menores em propriedades com um número pequeno ou médio de escravos, sendo necessário encontrar um companheiro fora da propriedade de seu senhor. E se o proprietário não permitisse que o escravo morasse fora da propriedade, o casal teria de viver em casas separadas.

Outro obstáculo era o alto índice de mortalidade entre os escravos. Levados a trabalhar nas grandes propriedades de café, nos engenhos de açúcar, na mineração, no comércio, no transporte, na limpeza da cidade, em serviços domésticos, na lavagem de roupa, como escravos de ganho ou de aluguel, muitos trabalhavam durante todo o dia e também à noite, alimentando-se inadequadamente, morando em habitações insalubres e recebendo castigos físicos. As condições de vida precárias deixavam-nos vulneráveis a muitas doenças, acarretando a morte prematura.



Muitos óbitos aconteciam com os escravos “boçais” ou “novos”, isto é, que acabavam de chegar ao Brasil. Morriam em decorrência das péssimas condições da longa viagem que faziam em navios lotados, da rica até o Brasil. Lembrando-se que as agruras iniciavam-se ainda no continente africano, no caminho das caravanas do interior até o litoral. Muitos nem conseguiam finalizar a viagem, morrendo em alto mar. Alguns africanos que resistiam à travessia do Atlântico chegavam muito debilitados, morrendo logo após o desembarque.

Contudo, apesar do sistema escravista ter proporcionado aos escravos uma situação precária de sobrevivência, eles conseguiram constituir suas próprias famílias. Note-se que a escolha dos cônjuges era facilitada entre aqueles que tinham o mesmo proprietário. Além disso, havia uma preferência por uniões endogâmicas, isto é, os africanos casavam-se mais entre si, e muitas vezes escolhiam seus cônjuges dentro de seus próprios grupos ou “nações”. As relações conjugais eram menores entre africanos e crioulos. Por outro lado, muitos libertos casavam-se com escravas, ou o contrário, garantindo, assim, um companheiro com mais condições para ajudar na compra da alforria.

Além de estar presente nas irmandades religiosas, nas uniões matrimoniais, nas relações de compadrio, a distinção das “nações” era recorrente entre os africanos no âmbito do trabalho. Em algumas cidades, como Salvador, Recife e São Luís, existiam os cantos de trabalho. Nesses locais, os africanos que eram escravos de ganho dividiam-se conforme a sua “nação” e cada grupo ficava no seu “canto” (o canto dos jejes, o canto dos angolas, assim por diante), aguardando a contratação dos seus serviços.

Em Pernambuco, no século XVIII, as corporações de ofícios e paramilitares também levavam em conta critérios profissionais e étnicos, dividindo-se entre as de Pretos Ganhadores da Praça do Recife, Pescadores do Alto da Cidade de Olinda, Canoeiros do Recife, Pretos Marcadores de Caixas de Açúcar e Sacas de Algodão, e as organizações de corpos paramilitares reuniam-se em Nação dos Ardas do Botão da Costa da Mina, Nação Dagome, Nação da Costa Suvaru, “Pretos Ardas da Costa da Mina” etc.

Nessas associações, existia uma hierarquia entre os cargos elegíveis de “governadores”, secretários de Estado, generais, tenentes, marechais e coronéis. O posto mais elevado era ocupado pelo “rei do Congo”, responsável pela nomeação dos governadores das corporações, que tomavam posse a cada três anos, em festas relacionadas às irmandades religiosas, em especial à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Nesse caso, é possível notar também nas relações de trabalho a construção de espaços em torno das “nações”.

A reunião de africanos, escravos e libertos com base em grupos de “nações” foi uma das características das formas de organização dessa população, em praticamente toda a América, fosse nas irmandades católicas, nas associações profissionais, nas relações matrimoniais ou nos laços de parentesco e compadrio. Esses grupos serviram como ponto de apoio a essa camada social destituída de suas famílias originais, possibilitando espaços para manifestar suas visões de mundo e crenças, construir alianças ao mesmo tempo em que ressaltavam a existência da diversidade entre os africanos.



INFLUÊNCIA NA CULINÁRIA BRASILEIRA

Os africanos no Brasil foram levados a trabalhar, entre outros serviços, como escravos domésticos. E dentre as atividades desempenhadas no interior dos casarões dos engenhos, das fazendas ou das cidades, o preparo das refeições era tarefa primordial. Dos escravos africanos vieram as técnicas e os modos de cozinhar os alimentos, do comércio realizado com a África uma variedade de produtos, como o azeite-de-dendê, a banana, o café, a pimenta malagueta, o óleo de amendoim, a abóbora, o quiabo, etc. Um dos pratos mais populares no Brasil leva alguns desses produtos: o acarajé: feito com feijão fradinho, azeite-de-dendê, pimenta, sal e camarões. O angu, uma espécie de mingau feito com farinha de milho ou de mandioca, água, pimenta e azeite, e a apreciada moqueca de peixe ou de camarão cozido com dendê, tomate e pimenta, são pratos encontrados nos dois lados do Atlântico. Outro prato que resultou da criatividade africana foi a feijoada, preparada com feijão, que já parte da dieta africana, aqui acrescido de pedaços de carnes.

BATUQUES

Nos dias de folga do árduo trabalho, em geral nos domingos, dias santos e de festas religiosas, escravos e libertos deslocavam-se das propriedades rurais ou de seus locais de trabalho na cidade e tomavam os espaços públicos, as ruas centrais, as praças, as pontes e os chafarizes. Iam ao encontro de seus companheiros africanos de diversas origens ou crioulos, para se divertirem e compartilharem costumes e manifestações culturais.

Esses encontros entre africanos e crioulos, escravos e libertos eram, por vezes, incentivados pelos seus proprietários. Com isso, os senhores tentavam evitar um descontentamento que pudesse levar a graves rebeliões. Na realidade, enxergavam nessas oportunidades uma maneira de eliminar as tensões proporcionadas pelo sistema escravista. Por outro lado, as autoridades públicas viam apenas tumultos e excessos nessas manifestações e, alegando o incômodo que essas diversões causavam ao restante da sociedade e também o perigo de revoltas, promoviam sobre elas um controle intenso.

Africanos e seus descendentes aproveitavam as festas do calendário religioso católico, como o Natal, a Quaresma e a Semana Santa, para realizar suas específicas manifestações culturais, como danças, batuques e capoeiras. Nessas datas, eles circulavam com maior liberdade, tendo em vista o incentivo dos proprietários à participação de seus escravos nessas celebrações, já que ao mesmo tempo evitavam a insatisfação dos escravos e mostravam sua devoção e o seu prestígio social, ao fazê-los desfilar pelas procissões. Assim, os africanos conseguiam se reunir com seus conhecidos e praticar suas tradições culturais durante os intervalos dessas festas.

Havia uma brincadeira de origem portuguesa realizada na semana anterior à quarta-feira de cinzas, conhecida como entrudo, na qual as pessoas jogavam umas nas outras, bolas coloridas feitas de cera em formato de frutas cheias de água e perfume. Muitos escravos e libertos eram responsáveis pela fabricação dessas bolas e as vendiam, ganhando um dinheiro extra. No entanto, também as arremessavam nos passantes e aproveitavam mais esse momento para se reunirem e participarem de batuques e danças.



O batuque era uma manifestação cultural marcada pela música e por movimentos de dança. O viajante Johann M. Rugendas, quando esteve no Brasil no século XIX, fez uma descrição dessa manifestação, em que os dançarinos homens e mulheres, ficavam numa espécie de círculo, cantando músicas em suas línguas e acompanhando com o bater das palmas:

A dança habitual do negro é o batuque. Apenas se reúnem alguns negros e logo se ouve a batida cadenciada das mãos; é o sinal de chamada e de provocação à dança. O batuque é dirigido por um figurante; consiste em certos movimentos do corpo que talvez pareçam demasiado expressivos; são principalmente as ancas que se agitam; enquanto o dançarino faz estalar a língua e os dedos, acompanhando um canto monótono, os outros fazem círculo em volta dele e repetem o refrão [...]

Há vários relatos de cronistas, viajantes e religiosos que passaram pelo Brasil no século XIX e mencionaram a existência de uma aproximação entre o batuque e algumas danças vistas na África Centro-Occidental, em especial nas regiões do Congo e de Angola. Alguns traços comuns foram notados, como o acompanhamento da dança com canto e palmas, a disposição dos participantes em pares ou sozinhos, formando um círculo e se encaminhando em direção ao seu centro no momento da troca dos pares.

Dessa forma, o batuque praticado no Brasil seria originário de uma dança chamada “batuco”, praticada pelos povos de Ambriz, do Congo, e nos territórios em torno de Luanda. O cronista Joaquim John Monteiro, quando esteve na região do Congo e Angola no final do século XIX, deixou a seguinte descrição do “batuco”:

[...] forma-se um círculo dos dançarinos e espectadores; tigem-se marimbas e batem-se vigorosamente tambores, e todos reunidos batem palmas acompanhando a batida dos tambores, e gritam uma espécie de coro. Os dançarinos, tanto homens como mulheres, saltam com um grito dentro do círculo e começam a dançar. Isso consiste quase exclusivamente em balançar o corpo com um pequeno movimento dos pés, cabeça e braços, mas ao mesmo tempo os músculos dos ombros, costas e nádegas são violentamente contraídos e convulsionados.

No Brasil, o batuque foi incorporado à prática da religião católica ao ser realizado nos rituais e festas em homenagens aos santos das irmandades, nos desfiles de reis e rainhas e nos cortejos fúnebres. Para os africanos, a música e a dança possuíam uma relação direta com o universo religioso, sendo utilizadas como meios de comunicação com o mundo espiritual. O memorialista Afonso de Freitas conta-nos que, no século XIX, em São Paulo, escravos e libertos, depois de realizadas as festas e procissões religiosas, continuavam a festejar com suas danças e músicas extraídas “do ruído seco do réque-réque, ao som rouco e soturno dos tambús, das puitas e dos urucungos que, com a marimba solitária formavam a coleção dos instrumentos africanos conhecidos em nossa terra”.

Porém, o batuque recebia um intenso controle das autoridades públicas, porque era visto como uma ocasião propícia para a organização de revoltas. Além disso, as autoridades eclesiásticas também o condenavam, considerando um costume bárbaro e imoral, realizado por africanos, que, com seus instrumentos e ritmos, movimentavam freneticamente o corpo, sobretudo as ancas.



Várias outras manifestações culturais seriam derivadas das rodas musicais praticadas pelos africanos, como o lundu e o samba. No século XIX, o viajante Johann M. Rugendas deixou este relato sobre o lundu:

Outra dança negra muito conhecida é o 'lundu', também dançada pelos portugueses, ao som do violão, por um ou mais pares. Acontece muitas vezes que os negros dançam sem parar noites inteiras, escolhendo, por isso, de preferência os sábados e as vésperas dos dias santos.

O lundu e o samba eram marcados pela introdução das palmas e pelo movimento do corpo de forma constante. O lundu, por exemplo, conhecido como umbigada — pois era realizado em pares e, em determinados momentos, os corpos dos participantes avançavam um em direção ao umbigo do outro: teria recebido a influência de uma manifestação da região Congo-Angola. No entanto, por ser mais aberta à participação de pessoas de outras camadas sociais, em particular dos portugueses, que até mesmo o levaram para Portugal, incorporou instrumentos de corda, como o violão. Nessa mesma área de influência do batuque, encontra-se o samba, palavra derivada de semba, que em quimbundo e em outras línguas da região de Angola significa movimento pélvico.

Mesmo sob influência da cultura africana, o batuque era uma prática que incorporava pessoas de várias camadas sociais e origens. Não é demais repetir que a experiência histórica da escravidão e da diáspora proporcionou o contato dos africanos com indivíduos diferentes e trocas culturais diversas.

Mas, essa integração de crioulos e pardos, libertos e livres, era combinada com a presença constante de novos africanos que chegavam ao Brasil, trazidos pelo intenso tráfico de escravos e com eles, as crenças, costumes, visões de mundo e experiências africanas eram renovadas. Dessa forma, o batuque era para o africano um importante momento de encontro com seus companheiros de cor, de condição social e de origem, ou seja, uma das poucas chances de compartilhar experiências e conquistar laços de solidariedade. Talvez esse fato tenha contribuído para que o batuque preservasse a imagem de uma manifestação tipicamente africana e escrava, mesmo considerando-se que novos elementos poderiam ser combinados com outros de culturas distintas, criando-se outra manifestação ou ainda reinventada.





A INFLUÊNCIA DA ÁFRICA NO PORTUGUÊS DO BRASIL.

A existência de um grande número de africanos e de seus descendentes contribuiu enormemente para que o português falado no Brasil recebesse a influência e fosse repleto de elementos das línguas africanas. Além disso, proporcionou a criação de línguas próprias em algumas comunidades negras, como em Cafundó (SE) e Tabatinga (MG), bem como da denominada língua-de-santo dos candomblés. Exemplo maior é a palavra axé, de origem fon/iorubá, utilizada nos terreiros com o sentido de “assim seja” ou “boa-sorte”.

Entre as línguas ocidentais da África, as que exerceram maior influência no Brasil foram o iorubá e a do grupo ewe-fon, esta última falada pelos chamados africanos jejes e minas no Brasil. Já as línguas da região centro- ocidental africana são o quicongo, o quimbundo e o umbundo.

Há vários relatos de viajantes que mencionam a frequência com que os africanos conversavam em línguas de seu continente no Brasil. Na cidade de São Paulo, por exemplo, na primeira metade do século XIX, os anúncios de escravos fugidos publicados nos jornais mostram um número significativo de africanos que ainda não dominavam o português.

Por outro lado, muitos escravos, notadamente aqueles originários da área centro-ocidental da África, já sabiam se comunicar um pouco no idioma dos proprietários, pois nessa região o português era muito falado por conta do intenso comércio e das ações de missionários. Também existiam línguas africanas ou variantes, por exemplo, do quimbundo (Luanda), quicongo (rio Zaire) ou lunda (Caçanje), comumente aplicadas nas relações comerciais e, que por isso, tornaram-se meios de comunicação dos africanos no Brasil. Com o auge da mineração, no século XVIII, a quantidade de escravos do grupo linguístico ewe-fon, ou seja, da África Ocidental, aumentou enormemente, sobretudo em Minas Gerais. Por isso, em 1731 ou 1741, Antônio da Costa Peixoto escreveu A obra nova da língua geral de mina, com o objetivo de orientar os proprietários no trabalho de dominação dos cativos dessa origem por meio do conhecimento da sua língua.

Na Bahia, a influência do grupo linguístico iorubá é até hoje identificada em vários termos nos cultos aos orixás (Xangô, Iemanjá, Oxóssi, Oxum etc.), embora existam palavras do grupo ewe-fon, sobretudo nos rituais religiosos do candomblé, como rum, rumpi, lé, peji, runcó, panã, ajuntó, entre outras.

Palavras de origem africana:

Estas são algumas palavras de origem africana: mucama, dengo, caçula, xingar, cochilar, dendê, bunda, cachaça, carimbo, marimbondo, samba, candomblé, umbanda, tanga, cachimbo, fubá, banguela, capanga, mocotó, cufca, agogô, muamba, sunga, jiló, gogó, forró, berimbau, entre outras.

CAFUNDÓ

Cafundó é o nome de uma comunidade rural localizada a 14 km do município de Salto de Pirapora, distante 30 km de Sorocaba e 150 km de São Paulo. A palavra quer dizer lugar afastado, muito distante, no fim do mundo. Conta a história que essas terras (cerca de 220 hectares) foram doadas por Joaquim Manoel de Oliveira a seus escravos, próximo à abolição da escravidão, quando também os deixou libertos. Entre os escravos, estava o casal João Congo e Ricarda. Eles tiveram duas filhas, Ifigênia e Amônia, que, por sua vez, casaram-se e deram origem às duas famílias, Almeida Caetano e Pires Cardoso, que vivem até hoje no local. Desde o século XIX, seus moradores sobrevivem do cultivo de produtos agrícolas, como milho, mandioca e feijão, e da criação de porcos e galinhas, para o consumo da comunidade.

Os habitantes de Cafundó preservam uma língua criada por seus antepassados, denominada cupópia, baseada em várias línguas africanas do grupo banto e na língua portuguesa. A cupópia é falada apenas pelos moradores de Cafundó cotidianamente, como se fosse um código secreto, servindo para a manutenção de uma identidade africana da comunidade. Exemplos de frases em *cupópia*: *vimbundo está cupopiando no injó do tata* (o homem preto está falando na casa do pai); o cafombe cuendou da ambara para cunuar avero com nhapecava (o homem branco veio da cidade para beber café com leite); cuimei vavuro (trabalhei muito).

CAPOEIRA

A Capoeira é um jogo e uma prática, muito comum, sobretudo nas cidades, entre os negros de ganho, escravos e libertos, que vendiam alimentos pelas ruas, era a capoeira. Para proteger de roubos suas mercadorias, que carregavam em cestos chamados de capoeiras, os negros de ganho movimentavam o corpo, de maneira que pareciam fazer uma coreografia. Com isso, a capoeira se tornaria conhecida como uma dança ou brincadeira, feita por escravos e libertos nas horas vagas.

O termo capoeira, originário do tupi-guarani (“caapo”, buraco de palha ou cesto de palha) e com o acréscimo europeu do termo “eiro” (de quem o carrega), aparece em dicionários do século XVIII e XIX com o significado de um tipo de cesto de palha. Antonio da Silva Moraes, em dicionário dessa época, registrou o seguinte significado para capoeira:

Espécie de cesto sem fundo, grande e redondo, feito de ramos entranhados, e que se enche de terra bem batida, para proteger os que se defendem uma praça ou posição; gabionada, cava coberta com seteiras ou canhoneiras dos lados; (popular) traquitana desengonçada. Ou ainda espécie de cesto fechado, feito de varas e tábuas com grades em que se metem capões, galinhas e outras aves.

Além de ter esse caráter lúdico, de se caracterizar como uma ocasião para se brincar e festejar, a capoeira também era considerada uma forma de resistência contra roubos cotidianos, disputas de poder entre escravos e libertos, bem como de oposição ao sistema escravista. O viajante Rugendas descreveu essa manifestação no século XIX:

Os negros têm ainda um outro folguedo guerreiro, muito mais violento, a ‘capoeira’, dois campeões se precipitam um contra o outro, procurando dar com a cabeça no peito do adversário que desejam derrubar. Evita-se o ataque com saltos de lado e paradas igualmente hábeis; mas, lançando-se um contra o outro mais ou menos como bodes, acontece-lhes chocarem-se fortemente cabeça contra cabeça, o que faz com que a brincadeira não raro degenera em briga e que as facas entram em jogo ensanguentando-a.

Por isso, a prática da capoeira recebia um intenso controle, e seus participantes eram constantemente perseguidos pelas autoridades públicas.

Há indícios de elementos específicos das tradições africanas centro ocidentais na prática da capoeira. Entre os povos do antigo reino do Congo existia uma dança de guerra semelhante à capoeira, podendo ser um ponto de partida para a comprovação de suas raízes africanas. No Caribe também existem danças marciais com origem em tradições do Congo, como a lagya, na Martinica, e o mani ou bombosa, em Cuba. No entanto, é preciso lembrar que essa prática deve ser entendida dentro do contexto da escravidão e da diáspora de africanos para as Américas, no qual a capoeira foi o resultado de uma combinação das experiências desses africanos como escravos.



A capoeira pode ser vista, da mesma forma que as irmandades religiosas e as reuniões em batuques, como um espaço construído por escravos e libertos, africanos e crioulos, para encontros e afirmação de apoio e de solidariedade entre os membros de um mesmo grupo. Esses grupos distintos de capoeiras eram conhecidos por maltas. Eram verdadeiras organizações, marcadas por hierarquias, rituais e símbolos específicos. Nas maltas de capoeira fazia-se uso de um universo simbólico, que compreendia fitas e barretes com cores específicas, além de códigos sonoros, como os assobios. As diferenças entre os grupos eram estabelecidas pelas cores dos objetos, como as fitas vermelha ou amarela, de acordo com a malta. Os barretes também tinham suas cores próprias e demarcavam uma hierarquia no interior do grupo, pois eram usados pelos chefes das maltas. E os assobios marcavam o movimento dos componentes do grupo, a hora para atacar e o momento de retirada, além de alertarem para o perigo quando da chegada de inimigos ou policiais.

Para tornar ainda mais clara a relação da capoeira com as tradições culturais africanas, é preciso dizer que em alguns rituais tradicionais dos povos do rio Zaire, na África Centro-Occidental, algumas cores exerciam papéis fundamentais para os africanos. Por exemplo, a representação do poder e da chefia era identificada pela cor vermelha. Assim como nas maltas de capoeira brasileiras, os barretes e as fitas vermelhas eram representativos de poder e utilizados por grupos específicos. Além disso, a maior parte das maltas de capoeira no Rio de Janeiro era composta pelos africanos centro-ocidentais, mais especificamente, por congos e cabindas, que na África eram povos vizinhos, localizados justamente na bacia do rio Zaire.

Da mesma forma que o batuque, a capoeira preservou a imagem de uma prática predominantemente escrava e africana, embora seus participantes não fossem exclusivamente africanos, mas, de alguma maneira, essa manifestação remetia-se às tradições dos seus ancestrais. No século XIX, ocorreu um aumento da participação de outras camadas sociais, libertos e livres pobres, passando a ser praticada não só por africanos, mas por crioulos e brancos.

Logo no início do século XIX houve um aumento das ocorrências policiais contra a capoeira, notadamente no Rio de Janeiro, por conta da chegada da corte portuguesa e do aumento da população escrava e africana na cidade. Por outro lado, em São Paulo, a repressão a essa prática intensificou-se um pouco mais tarde, em 1833, quando a Câmara Municipal criou uma Postura, proibindo-a em definitivo.

O QUE ACONTECEU PÓS- ABOLIÇÃO E COMO FICOU A ATUAÇÃO DOS NEGROS NA SOCIEDADE.

Após a abolição da escravidão, os negros africanos e seus descendentes tiveram de enfrentar o problema do ingresso no mercado de trabalho livre. Nessa mesma época, o governo republicano (representante dos interesses dos grandes cafeicultores) promoveu uma campanha de branqueamento da população, visando à europeização do Brasil e a eliminação da herança biológica e cultural africana.

Para a elite brasileira, o negro, por conta do seu “caráter bárbaro” e “estado de selvageria”, era um empecilho à formação de uma nação, pretendida o mais próximo possível da civilização. Portanto, o negro deveria ser excluído da sociedade brasileira, sendo proibida a sua entrada no país. O ideal da evolução étnica brasileira seria a pureza da raça branca. Por isso, concomitantemente à eliminação do negro, a imigração europeia foi incentivada com o intuito de promover o branqueamento da população. O governo republicano, além de incentivar, destinou recursos próprios para a imigração europeia, proporcionando, em grande medida, a exclusão dos negros do mercado de trabalho formal.



Italianos, portugueses, espanhóis e alemães foram chegando em grandes levadas e encaminhados para trabalhar tanto nas áreas rurais, quanto urbanas do Brasil, mas principalmente como colonos nas regiões mais prósperas, isto é, nas fazendas do centro-oeste de São Paulo. Aos negros sobraram as tarefas menos qualificadas e mais penosas e, em geral, sem qualquer tipo de contrato firmado, sendo, portanto, empregados e pagos por cada serviço prestado.

A mesma situação se repetia nas cidades. Aí, os negros eram subempregados em atividades domésticas, no transporte, na limpeza das ruas, no carregamento de cargas e na venda de jornais. A exclusão racial não aconteceu apenas no âmbito do trabalho. Pode-se notar também que os negros foram excluídos geograficamente. Por conta da sua precária condição financeira, eles foram obrigados a residir nas regiões periféricas das cidades, habitando cortiços e pequenas casinhas de aluguel nos bairros afastados do centro paulistano e favelas que surgiam nos morros cariocas.

O desenvolvimento econômico, sobretudo em São Paulo, gerou, nas primeiras décadas do século XX, o aumento do setor industrial, acarretando, conseqüentemente, o crescimento urbano, a expansão do número de profissionais liberais e a formação das classes operária e média, compostas em sua maioria por brancos. No entanto, os negros, mesmo que de forma limitada, conseguiram adentrar nessas classes, trabalhando em algumas indústrias, ferrovias, empresas responsáveis pela eletricidade e pelo sistema de bonde, como a Light, a Tramway e a Power Company, e como jornalistas, músicos, advogados, literatos e funcionários públicos.

Os imigrantes europeus logo se organizaram para reivindicar melhores condições de trabalho, formando o movimento operário. Influenciados pelo anarquismo e pelo socialismo e com o objetivo de melhor enfrentar os empregadores e o governo, que os exploravam cada vez mais, os europeus não promoveram a segregação racial dentro do movimento. Reconhecendo o perigo de enfraquecimento em caso de divisões entre os trabalhadores, eles incorporaram os operários negros.

Os negros participaram até mesmo das lideranças no início do movimento operário em São Paulo. Os jornais organizados pela população negra também incentivavam os trabalhadores a participar do movimento operário. A Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas foi fundada pelo líder negro Salvador de Paula, em 1891. Eugênio Wansuit, por exemplo, foi um dos organizadores da greve de trabalhadores das docas de Santos, em 1912.

Por volta da década de 1920, quando os trabalhadores imigrantes, organizados em associações políticas, passaram a reivindicar de maneira mais rigorosa e eficiente seus direitos e melhores condições de trabalho, acabaram perdendo a preferência dos empregadores e do governo, que deram mais oportunidades de emprego aos negros. Foi, sobretudo nessa época, que os negros conseguiram ingressar com mais intensidade nas indústrias e engrossar as fileiras do movimento operário.

Os negros pertencentes à classe operária, em geral, organizavam-se em associações, muitas vezes informais, com o objetivo de manifestar a sua cultura por meio da música, promovendo bailes, festas e encontros com seus companheiros de cor. Muitas dessas associações deram origem aos grupos carnavalescos e, mais tarde, às escolas de samba. Em 1914, por exemplo, foi criado, em São Paulo, o Grupo Carnavalesco Barra Funda (atual Camisa Verde), três anos depois surgiu o grupo de Campos Elíseos e, na década de 1920, o grupo Vai-Vai. No entanto, outras sociedades foram organizadas por negros que pertenciam à classe média e que não queriam se vincular àqueles grupos populares; é o caso do clube Luvás Pretas (1904) e do Kosmos (1908).

A imprensa brasileira no período pós-abolição costumava representar os negros de maneira depreciativa nos jornais e não fornecia espaço suficiente para divulgar eventos promovidos pelas comunidades e associações negras, tampouco para debater problemas e fazer reivindicações relativas a essa população.



Diante da falta de espaço na imprensa tradicional, os negros partiram para a imprensa alternativa e empenharam-se na criação de jornais feitos por eles próprios e que, além de divulgar a sua cultura, revelassem a luta pela igualdade de direitos e as suas reivindicações políticas. Vários jornais foram criados desde o final do século XIX: A Pátria (1889), O Menelick (1915), O Alfinete (1918), O Kosmos (1922), Tribuna Negra (1928), Progresso (1928) e O Clarim da Alvorada (1928).

A imprensa negra preocupava-se em divulgar a situação de exclusão vivida pelos negros e promover a solidariedade étnica com o objetivo de diminuir as desigualdades. Além disso, denunciava o preconceito racial que assolava o Brasil, proibindo os negros de frequentar inúmeros recintos desde alguns restaurantes, clubes, cinemas até escolas e praças públicas. Também era responsável pela divulgação de notícias sobre a comunidade negra internacional, existindo troca de informações com associações e jornais norte-americanos, por exemplo.

Os jornais eram mantidos pelos assinantes, por arrecadações em festas e leilões e por anúncios de publicidade. Ademais, algumas associações negras financiavam essas edições e até mesmo publicavam seus próprios periódicos, como os jornais paulistanos O Quilombo, do Centro Cultural Henrique Dias, e A Protetora, da Sociedade Propugnadora 13 de Maio. Muitos exemplares eram distribuídos gratuitamente nos eventos dessas associações.

Os jornais eram produzidos por jornalistas amadores, profissionais liberais, artesãos, operários e funcionários públicos. Além de servir de instrumento político de denúncia da desigualdade e da segregação racial e para a divulgação de eventos culturais, esses jornais exerciam um papel moralizador, combatendo os jogos, as bebidas e a vadiagem, e incentivando a honestidade, o trabalho e os bons costumes. Ainda exaltavam os grandes heróis negros José do Patrocínio, André Rebouças e Luís Gama, como exemplos a serem seguidos.

Ao longo do século XX, os negros armaram também em associações culturais. No final da década de 1920, foram fundados os grupos teatrais negros Cia. Negra de Revistas e Cia. Bataclã Preta. Em 1927, foi criado o Centro Cívico Palmares, com o objetivo de montar uma biblioteca de livre acesso à comunidade negra. Com o decorrer do tempo, esse centro ampliou suas atividades e passou a promover conferências sobre temas que diziam respeito diretamente aos negros. No ano seguinte, criou uma campanha contra o decreto estadual que proibia o ingresso de negros na Guarda Civil. A partir desse momento, as associações negras voltaram-se mais para a atuação política.

Em 1931, foi fundada por Henrique Cunha e José Correia Leite, a organização Frente Negra Brasileira, tendo grande receptividade em todo o Estado de São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Essa organização promoveu cursos de alfabetização para adultos, ofereceu serviços na área jurídica para resolver problemas como disputas de terras e trabalhistas, e fundou uma escola, uma clínica médica e odontológica e uma cooperativa de crédito para a compra da casa própria.

Embora fosse contra a ideia da existência de uma democracia racial no Brasil, a Frente Negra Brasileira optou por seguir o integralismo: movimento de direita influenciado pelo fascismo, que defendia propostas das classes média e latifundiária brasileiras. Com isso, a ala de esquerda da comunidade desvinculou-se da associação e fundou o Clube Negro de Cultura Social e a Frente Negra Socialista.

Em 1938, num contexto de autoritarismo do Estado Novo, governado por Getúlio Vargas, no qual as organizações e os movimentos sociais eram fortemente reprimidos, a Frente Negra Brasileira e os jornais da imprensa negra acabaram extintos.

No entanto, mesmo sob o regime de ditadura de Vargas, algumas sociedades culturais e clubes negros permaneceram ativos e os desfiles das escolas de samba foram incentivados pelo governo, com a condição de se tornarem oficiais e controlados pelo Estado.

Após o fim do Estado Novo de Vargas, em 1945, o movimento negro retomou a sua força e, nesse mesmo ano, promoveu a Convenção Nacional dos Negros Brasileiros, a fim de apresentar propostas políticas à Assembleia Constituinte, que formularia a nova Constituição. A imprensa negra também ressurgiu com os jornais Alvorada, Senzala, O Novo Horizonte, entre outros.

Um ano antes, em 1944, foi fundado, por Abdias do Nascimento, um dos antigos representantes da Frente Negra Brasileira, o Teatro Experimental Negro (1N) com o objetivo de combater a exclusão dos negros no teatro. Participaram também do 'rEN nomes como Grande Otelo, Ruth de Souza e Pixinguinha. Mas o movimento cresceu e, em 1945, Abdias do Nascimento e Francisco Solano Trindade fundaram o Comitê Democrático Afro-Brasileiro, atuando também no campo político, reivindicando o acesso aos direitos trabalhistas e à educação.

Em 1954, foi fundada a Associação Cultural do Negro, voltada para a organização de cursos, conferências e eventos culturais. Em ação conjunta com os grupos teatrais — Teatro Experimental do Negro e o Teatro Popular Brasileiro —, essa associação atuou através de atividades sociais, educacionais e culturais, visando promover a igualdade racial, reivindicando os direitos da população negra e da preservação da cultura afro-brasileira.

Nas décadas de 1960 e 1970, os negros destacaram-se nas lideranças do movimento sindical e novos grupos foram fundados por artistas e intelectuais negros, como o Centro de Cultura e Arte Negra, que publicou, em 1978, os Cadernos Negros, uma série de coleções de poesias escritas por autores negros.

Nessa época, os jovens negros brasileiros começaram a participar mais de grupos e associações atraídos pelas notícias sobre o movimento negro internacional, em especial o Movimento pelos Direitos Civis nos EUA e pelas lutas de libertação das colônias portuguesas na África.

Em 1978, o então chamado Movimento Negro Unificado (MNU) promoveu uma manifestação, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, contra o assassinato do trabalhador Robson Silveira da Luz e a proibição dos negros frequentarem o Clube de Regatas Tietê. Várias outras manifestações foram realizadas na Bahia, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. O MNU tinha por objetivo conscientizar a população negra da existência de desigualdades raciais e da necessidade de lutar contra a discriminação e de promover políticas públicas geradoras de melhores oportunidades aos negros nas áreas da educação, saúde, economia e cultura.

A partir desse momento, surgiram várias organizações de caráter não apenas cultural, mas político, que atuam até hoje na luta pelos direitos dos negros e pela igualdade racial. Como resultados dessa batalha pode-se citar a Lei nº. 4.370, de 1998, que prevê cotas para artistas negros na publicidade, e a de nº. 10.639, de 2003, que tornou obrigatório o ensino de História da África e cultura afro-brasileira nas escolas. Além de as universidades públicas do Rio de Janeiro, em 2001, terem aprovado cotas para afrodescentes.

Ao mesmo tempo em que atuavam contra a discriminação racial e lutavam para ocupar mais espaços na sociedade brasileira, os negros preservavam a sua cultura através de manifestações como as congadas, maracatus, tambor-de-crioula, afoxés e blocos afros, do samba e do movimento hip-hop.

MOVIMENTO NEGRO PELOS DIREITOS CIVIS NOS EUA

Na década de 1950, havia nos Estados Unidos uma lei de segregação racial que, entre outras coisas, obrigava os negros a ocuparem somente lugares reservados a eles em locais públicos. Em 1955, Rosa Parks foi presa por se recusar a dar o seu lugar a um homem branco dentro de um ônibus, em Montgomey, no Alabama. A comunidade negra, liderada por Martin Luther King (líder negro norte-americano, preso várias vezes e morto em 1968, ganhador do Prêmio Nobel da Paz por suas ideias e lutas pacifistas), uniu-se contra a lei de segregação e conseguiu torná-la inconstitucional. O Movimento dos Direitos Civis fez com que a sociedade norte-americana percebesse a existência de discriminação racial, que, além de ir contra os princípios liberais (base da sua política), também gerava a pobreza e o crime. A partir desse momento, surgiram vários movimentos de resistência liderados por negros contra a discriminação racial em todo o mundo.

CONGADAS E MARACATUS

A partir do século XIX, os reis africanos de “nação” passaram a ser chamados de “reis do Congo”, título que representava os líderes das comunidades negras, mesmo que estes não fossem originários daquele reino. Com o passar do tempo, uma identidade negra foi construída em torno dessa manifestação, englobando não somente os africanos de várias regiões da África, mas também seus descendentes. E hoje, conhecida como Congada, é uma das festas negras mais populares no Brasil.

O maracatu de baque virado ou nação, conhecido como o tradicional, tem sua origem também nas festas de coroação de reis e rainhas negros e que depois de alguns anos foi incorporado às manifestações carnavalescas de Pernambuco. O desfile é realizado por vários personagens que compõem a corte do rei e da rainha, entre eles, príncipe, princesa, dama-de-honra, embaixador, duque, escravo, que leva um guarda-sol para proteger os régulos — entre outros. Os músicos tocam instrumentos de percussão, como zabumbas, caixa de guerra, gonguê, tarol, tambores e atabaques e cantos de origem africana são entoados pelos participantes.

Uma boneca, em geral feita de pano, chamada calunga, é levada pelas damas-de-paço, representando uma divindade. Como vimos no capítulo sobre as sociedades africanas, no século XIII os chefes de algumas linhagens abundas, na região Centro-Occidental da África, recebiam uma boneca de madeira, também denominada calunga. Essa boneca tinha o poder de se comunicar com as forças sobrenaturais e era o símbolo do poder político das linhagens. Cada calunga representava um território banhado por um rio e a linhagem que a detinha era responsável por aquela área.

Em Pernambuco, depois da abolição da escravidão e com o advento da República, a figura do rei do Congo desapareceu dos cortejos e, no seu lugar, foi colocada a boneca como representação do poder político e espiritual.

É significativa a descrição do maracatu carnavalesco em Pernambuco deixada por Francisco Augusto Pereira da Costa, em 1908:

Rompe o préstito um estandarte ladeado por arqueiros, seguindo-se em alas dois cordões de mulheres lindamente ataviadas, com os seus turbantes ornados de fitas de cores variegadas, espelinhos e outros enfeites, figurando no meio desses cordões vários personagens, entre os quais os que conduzem os fetiches religiosos, — galo de madeira, um jacaré empalhado e uma boneca de vestes brancas com manto azul —; e logo após, formados em linha, figuram os dignitários da corte, fechando o préstito o rei e a rainha.

Estes dois personagens, ostentando as insígnias da realeza, como coroas, cetros e compridos mantos sustidos por caudatários, marcham sob uma grande umbela e guardados por arqueiros.

No coice vêm os instrumentos: tambores, buzinas e outros de feição africana, que acompanham os cantos de marcha e danças diversas com um estrépito horrível.



Aruenda qui tenda, tenda, Aruenda qui tenda, tenda, Aruenda de totororó.

Em Pernambuco existem os seguintes grupos de maracatu:

- Nação Elefante (1800)
- Nação Leão Coroado (1863)
- Nação Estrela Brilhante (1910)
- Nação Porto Rico (1915)
- Nação do Indiano (1949)
- Nação Cambinda Estrela (1953)

MARACATU NAÇÃO ELEFANTE

O grupo Maracatu Nação Elefante foi fundado em 1800, pelo escravo Manoel Santiago, no antigo bairro Ribeira da Boa Vista, em Recife, Pernambuco. Como essa manifestação cultural passou a receber a influência dos rituais de candomblé, o nome Nação Elefante foi escolhido por esse animal ser protegido pelo orixá Oxalá. Nesse grupo de maracatu são levadas três bonecas (calungas), enquanto nos demais o costume é de apenas duas. As calungas têm os seguintes nomes: Dona Leopoldina, Dom Luís e Dona Emília e representam os orixás Iansã, Xangô e Oxum, nessa ordem. O maracatu Nação Elefante é até hoje comandado por uma mulher (rainha), diferentemente dos outros grupos que são conduzidos por um homem. Dona Santa ou Maria Júlia do Nascimento foi a principal representante da corte do maracatu, permanecendo mais de cinquenta anos como rainha. Depois da sua morte, o Nação Elefante ficou afastado dos carnavais pernambucanos por quase vinte anos, voltando a desfilar somente em 1985, e assim permanece como o grupo de maracatu mais antigo em atividade.

TAMBOR-DE-CRIOULA

Tambor de crioula é uma manifestação existente no Maranhão que recebeu influência da cultura africana e possui aspectos semelhantes ao lundu ou à umbigada. Nessa manifestação, enquanto os participantes dançam, cantam versos improvisados e tocam tambores, uma roda é formada em torno de uma pessoa que, em determinado momento, dirige-se a qualquer outra da roda dando-lhe uma umbigada, chamada de punção no Maranhão. A pessoa escolhida vai para o centro da roda, elegendo outra com uma punção e assim prossegue a dança.

MAXIXE E SAMBA

No final do século XIX, surgiu no Rio de Janeiro o maxixe, uma maneira diferente, com movimentos requebrados, de dançar a polca — um gênero musical de origem europeia, cujo principal instrumento utilizado era o piano, executado nos salões da alta classe carioca. Logo depois, o maxixe tornou-se um gênero musical, atingindo o seu auge entre as décadas de 1880 e 1930. Era tocado por músicos populares, conhecidos como chorões, que utilizavam a flauta, o violão e o oficlido, e que receberam uma forte influência do batuque e do lundu.

Já no início do século seguinte, o maxixe saiu dos bailes populares e invadiu os salões frequentados pelas classes altas e médias cariocas e foi até mesmo levado para a Europa. Os cordões carnavalescos e o teatro de revista foram os principais meios de divulgação desse novo gênero musical.

Como já foi mencionado anteriormente, o samba recebeu influência de danças originárias da África Centro-Occidental, mais especificamente da região Congo-Angola. A palavra samba (semba) entre os quicós de Angola, por exemplo, diferentemente de seu significado em quimbundo, quer dizer brincar, divertir-se. Já para os bacongós e congueses representa uma dança em que um participante bate contra o peito do outro. Na língua quimbundo di-semba quer dizer umbigada, que no Brasil é encontrada no batuque, lundu, jongo, baiano, coco, calango, samba rural etc.

Durante a segunda metade do século XIX, muitos africanos e seus descendentes nascidos na Bahia migraram para a região Sudeste do Brasil, empregados nas lavouras de café e nos trabalhos citadinos. No Rio de Janeiro, por exemplo, essa população afro-baiana acabou formando a área conhecida como a “Pequena África”, que abrangia desde a Pedra do Sal, no morro da Conceição, próximo à atual Praça Mauá, até a Cidade Nova, perto de onde hoje fica o Sambódromo. Nas reuniões realizadas por essa comunidade afro-baiana, o chamado samba rural acontecia nos quintais das casas. Com a sua característica batida cadenciada das palmas, o toque do pandeiro e o raspar da faca no prato, o samba era dançado à moda das umbigadas. A partir daí, originou-se o samba urbano carioca, mais especificamente no início do século XX, quando o Rio de Janeiro passou por um processo de urbanização e intervenção pública e, por consequência, a população pobre e negra carioca foi obrigada a morar nos morros.



Na década de 1910, o samba, influenciado pelo maxixe, revelou nomes como Donga, Sinhô, Pixinguinha, João da Baiana, que tinham uma formação técnica musical e fazia uso de instrumentos de corda e sopro de autoria de Donga e Mauro de Almeida a primeira música registrada como samba, em 1916, “Pelo telefone”. A versão mais conhecida começa com uma sátira da polícia feita por Mauro de Almeida, que dizia: “O chefe da polícia pelo telefone mandou me avisar! Que na Carioca tem uma roleta para se jogar...” Mas, a versão original é a seguinte:

O chefe da folia pelo telefone manda me avisar! Que com alegria não se questione para se brincar. (bis) !Ai, ai, ai.. .Deixa as mágoas para trás ó rapaz !Ai, ai, ai fica triste se és capaz e verás. (bis)!! Tomara que tu apanhes !Não tornes a fazer isso / Tirar amores dos outros !Depois fazer teu feitiço!! Olhe a rolinha! Sinhô, sinhô! Se embarçou/ Sinhô,sinhô / Caiu no balanço ! Sinhô, sinhô! Do nosso amor! Sinhô, sinhô ! Porque este samba / Sinhô, sinhô ! É de arrepiar! Sinhô, sinhô !Põe perna bamba !Sinhô, sinhô !Me faz gozar!Sinhô, sinhô!! o “Peru” me disse/Se o ‘Morcego” visse ! Eu fizeti tolice! Que então saísse /Dessa esquisitice! De disse que não disse !/Ai, ai, ai aí está o ideal, triunfal! Viva o nosso carnaval, sem rival//Se quem tirar o amor dos outros !Por Deus fosse castigado / O mundo estava vazio !e o inferno só habitado!! Queres ou não / Sinhô, sinhô / Vir pro cordão ! Sinhô, sinhô ! Do coração / Sinhô, sinhô ! Por este samba.

No final da década de 1920, nasceu uma nova geração nas rodas de samba e de batuque nos botequins do bairro do Estácio (RJ), tendo como expoentes os irmãos Alcebíades (Bide) e Rubens Barcelos, Ismael Silva, Baiaco, Nilton Bastos e Marçal. Também no morro da Mangueira despontou como sambista Angenor de Oliveira, o Cartola. Essa geração estava ligada às escolas de samba que surgiam nessa época nas favelas do Rio de Janeiro. Esses sambistas, utilizando instrumentos como o surdo, a cuíca, o pandeiro e o tamborim, eram constantemente associados à malandragem e a boêmia — temas recorrentes nas suas canções. Um exemplo desses sambas é o consagrado “Se você jurar”, composto por Ismael Silva, Francisco Alves e Nilton Bastos, em 1931, que inicia com o seguinte verso: “Se você jurar! que me tem amor/Eu posso me regenerar! Mas se é! para fingir, mulher / A orgia assim não vou deixar.”

O samba feito nos morros foi apresentado à classe média carioca por músicos como Noel Rosa, que frequentava as favelas do Estácio e da Mangueira, passando a ser muito apreciado. E assim, o samba desceu o morro e invadiu não só a avenida nos desfiles de carnaval, mas as residências cariocas por meio do rádio e da indústria fonográfica.

ALGUMAS VARIEDADES DO SAMBA

- Samba de partido-alto: Esta variante do samba recebeu a influência do batuque de origem angolana. É um samba realizado em roda, com palmas cadenciadas, no qual os participantes se desafiavam cantando letras improvisadas, que, em geral, tratam de façanhas e casos amorosos e acontecimentos sobrenaturais. A parte do solo improvisado é seguida de um refrão com coro.
- Samba de roda: é um samba rural de origem afro-baiana e com influência da capoeira. Em geral, são utilizados instrumentos como atabaque, berimbau, pandeiro, chocalho e viola, com acompanhamento de canto e palmas.
- Samba-enredo: executado pelas escolas de samba, cujas letras tratam de um tema específico. Antes de 1930, esses temas eram livres e costumavam versar sobre o ambiente e o cotidiano dos sambistas. Depois passaram a revelar fatos e personagens da História do Brasil.

TIA CIATA E AS RODAS DE SAMBA

Tia Ciata ou Hilária Batista de Almeida (1854-1924) nasceu em Salvador e era filha de Oxum da casa de Bambochê, de nação queto. Chegou ao Rio de Janeiro aos 22 anos, em 1876, com sua filha e passou a frequentar a casa de João Alabá, ficando conhecida como Mãe-Pequena. João Alabá era um famoso babalorixá (pai-de-santo). Sua casa ficava próxima ao terminal da Estrada de Ferro Central do Brasil. Seu nome revela sua origem nagô (altigba, chefe do culto de Egungun; significa pessoa respeitável). Nas festas que Tia Ciata promovia em homenagem aos orixás não faltavam as rodas de samba. Ela trabalhava como vendedora de doce no centro do Rio de Janeiro e sempre em torno do seu tabuleiro e em sua casa reuniam-se músicos, na época ainda desconhecidos do grande público, como Donga, Sinhô, João da Baiana, Heitor dos Prazeres, Pixinguinha, para fazer samba. **(Borda-fim)**

A MÚSICA E A RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA

A religiosidade afro-brasileira foi um dos temas preferidos da música popular desde o final do século XIX. A começar por Chiquinha Gonzaga, que compôs em parceria com Augusto de Castro o batuque “Candomblé”, tocando atabaques do tipo ilu, agogos e xeques, no ritmo ijexa. Em geral, os seus organizadores são adeptos do candomblé e, por isso, essa manifestação cultural é chamada também de “candomblé de rua”. Os afoxés baianos tomaram fôlego e atingiram lançamento em 1888. Já na segunda década do século XX, fez “Pemberê” com Eduardo Souto e João da Praia, e “Macumba jeje”, lançada por Sinhô, em 1923.

Na década de 1930, era a vez dos sambas de Mano Elói ou Elói Antero Dias destacarem os cultos afro-brasileiros. Eleito “cidadão do samba” pela União Geral das Escolas de Samba do Brasil, em 1936, Elói fundou a escola de samba Império Serrano. Em 1930, Mano Elói gravou em disco músicas tocadas em cultos afro-brasileiros e com o Conjunto Africano, gravou um ponto de Exu, dois de Ogum e um de Iansã.

Na mesma época, outro sambista e mestre-sala de ranchos carnavalescos destacou-se nesse cenário musical. Era o baiano Getúlio Marinho da Silva, mais conhecido como “Amor”, que também chegou a difundir os cantos-rituais-afro, gravando pontos de macumba com atabaques e outros instrumentos específicos dos cultos afro-brasileiros.

Durante as décadas de 1930 e 1940, o grupo de sambistas que se reunia em torno da figura da Mãe-Pequena Tia Ciata lançou várias composições: “Xô, curinga” (Pixinguinha, Donga e João da Baiana, 1932), “Yaô” (Pixinguinha e Gastão Viana, 1938), “Uma festa de Nanã” (Pixinguinha, 1941); “Macumba de Iansã” e “Macumba de Oxóssi” (de Donga e Zé Espinguela, 1940) e “Benguelê” (Pixinguinha, 1946) etc.

Como um dos principais representantes do samba e da umbanda, Tancredo Silva Pinto foi o compositor, entre outros sucessos, do considerado primeiro samba de breque, “Jogo proibido”, em 1936, e fundador, em 1947, da Federação Brasileira das Escolas de Samba e da Confederação Umbandista do Brasil.

A africanidade retornou ao cenário musical brasileiro em 1965, com a descoberta da cantora carioca Clementina de Jesus, interpretando jongos, lundus, sambas rurais e cantos-rituais, como o “Benguelê”, de Pixinguinha. Na mesma década de 1960 e na seguinte, a religiosidade afro-brasileira ressurgiu com os afro-sambas, compostos por Baden Powell e Vinícius de Moraes, como “Canto de Ossanha”, “Ponto do Caboclo Pedra Preta”, ambos de 1966, e “Canto de Oxum” (1971) e “Canto de Oxalufã” (1972), de Vinicius e Toquinho.

Clara Nunes foi uma das cantoras de samba mais populares na década de 1970, fazendo muito sucesso com músicas que falavam sobre o universo do candomblé e dos orixás, como “Conto de areia”, “O mar serenou” e “A deusa dos orixás”. Ainda no final da década de 1970, Martinho da Vila também lançou um disco com músicas de rituais da umbanda. Nas décadas seguintes, tornam-se raras as menções à religiosidade africana na música popular brasileira.

LETRAS DE AFRO-SAMBAS

Tatamirô (em louvor de Mãe-Menininha do Gantois —Toquinho e Vinicius)

Apanha folha por folha, Tatamirô.

Apanha maracaná, Tatamirô.

Eu sou filha de Oxalá, Tatamirô.

Menininha me apanhou, Tatamirô!

Xangô me leva, Oxalá me traz,

Xangô me dá guerra, Oxalá me dá paz.

Apanha folha por folha, Tatamirô.

Apanha maracaná Tatamirô.

Eu sou filho de Ossanha, Tatamirô.

Menininha me adotou, Tatamirô!

Apanha folha por folha, Tatamirô.

Apanha maracaná, Tatamirô.

Eu sou filho de Ogun, Tatamirô.

Menininha me ganhou, Tataniirô!

Oxalá de frente, Xangô de trás,

Xangô me dá guerra, Oxalá me dá paz.

Apanha folha por folha, Tatamirô.

Apanha maracaná, Tatamirô.

Eu sou filha de Inhansá, Tatamirô.

Menininha me batizou, Tatamirô!

Apanha folha por folha, Tatamirô.

Apanha maracaná, Tatamirô.

Ela é a Mãe Menininha do Gantois,



Que Oxum abençoou, Tatamirô!

Oxalá me vem, todo mal me vai.

Xangô é meu Rei, Oxalá é meu pai.

Canto de Ossanha (Baden Powell e Vinicius de Moraes)

O homem que diz “dou” não dá, porque quem dá mesmo não diz

O homem que diz “vou” não vai, porque quando foi já não quis

O homem que diz “sou” não é, porque quem é mesmo é “não sou”

O homem que diz “tô” não tá, porque ninguém tá quando quer

Coitado do homem que cai no canto de Ossanha, traidor

Coitado do homem que vai atrás de mandinga de amor

Vai, vai, vai, vai, não vou

Vai, vai, vai, vai, não vou

Vai, vai, vai, vai, não vou

Vai, vai, vai, vai, não vou

Que eu não sou ninguém de ir em conversa de esquecer

A tristeza de um amor que passou

Não, eu só vou se for pra ver uma estrela aparecer

Na manhã de um novo amor

Amigo senhor, saravá, Xangô me mandou lhe dizer

Se é canto de Ossanha, não vá, que muito vai se arrepender

Pergunte ao seu Orixá, o amor só é bom se doer

Pergunte ao seu Orixá, o amor só é bom se doer

Vai, vai, vai, vai, amar

Vai, vai, vai, sofrer

Vai, vai, vai, vai, chorar

Vai, vai, vai, dizer

Que eu não sou ninguém de ir em conversa de esquecer

A tristeza de um amor que passou

Não, eu só vou se for pra ver uma estrela aparecer

Na manhã de um novo amor

AFOXÉS E BLOCOS AFROS

Na região nordeste brasileira, sobretudo na Bahia, a música recebeu uma maior influência das tradições africanas iorubás. Nesse âmbito, destacam-se os chamados afoxés ou blocos carnavalescos. A palavra afoxé significa “pó mágico” ou “enfeitiçar” e é originária do vocábulo áfose (encantação). Já no final do século XIX, o clube Pândegos d’África, considerado o primeiro afoxé baiano, desfilou pelas ruas durante o carnaval de Salvador, cantando músicas em iorubá, vestindo alegorias com ternas nagos e o seu auge após a década de 1940, especialmente com a fundação do grupo Filhos de Gandhi, em 18 de fevereiro de 1948, em Salvador. Esse afoxé era formado no início por estivadores e tinha como propósito difundir o culto nagô. Sua influência chegou ao Rio de Janeiro na década de 1950, com a criação dos Filhos de Gandhi carioca.

Na década de 1980, os chamados blocos afros surgiram em Salvador na tentativa de reafricanizar o carnaval de rua baiano. Esses blocos carnavalescos reinventaram as tradições da cultura negra, buscando a sua ligação com a África ao divulgar a história das sociedades africanas e exaltando os heróis africanos e afro-brasileiros. No entanto, a participação desses blocos afros não se restringe apenas ao carnaval. A fim de denunciar a desigualdade racial e a discriminação do negro, esses blocos atuam em projetos de desenvolvimento das comunidades negras e na preservação da cultura afro-brasileira. Nesse sentido, destacam-se os grupos Olodum e Bê Ayê, cujos trabalhos são notórios internacionalmente.

MOVIMENTO HIP-HOP

A década de 1960 nos Estados Unidos foi marcada pelo Movimento dos direitos civis e pelo surgimento de grandes líderes negros que lutavam contra o racismo e a desigualdade racial, entre eles Martin Luther King e Malcom X (líder revolucionário socialista, assassinado em 1965, que defendia a luta armada para obter as reivindicações dos negros), e grupos como os Panteras Negras (Black Panthers). Foi nesse contexto que surgiu o Movimento Hip-Hop. O jamaicano Kool Herc levou uma espécie de canto-falado para os bailes da periferia de Nova York e o DJ americano Afrika Baambataa encarregou-se de expandir esse novo gênero musical. Junto com os MC’s (mestres de cerimônias) e os rappers, criaram o Rap (Rythm and Poetry — Ritmo e Poesia). O Movimento Hip-Hop norte-americano é constituído por três vertentes: o iP (música), o break (dança) e o grafite (artes plásticas), que, em conjunto, têm o objetivo de denunciar a exclusão social e destacar a história e a identidade dos negros.

O Movimento Hip-Hop chegou ao Brasil no início dos anos 1980 e sofreu a influência da cultura local. Por isso, ele acabou se diferenciando do movimento norte-americano. O ii, por exemplo, recebeu a influência do samba e o break tem um paralelo na capoeira. O Movimento tornou-se um espaço para a formação da identidade negra, vinculado à experiência dos jovens que são marginalizados e vivem na periferia das grandes cidades, sobretudo em São Paulo.

As letras dos Raps divulgadas por grandes artistas, como Mano Brown do grupo Racionais MC’s, Rappin’ Hood e MV Bill, mencionam a violência e a discriminação sofrida por negros e pobres. Mas o Hip-Hop não é apenas o PAP. Ele é um movimento social organizado. Em 1989, por exemplo, foi criado o MH2O (Movimento Hip-Hop Organizado) pelo produtor dos Racionais MC’s, Milton Salles. De caráter contestatório, o Movimento Hip-Hop hoje se dedica às ações políticas, voltando-se para práticas educativas e culturais na tentativa de minimizar a segregação e promover a cidadania à população negra e pobre do Brasil.

ATIVIDADES

Partindo do que lemos, estudamos e debatemos, vamos responder as seguintes questões:

1. Quais são manifestações culturais afro-brasileiras que podem ter sua origem ou ter recebido a influência da cultura africana?
2. Forme pequenos grupos e, aproveitando as obras da literatura brasileira que já leram ou estão lendo atualmente, discuta com os colegas como os negros são retratados nessas obras e apresente essas ideias redigindo um texto.

3. Faça uma pesquisa e descubra as manifestações culturais afro-brasileiras existentes na sua cidade. Procure fotografias em jornais, revistas, sire, e monte um painel com as informações encontradas sobre a origem dessas manifestações e como elas são realizadas hoje.
4. Quais foram as principais dificuldades enfrentadas pelos negros após a abolição da escravidão e de que maneira eles reagiram para mudar essa situação?
5. Reúna-se em grupos para realizar um trabalho de pesquisa no seu bairro ou na sua cidade, buscando descobrir que organizações sociais estão ligadas à luta pelos direitos dos negros. Procure saber de que maneira essas organizações estão envolvidas com o governo e com a sociedade. Pesquise informações a respeito desses grupos em reportagens, fotografias e documentos. Se possível, faça uma entrevista com um dos seus representantes. Procure saber quais são as reivindicações do grupo, de que forma estão organizados, como é o cotidiano da organização, de que maneira eles apresentam as reivindicações etc. Apresente para a classe os resultados da pesquisa na forma de um painel, destacando trechos da entrevista, dos documentos e das reportagens sobre a organização social escolhida.
6. Com alguns de seus colegas, procure músicas da atualidade que tratem de questões ligadas ao negro. Analise as letras e discuta com a classe.
7. Forme grupos e escolha um tema da atualidade ligado à questão racial. Pode ser, por exemplo, as cotas para negros nas universidades. Procure artigos e matérias em jornais, revistas, sites, com opiniões diferentes sobre o tema. Discuta a opinião de cada um dos autores e procure informações sobre eles (profissão, classe social etc.). Depois, redija um texto com a opinião do grupo a respeito do tema. Agora, apresente os resultados da pesquisa e discuta com a classe as razões que encontrou para as diferentes posições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha. **O Império do Divino**. Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro/São Paulo: Nova Fronteira/FAPESP, 1999.

Glossário do candomblé:

No candomblé de origem iorubá os seres sobrenaturais que orientam o mundo dos vivos e regem as forças da natureza são chamados de orixás. No Brasil, os principais orixás são:

Exu ou Elegbara: é considerado o mensageiro entre os orixás. Tem a função de atender aos pedidos feitos aos orixás e punir as pessoas que não cumprem suas obrigações. É simbolizado com um tridente. As cores que representam esse orixá são o vermelho e o preto e o dia da semana é segunda-feira.

Iansã: é um orixá feminino, considerada uma guerreira. Seu símbolo é um raio, possuindo o domínio dos ventos e das tempestades. Suas cores são o branco e o vermelho e o dia da semana é a quarta-feira.

Lemanjá: é outro orixá feminino, considerada a mãe de todos os orixás. Ela representa as águas, por isso seu símbolo é um colar de contas cristalinas. Sua cor é o azul e o dia da semana, o sábado.

Ogum: é o orixá das guerras. Criou as montanhas e os minerais. Tem o poder de abrir os caminhos para a evolução do mundo usando a sua espada. As cores que o representam são o vermelho ou o anil e o dia da semana é a quinta-feira.

Oxalá ou Obatalá: é o orixá criador da humanidade. Seu símbolo é o cajado, sua cor, o branco, e o dia da semana é a sexta-feira.

Oxóssi é o orixá da caça e junto com Ogum desbrava os caminhos e remove os obstáculos da vida. É representado pelo arco e a flecha, pela cor verde e seu dia é quinta-feira.

Oxum é um orixá feminino que representa a beleza e o amor. Seus símbolos são os eixos rolados e a sua cor é o amarelo. O dia da semana é o sábado.

Xangô é o orixá do poder e da justiça. Domina os raios e os trovões. Seu símbolo é o machado de duas lâminas e as cores, o branco e o vermelho. O dia da semana é a quarta-feira.

2 O CONTEXTO HISTÓRICO DO CONTINENTE AFRICANO

EVERSON CARLOS NASCIMENTO OLIVEIRA





INTRODUÇÃO

É com grande satisfação que se verifica na sociedade brasileira atual um crescente interesse pela história do continente africano. Cada vez mais, diversos estudos têm sido elaborados com o escopo de demonstrar as principais características do mesmo, tanto físicas quanto sociais, isto é, religião, linguagem, organização política, produtiva e social, costumes, biomas, flora, fauna entre outros; tem preenchido o tempo de nossos pesquisadores e resultado em uma grande quantidade de livros, artigos, banners, papers, etc.

Apesar da crescente produção intelectual acerca do tema é de bom alvitre ressaltar que, ainda assim, ela é incipiente, situação que se configura em mais um motivo para que se intensifique a elaboração de conhecimentos sobre a África e, dessa forma, se promova a abertura de novos horizontes e perspectivas aos diversos ramos da ciência no Brasil.

Esse interesse da sociedade brasileira em conhecer mais do continente africano é um acontecimento promissor na cultura e no pensamento social deste país, pois evidencia uma mudança de paradigmas fundada no reconhecimento da influência e da importância dos negros para a formação da população tupiniquim.

Muito do reconhecimento da influência africana na configuração da territorialidade brasileira é devido à organização política e social de grupos que representam o que comumente chama-se de movimento negro, ou seja, membros da sociedade civil organizada em prol de uma causa que, no caso em epígrafe, é a questão dos negros.

A questão dos negros ou questão negra, no Brasil, perpassa pela busca de encontrar mecanismos que permitam uma integração de pessoas negras e daqueles que como tal se identificam (por exemplo, pardos) na sociedade brasileira. Integração esta almejada em diferentes vieses como educação, cultura, emprego, saúde, esportes, política, entre outros.

O discurso da integração desses grupos humanos se fundamenta em raízes históricas provenientes do período da escravidão e, mormente, na forma como estes se inseriram e acham-se inclusos na sociedade brasileira; geralmente em condições adversas e sujeitos a toda e qualquer forma de discriminação e limitação das possibilidades de ascensão social e econômica. Tal situação é devida ao papel de excluídos que historicamente estes exerceram.

Com o intuito de promover amenidades na situação dos negros brasileiros é que grupos de pessoas que defendem a causa negra vêm, constantemente, nos últimos anos, procurando resgatar e valorizar a figura do negro no Brasil, bem como, demonstrar a importante contribuição que estes deram à formação da territorialidade nacional.

Para alcançar estes desígnios, tais grupos associaram-se ao governo brasileiro - que reconhece a condição de excluídos que os negros têm, assim como, a histórica dívida social que o país possui para com eles - e buscaram meios para valorizar esse grupo humano. Dentre os diversos meios encontrados (quotas, programas de inclusão social, projetos de valorização cultural, etc.), indubitavelmente, o mais relevante é a diminuição e quiçá a consequente extinção do preconceito racial que ainda é bastante significativo no Brasil.

Para tanto, eles (governo e movimento negro) optaram pela disseminação pedagógica das questões étnico-raciais, isto é, combater o racismo, discriminação e preconceito através da educação e conscientização daqueles que são o futuro do país, ou seja, crianças, adolescentes e jovens.

Esta situação apenas evidencia a grande relevância que a disciplina “O Contexto Histórico do Continente Africano” possui, pois ela é responsável por iniciar os alunos, tanto de ensino fundamental, médio e até mesmo superior no fantástico mundo africano e suas peculiaridades, tão diversas se comparada a de outros continentes.

Sabedora da relevância e da grandiosidade da tarefa é que esta disciplina se estrutura da seguinte maneira: no capítulo 2 aborda-se a África como sendo o berço da humanidade, isto é, ressalta-se a importância do continente no que concerne a questões como o surgimento do homem, as primeiras civilizações e a relação da África com outros povos; já o capítulo 3 dedica-se a abordar aquilo que é uma das maiores marcas desse continente – a escravidão –, nele destaca-se a origem da mesma e o tráfico negreiro; por último, tem-se o capítulo 4 onde é realizada uma investigação acerca da história recente do continente, principalmente, do neocolonialismo e as heranças que o mesmo deixou. Vale lembrar que tais abordagens são incipientes e, de modo algum, restringem o aluno a buscar novas e maiores fontes de informação acerca do tema.

Por fim, espera-se que o interesse pela história da África seja algo que se enraíze na ciência e na educação brasileira, pois como se sabe, ela se constitui em uma nova possibilidade de ensino, pesquisa e extensão nos âmbitos do conhecimento acadêmico e pedagógico, além de, obviamente, representar uma nova oportunidade de tornar a sociedade brasileira um pouco menos injusta e mais condizente com os princípios democráticos que tanto, pelo menos no discurso, envaidecem este país.



APRESENTAÇÃO

No mundo ocidental, são comuns as distorções, simplificações e generalizações da história da África e de suas populações. A mídia, de um modo geral, revela a África quase sempre com uma extensa selva, uma savana de proporção inigualável, habita por elefantes, leões e girafas, ou ainda, como um continente castigado por toda sorte de misérias, pelas doenças e pela fome. Essas interpretações e trajetórias de leituras realizadas sobre os africanos, revelam as representações construídas ao longo do tempo acerca da África. Tais interpretações são oriundas a partir do período colonial. Essa reprodução em nosso imaginário é fruto de uma visão eurocêntrica de estudos sobre esse continente. No entanto o presente trabalho propõe o contexto histórico do continente africano, no sentido de apresentar as suas potencialidades históricas, objetivando contextualizar e apreciar tais aspectos do referido continente, uma vez que, no Brasil a importância da África nos diferentes aspectos da diversidade étnica e regional brasileira, é de grande importância. Todavia pouco sabe-se sobre contexto histórico desse continente, nesse sentido tal fascículo se reveste de grande importância cultural.



ÁFRICA: BERÇO DA HUMANIDADE

Pensar e falar em História da África é, acima de tudo, referir-se a história da humanidade. Afinal, foi lá que surgiu o homo sapiens, cerca de 160 mil anos atrás.

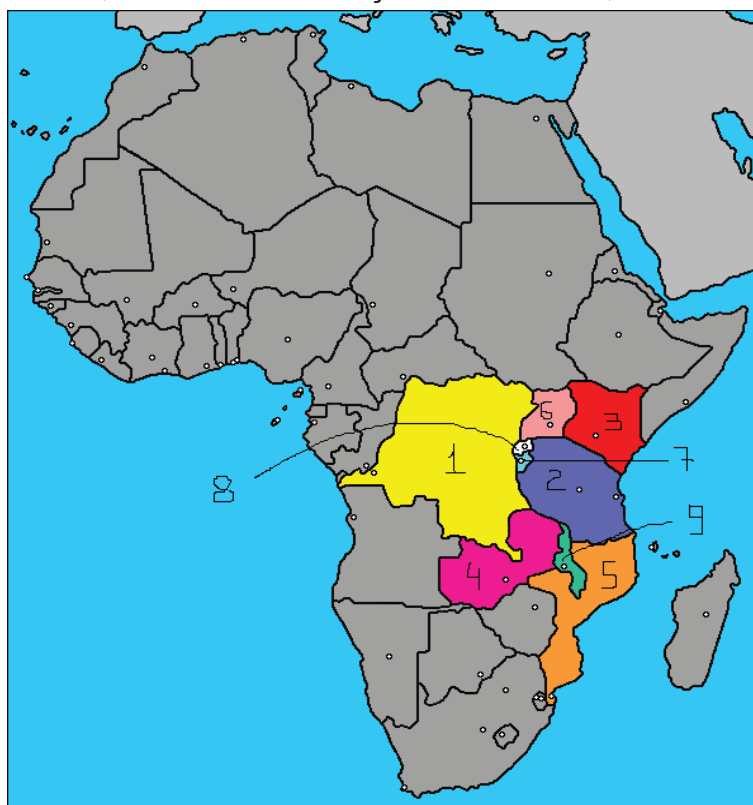
Uma das maiores batalhas na antropologia se dá sobre a questão da origem dos seres humanos modernos, se eles descendem de emigrantes relativamente recentes da África ou de várias populações de hominídeos primitivos, incluindo os neandertais (fósseis de hominídeos encontrados na Europa). Atualmente, estudos de sequências características de DNA chamadas de marcadores do cromossomo Y (presente unicamente em humanos do sexo masculino) trazem mais embasamento à hipótese de uma origem na África.

Ao sequenciar (fazer uma transcrição de todas as “letras químicas”) DNA de mitocôndrias de um neandertal, a ciência descobriu que ele era muito diverso do pertencente a humanos de hoje. Mitocôndrias são estruturas (organelas) no interior das células responsáveis pela produção de seu combustível. Como têm DNA próprio, acredita-se que são bactérias primitivas incorporadas por células maiores.

Como têm DNA próprio, acredita-se que essas bactérias primitivas foram incorporadas por células maiores. A conclusão chegada foi que os homens de hoje não haviam herdado DNA mitocondrial (mtDNA) de neandertais, mas de ancestrais que abandonaram a África nos últimos 200 mil anos, substituindo todas as populações indígenas que encontravam-se em seu caminho.

Apesar disso, os adeptos da visão dissidente – segundo a qual os seres humanos descendem de várias populações indígenas do Velho Mundo – não se convenceram e propuseram uma análise recente de fósseis, argumentando, que um *Homo erectus* arcaico de Java (Indonésia) compartilhava traços significativos com asiáticos de hoje e os primeiros humanos modernos na Austrália. Desse modo, concluíram, então, que o *H. erectus* asiático transmitiu parte de seu DNA aos australianos e asiáticos de hoje; sendo esta uma tentativa de negar a origem africana.

Apesar dos opositoristas da ideia de uma origem humana a partir da África, as mais recentes descobertas científicas reconhecem-na em seu lugar de berço da humanidade e confirmam que os africanos são originários do seu próprio continente. É possível mapear o caminho do povo de origem africana desde a pré-história aos nossos dias, partindo da região dos grandes lagos atravessando a bacia do Nilo, criando as civilizações Sudanesas, Nilótica e Egípcia.



FÍGURA 1: Continente Africano (Em destaque no mapa a região dos Grandes Lagos formada pelos seguintes países: República Democrática do Congo (1); Tanzânia (2); Quênia (3); Zâmbia (4); Moçambique (5); Uganda (6); Burundi (7); Ruanda (8); Malawi (9)).

A presença do homem no continente africano remonta ao início da era quaternária ou ao fim da terciária. A descoberta de restos de homínídeos fósseis, em diferentes regiões da África revela a importância desse continente na evolução da espécie humana. Cada vez mais as pesquisas científicas apontam a África subsaariana como a região onde surgiu o homem, não só onde pela primeira vez apareceu a espécie *Homo sapiens*, mas também grande parte dos seus antepassados, os *Australopithecus*, “macacos” do sul, os *Pithecanthropus*, o “macaco-homem” e, finalmente, o gênero *Homo*.

Alguns lugares da África são muito importantes para a comprovação de uma origem humana a partir desse continente, por exemplo, a Província de Gauteng, na África do Sul é relevante por causa de sua excepcional riqueza de material arqueológico, particularmente homínídeos. Nesta região foram encontrados fósseis que permitem considerá-la como o “berço da humanidade”, entre os quais os mais importantes são Mrs Ples, um esqueleto quase completo de um *Australopithecus africanus* com 2,3 a 2,8 milhões de anos de idade e, mais recentemente, Little Foot, outro exemplar, também considerado uma espécie de *Australopithecus*, mas este com mais de 3 milhões de anos.



Australopithecus africanus

Mais de 200 espécies de hominídeos foram encontradas neste local, a maioria pertencente à espécie *Australopithecus robustus*, além de grande quantidade de fósseis, restos de animais e instrumentos de pedra e osso, dos mais antigos que se conhecem, datados entre 1,7 milhão de anos.

Swartkrans é considerado o local mais rico em instrumentos de ossos associados com o Pleistoceno superior. Além dos hominídeos já citados, Swartkrans foi também o primeiro local no continente africano onde se encontraram restos de espécies já extintas do gênero *Homo*, principalmente da espécie *Homo ergaster* que se julga ser o antepassado mais próximo do *Homo sapiens*.

Na região de deserto da Líbia também se encontraram gravações em rochas, petroglifos, do período Neolítico, e megalitos, que atestam da existência duma cultura de caçadores-recolectores nas savanas secas desta região, durante a última glaciação. O atual deserto do Saara foi um dos primeiros locais onde se praticou a agricultura na África. Outros achados arqueológicos indicam que, depois da desertificação do Saara, algumas populações do Norte da África passaram a concentrar-se no vale do rio Nilo como, por exemplo, os “nomas”, cuja cultura ainda não conhecia a escrita, e que, por volta do ano 6000 a.C., passou a conhecê-la.

A partir das evidências expostas poder-se-ia dizer que os verdadeiros “Adão” e “Eva” foram homens e mulheres africanos, de faces negroides. Estes formaram os primeiros núcleos urbanos na Europa mediterrânea, América, Ásia (Oriente Próximo, Médio, Ásia Central e do Sul) e Oceania (E. Nascimento, 1996). Recentes descobertas arqueológicas apontam que até mesmo no Brasil os primeiros núcleos urbanos tiveram a influência africana, como comprova a descoberta revolucionária do crânio de “Luzia”, em Minas Gerais, em 1975. É um achado que evidencia que as primeiras populações humanas no continente americano não foram grupos mongoloides, mas negroides.

AS GRANDES CIVILIZAÇÕES DA ÁFRICA

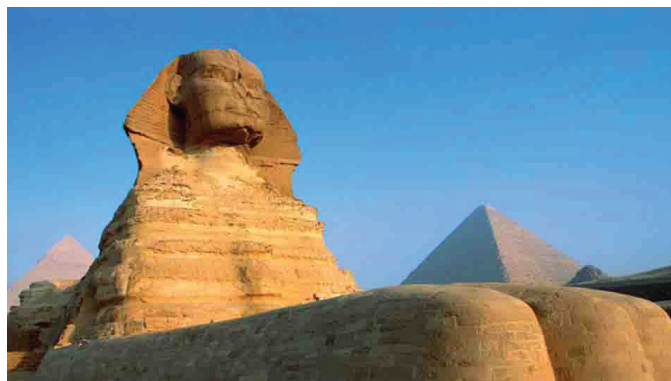
O pioneirismo da África não se restringe ao surgimento da espécie humana, pelo contrário, ele também se estende as primeiras civilizações, fato que é evidenciado pela importância do continente no Mundo Antigo. Sobretudo a partir da ascendência civilizatória milenar do Egito Faraônico sob as civilizações que beiravam o Mediterrâneo: persas, assírias, hititas, cretenses, helênica, hebraica e outras. Assim como influenciou interiormente a África, desde o Alto Nilo e abaixo, entre os núbios e cuxitas, na época do Império de Kush (aproximadamente 1000-0 a.C.).

O Egito e seus mais de sete mil anos de história, indubitavelmente, foi responsável pela configuração de uma base que serviu de fundamento sócio-cultural à maioria das civilizações humanas na antiguidade. Algo que foi consolidado com a formação da cultura helenística e a construção da célebre Biblioteca de Alexandria, após as conquistas de Alexandre, o Grande (356-

323 a.C.). Para se ter ideia da relevância da cultura egípcia, ela influenciou a expansão das artes e das ciências como a matemática, a biologia, a medicina, a geometria, a astronomia, as engenharias, as linguagens, entre outros; da filosofia da natureza e o pensamento religioso (Diop, 1983). Além disso, vale à pena ressaltar que a relevância dessa civilização incidiu tanto em seu auge quanto em sua decadência, pois o declínio egípcio provocou enfraquecimento de seus vizinhos africanos, núbios e cuxitas.



Influência egípcia na engenharia e arquitetura - Pirâmides



Esfinge



Influência egípcia na medicina (conservação de cadáveres – múmias)

Outra civilização de relativa importância no continente africano foi a civilização de Axum. Esta viveu na África entre os séculos I e V (d.C.). Tal grupo humano era localizado no Nordeste da África, atual Etiópia (leste e norte), Somália, Sudão e Eritreia; fazia divisa com o Mar Vermelho.

O surgimento de Axum esteve historicamente ligado a sua localização privilegiada, próxima aos antigos núcleos urbanos cuxumitas, egípcios e árabes. Devido às trocas culturais que tal proximidade propiciava, a formação étnica e cultural dos auxumitas tinha um caráter híbrido. Sua população era majoritariamente negroide. Sua cultura, entretanto, tinha características semitas, embora transformados. Sabe-se da presença de tradições como a circuncisão e a excisão infantil, além do relativo respeito ao Sabá e a presença de cantos de origem judaica (Munanga et al).



Durante os séculos III à V, a civilização de Axum adquiriu caráter imperial, impondo submissão aos reinos vizinhos da região Noroeste da África (em particular, Meroé, antiga capital de Kush) e da Arábia meridional. Essa expansão de Axum permitiu-lhe assumir o controle de vastas terras cultivadas, até o Mar Vermelho. Por este poder ocupou posição intermediária no comércio marítimo do Índico, entre os Impérios do Oriente (Chineses, Mongóis e Hindus) e o Império Romano, então em decadência (Munanga, et al). Da Ilha de Moçambique até a costa indiana, estendendo-se ao longo do Índico, havia um circuito de centenas de cidades que em diferentes fases respondiam por grande absorção de trocas com as sociedades africanas.

A partir do século V, quando passa por crise social, a civilização auxumita foi reapropriada pelo Reino Etíope. Todavia, sua característica híbrida tradicional foi abandonada com a adoção do cristianismo, que havia chegado à região por volta do século IV. Após a decadência de Axum, a história da África, em especial, do Norte e Nordeste, esteve diretamente ligada à rápida expansão islâmica no continente, a partir do final do século VII.

A velocidade desta expansão islâmica na África é marcante. Em apenas cinquenta anos os muçulmanos (originários ou convertidos) haviam dominado todo o Norte da África, de Alexandria até Cartago. Entretanto, devido às guerras internas pelo controle do legado de Maomé, os islâmicos não mantiveram a unidade original. Na África, ao Norte, três Impérios foram resultado deste conflito interislâmico: Fatímida (Séc. X), Almorávidas (Séc. XII) e Almoádas (Séc. XIII).

A importância destes Impérios muçulmanos não está apenas em sua centralidade na região subsaariana e egípcia, mas também por sua relevância na área subsaariana. Em particular, nos Reinos e Impérios africanos da África Sudanesa (Noroeste), a partir do século X, como Gana, Mali, Songai, Kanem-Bornu, Iorubás e Hauçás. Na África, pois, a consolidação do mundo muçulmano favoreceu a consolidação de Estados e Reinos sudânicos durante a época medieval. Seu papel era primordialmente mercantil.

Tal influência se explica, em grande parte, pelo aumento da escala do mercado internacional via terrestre ou marítima (Oceano Índico e Pacífico), entre os séculos X e XIV. Era um comércio em que os europeus tinham papel secundário, diante da expansão dos Impérios muçulmano, chinês e mongol.

É impossível resumir a riqueza da história desses Reinos e Impérios africanos desta época em poucas linhas. Geralmente formados antes da chegada dos muçulmanos à região, suas riquezas estavam associadas ao comércio com estes, baseado no fornecimento do marfim, cativos e, sobretudo, ouro. É pelo controle dessa rota do ouro na região subsaariana, que muitos destes Reinos e Impérios foram construídos e destruídos no período de domínio muçulmano, entre os séculos X e XV.

Além da atividade comercial, tais sociedades viviam da pesca (sobretudo songaís), agricultura e produção artística. Em especial, os hauçás e iorubás, que eram hábeis artesãos e tintureiros. Uma arte apreciada no Golfo de Benim, na África Ocidental. A vida urbana estava geralmente associada à capital dos Reinos, com a morada dos soberanos, a administração e uma praça pública para o comércio. Com exceção dos hauçás, os camponeses ficavam fora dos núcleos urbanos.

Eram civilizações que possuíam culturas próprias e estruturas distintas, com ascendência religiosa diferenciada. Possuíam um vasto panteão de divindades relacionadas às forças da natureza e aos antigos fundadores do Reino. Os iorubás, em particular, tinham um complexo e sofisticado sistema cultural, baseado na hierarquia e nas influências recíprocas de suas principais cidades: Ifé, Benin e Oio.

Além desses Impérios e Reinos sudaneses, durante a época medieval a África viu o surgimento de duas civilizações relevantes na África Central: Império de Monomotapa e o Reino do Congo.

O Império de Monomotapa ocupava uma vasta área entre o atual Zimbabwe, África do Sul, Malawi e Moçambique. Sua origem está associada à chegada dos Xonas a região, que teriam colonizado as populações locais. Do século XII ao XV, construíram centros urbanos consideráveis, do qual as muralhas de pedras ainda existentes são provas vivas, em particular a Acrópole e a Muralha do “Grande Zimbabwe”.

Criadores de gado, os monomotapas eram também hábeis comerciantes, estabelecendo trocas com os muçulmanos e mercadores chineses, pelo porto de Sofala, controlado pelos primeiros. A Costa Oriental da África entre os séculos XI e XIX foi um importante centro de comércio marítimo entre africanos, árabes e chineses. Sabe-se que existiam dezenas de cidades para este fim nesta Costa, desde Moçambique até a Etiópia. Entre estes, Quilóá, Pate, Mogadiço e Zanzibar.

Na Costa Oeste da África Central, vê-se também o surgimento do chamado Reino do Congo durante o século XIV, ocupando uma área entre a atual Angola, República Democrática do Congo e Zaire. Tratava-se, em verdade, de uma confederação de cidades.

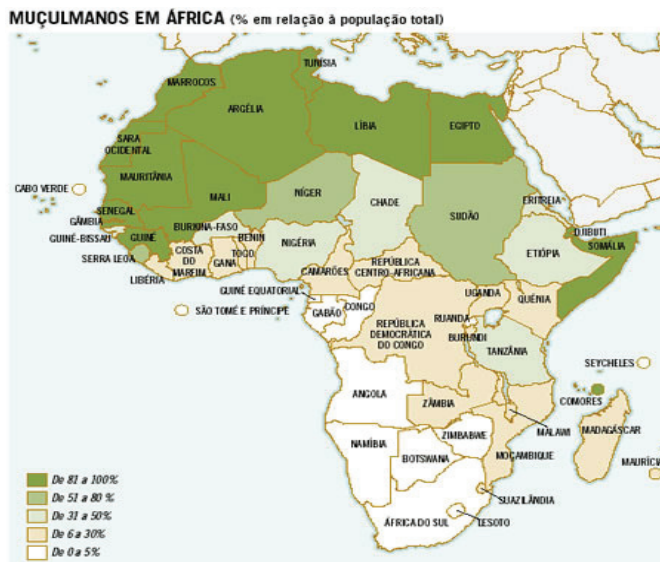
O reino do Congo foi um importante núcleo urbano da região. Estima-se que quando os portugueses chegaram com Diego Cão, em 1482, sua população chegava aos milhões de habitantes. Possuía uma estrutura política descentralizada, tendo por base as chefias das aldeias e o soberano, intitulado de Manicongo.

Essa estrutura social foi significativamente alterada com a chegada dos portugueses. Após a instauração do Regimento de 1512, o Congo se transformou em poder intermediário de Portugal na Costa Ocidental africana. Foi de lá, em 1532, que os portugueses enviaram os primeiros africanos escravizados para São Vicente, no Brasil.

A RELAÇÃO COM EUROPEUS E MUÇULMANOS

A PRESENÇA MUÇULMANA NA ÁFRICA

Depois de outras áreas como o Oriente Médio, o subcontinente indiano e o sudeste asiático, a África se constitui numa quarta região que, apesar de menos importante no passado muçulmano, vem adquirindo cada vez mais relevância no contexto do chamado mundo islâmico. O número de muçulmanos na África é na atualidade estimado em mais de 300 milhões, cerca de 27% do total dos seguidores da religião criada pelo profeta Maomé.





A islamização no continente africano se difundiu muito mais pelo comércio e pela migração do que por conquista militar. Vale lembrar que os muçulmanos propiciaram o contato dos europeus com a África quando criaram rotas comerciais que interligaram o Oriente Médio, o norte da África e a península ibérica na Europa, fato que evidencia a habilidade mercantil desses povos.

A expansão do islã na África seguiu três direções: do noroeste do continente (região do Magreb), ele avançou pelo Saara e alcançou a África Ocidental. A segunda direção foi aquela que, partindo do baixo para o alto vale do Nilo, chegou ao nordeste da África (península da Somália e arredores). Por fim, comerciantes originários da porção sul-sudoeste da Península Arábica e imigrantes do subcontinente indiano, criaram assentamentos no litoral do Índico e, dali difundiram a presença muçulmana para o interior da África.

O islamismo fez sua entrada no continente a partir da África do Norte, do Egito ao Marrocos, sendo uma das primeiras regiões a ser conquistadas pela expansão inicial árabe-islâmica (séculos VII e VIII). Por expansão árabe-islâmica entende-se referir-se a dois processos distintos, onde islamização corresponde ao processo pelo qual os povos do Norte da África se converteram à religião islâmica e se tornaram muçulmanos. Já arabização refere-se ao processo de aculturação através do qual estes povos absorveram numerosos aspectos da cultura árabe, nomeadamente a língua.

Dos séculos X a XVI, como já citado anteriormente, mercadores muçulmanos contribuíram para o surgimento de importantes reinos na África Ocidental, que floresceram graças ao comércio feito por caravanas que, atravessando o Saara, punham em contato o mundo mediterrâneo ao das estepes e savanas do Sudão Ocidental e África centro-ocidental, são eles os Reinos e Impérios africanos da África Sudanesa (Noroeste), como Gana, Mali, Songai, Kanem-Bornu, Iorubás e Haúçás. A conversão de certos monarcas africanos fez não só o islã avançar como criou uma florescente cultura. Assim, cidade de Tumbuktu (no atual Málí) era, no século XIV, um núcleo urbano conhecido pelo alto nível de suas escolas islâmicas, que atraíam muçulmanos de várias partes do mundo.

A conversão ao islamismo ocorria de diversas maneiras tanto por livre arbítrio quanto por coação, casos em que, por exemplo, a conversão de reis implicava, necessariamente, na conversão de todo o reinado. Outro importante elemento que corroborava para a aceitação da religião islâmica e, conseqüente conversão à mesma, refere-se à adaptabilidade do Islã em relação a diferentes ambientes e a sua interação com a religião animista presente no continente africano, fato que permitiu, por um lado, a sua fácil aceitação pelos africanos e, por outro, provocou mutações na religião islâmica de região para região. Como exemplo tem-se as celebrações islâmicas em partes da África Oriental, que incorporaram a dança e o tambor no seu seio. Estas duas características levam a constatação de que não se pode falar do Islã na África de uma forma global.

Apartir do século VII, a islamização da África ocorre por duas vias: as planícies mediterrâneas e a costa oriental. Em linhas gerais:

- Na África do Norte, conversão dos coptas e dos berberes dos séculos VII ao XI;
- Na região central, na orla da grande floresta, conversão dos peul, dos mande e dos haússa, do século XII ao XIX;

-Na região do litoral leste, depois da islamização da “costa dos Zanj”, desde o século IX e de Kiba, século X, houve uma lenta conquista, do século XII ao XVI, dos contrafortes oeste e leste da Abissínia cristã; dá-se a conversão dos galla e o litoral islamiza-se desde os Somali até Zanzibar e Madagascar;

-Na África Ocidental o Islã encontrou fortes reações das religiões tradicionais, por exemplo dos mossi e dos bambara.

Na porção oriental do continente, comerciantes árabes conseguiram se fixar junto ao litoral do Índico, levando a gradual conversão de grupos africanos que viviam em áreas da atual Eritreia e do leste da Etiópia. Todavia, os reinos cristãos do alto vale do Nilo conseguiram bloquear por séculos o avanço muçulmano, como foi o caso dos grupos etíopes, ocupantes dos altos planaltos da Etiópia. Nos séculos seguintes, a cultura árabe-muçulmana influenciaria grupos bantos que estavam em processo de expansão para a África oriental e meridional.

Paralelamente, comerciantes árabes cruzaram o Oceano Índico e criaram do Chifre da África ao atual Moçambique, um conjunto de importantes cidades, estado e fortalezas, junto ao litoral e nas ilhas, cujo comércio de ouro se manteve até o início da presença portuguesa no século XVI. Às vésperas do início da colonização europeia, o islã se constituía na principal presença “importada” no continente, presença esta que, como já visto, já estava fortemente integrada às sociedades africanas.

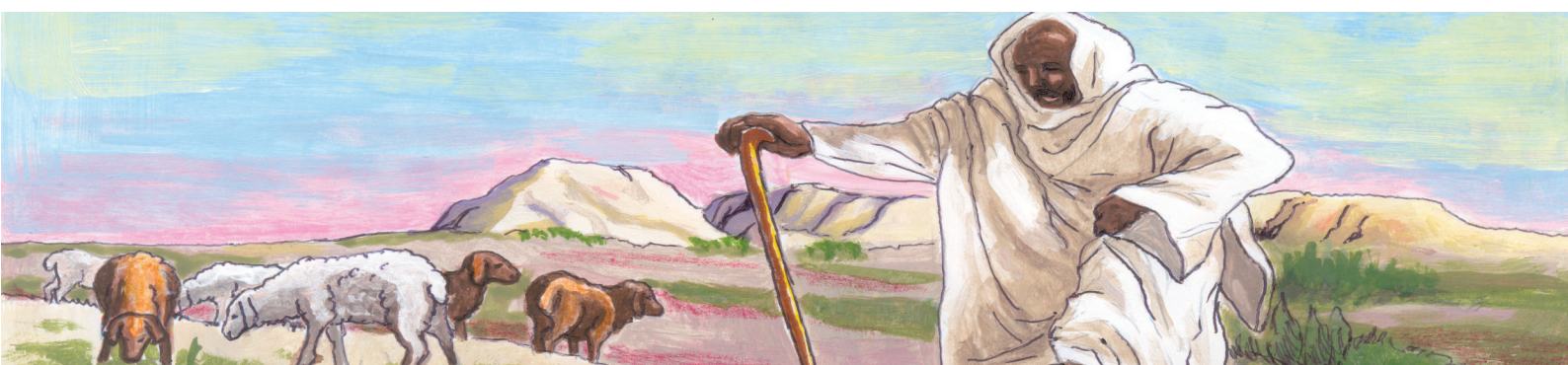


Expansão islâmica no continente africano

A colonização europeia freou a expansão islâmica no continente africano e provocou a cristianização de muitos dos povos dessa região, contudo, não significou sua eliminação, pelo contrário, uma nova fase da islamização no continente iniciou-se no século XVIII, fenômeno que coincidiu com o auge da época escravista. Embora a escravidão já existisse em várias sociedades da África Ocidental, a captura de seres humanos acelerou, a ponto de surgirem, no litoral do Golfo da Guiné, novos “Estados”, como o Daomé (atual Benin) e Ashanti (atual Gana), como resposta à crescente procura por escravos que eram enviados, em sua maioria, para servir como mão de obra nas plantations agrícolas do então novo mundo, ou seja, a região da América tropical.

As armas de fogo que os mercadores de escravos ganhavam em troca dos seres humanos apresados facilitavam novas capturas que contribuíram para dizimar populações inteiras. Ao mesmo tempo, esse perverso processo transformou os grupos caçadores e mercadores em uma nova elite. Parte dos escravos vendidos era muçulmano e foi através deles que surgiram os primeiros núcleos islâmicos nas Américas. Na África Oriental, os escravos capturados eram, em sua maioria, “direcionados” para o Oriente Médio.

No século XIX, o impacto colonial mudou profundamente o quadro existente até então. Colonialistas europeus - franceses e britânicos, além de belgas, italianos e portugueses – criaram e consolidaram impérios concorrentes que puseram fim aos “Estados” islâmicos independentes. Os ingleses, que até o século anterior haviam sido os principais organizadores do tráfico negreiro, passaram a impor o seu fim e, onde foi possível, aboliram a escravidão. A diminuição do comércio de escravos trouxe consequências negativas para as elites escravistas muçulmanas, desestruturando as estruturas estatais existentes.



A Grã Bretanha concentrou suas energias colonizadoras no projeto geopolítico de manter um domínio territorial contínuo, “do Cairo (Egito) até a cidade do Cabo (África do Sul)”, eliminando eventuais “Estados” muçulmanos que estavam no caminho. Por outro lado, em algumas áreas da África Oriental, os britânicos promoveram a vinda de trabalhadores rurais muçulmanos originários das Índias britânicas para regiões das atuais Uganda e África do Sul.

A evolução do colonialismo nas regiões da África muçulmana, gerou uma situação paradoxal: ao mesmo tempo em que os muçulmanos perdiam poder político, o islamismo teve um crescimento sem precedentes. Tribos inteiras se converteram. Isso ocorreu no contexto das rápidas transformações socioeconômicas engendradas pela colonização. A urbanização e o enfraquecimento das tradições familiares e sociais, bases fundamentais das culturas africanas, geraram um ambiente conturbado que beneficiou o islã, religião que combina o universalismo de sua mensagem com uma ideologia de clara oposição ao Ocidente imperialista. Aliás, é essa combinação que explica, em grande medida, a condição de o islamismo ser, na atualidade, a religião com o maior ritmo de crescimento em todo o mundo.

A influência muçulmana na África perpassou pelo comércio, pela arquitetura, pelas ciências, pelos dialetos linguísticos e pela religião, porém, indubitavelmente, as influências comerciais e religiosas foram às maiores características. E ainda hoje são as maiores heranças que os muçulmanos legaram aos africanos e quiçá ao mundo.

A história da África é relevante não somente por ser ele o gênese da humanidade, mas também pela importância do mesmo nos principais acontecimentos socioeconômicos, culturais e religiosos da sociedade mundial nos, pelo menos, últimos cinco séculos. É inegável a importância e a influência, por exemplo, da religiosidade africana e seus diversos deuses na cultura religiosa de inúmeros países, dentre eles o Brasil. A umbanda, quimbanda, candomblé e demais segmentos religiosos provenientes da África se “associaram” a outros segmentos religiosos existentes no Brasil como o cristianismo e a pajelança indígena e, dessa forma, originaram uma das religiosidades mais sincréticas do mundo.

Outro ponto marcante na história desse continente é a escravidão. O episódio da escravidão foi responsável por impulsionar o sistema capitalista em sua fase comercial que via os negros africanos tanto como mão de obra útil ao sistema quanto uma mercadoria passível de ser comercializada. A escravidão, indubitavelmente, representou um dos momentos mais terríveis da história da humanidade onde a racionalidade humana foi deixada de lado em troca do acúmulo de riquezas de um modo de produção perverso e cruel como o capitalismo.

A escravidão negra além de evidenciar um período de insanidade da espécie humana marca também a intensificação das intervenções europeias na África, intervenções estas que perpassaram pela escravidão e posteriormente se materializaram no período que denominamos de neocolonialismo (século XIX). As heranças desse período até os dias atuais são perceptíveis no continente africano, principalmente, quando analisamos elementos como a pobreza generalizada, o subdesenvolvimento do continente e os conflitos étnico-culturais e territoriais existentes no mesmo.

Além da questão econômica externada na relação capitalismo - mão de obra - neocolonialismo; o continente apresenta outro elemento importante na história da humanidade que se refere à expansão das religiões cristã por volta do século IV e muçulmana ocorrida a partir do final do século VII.

Esses e outros acontecimentos evidenciam apenas uma constatação, a de que a história da humanidade, para ser mais bem compreendida, deve ser vista também pelo prisma africano, haja vista que o continente está imiscuído dentro dos maiores acontecimentos que envolvem a espécie humana desde o seu surgimento até os tempos atuais.

A RELAÇÃO EUROPA – ÁFRICA

A relação Euro-Africano é antiga e provém desde a antiguidade quando os povos gregos e romanos chegaram à África pela primeira vez. Aliás, ela sempre foi um local de atração de povos estrangeiros em toda a sua trajetória, fato percebido quando se visualiza as distintas parcelas geográficas da África e a forma de ocupação e colonização de cada uma delas.

Áreas como o norte da África e o Egito foram conquistados e colonizados por diversos povos, entre eles, os gregos os persas e os romanos na antiguidade, e espanhóis e portugueses no período moderno. As ilhas litorâneas da porção leste foram colonizadas por povos originários da Ásia, da Pérsia e da Arábia, bem como também por europeus, no caso por portugueses e espanhóis.

A partir do século XV, as ilhas costeiras da porção oeste do continente foram também colonizadas por ingleses, franceses, dinamarqueses, portugueses e espanhóis que estabeleceram fortificações comerciais em diferentes regiões do seu litoral entre o Senegal e o cabo da Boa Esperança. No interior do continente, contudo, a entrada de estrangeiros na África subsaariana foi totalmente distinta. Por quase dois séculos nota-se a presença de comerciantes e missionários portugueses na capital do Congo. No mais, os únicos estabelecimentos asiáticos ou europeus em qualquer porção do interior da África foram uns raros fortes comerciais franceses localizados às margens do Senegal e portugueses às margens do Kwanza e do Zambeze e terras utilizadas pelos holandeses para o pastoreio na Cidade do Cabo.

As ocupações do continente africano promovidas pelos europeus obedeceram a uma lógica econômica capitalista, pois a ida desses povos para a África se deu em razão de eles irem buscar riquezas nesse continente que lhes permitisse promover um acúmulo econômico. Entre essas riquezas, indubitavelmente, a que alcançou maior destaque foi à comercialização de seres humanos por meio do tráfico negreiro.



A ESCRAVIDÃO E O TRÁFICO NEGREIRO: CICATRIZES EUROPEIAS NO CONTINENTE AFRICANO.

A primeira observação que se deve fazer acerca do assunto é que a escravidão na África não foi algo inventado pelos europeus, pelo contrário os próprios africanos já realizavam tal prática, essa constatação suscita uma reflexão acerca de como era o *modus vivendi* desses povos antes da chegada dos europeus.

Segundo Claude Meillassoux, no seu livro *Antropologia da Escravidão*, a escravidão aparece na África como a antítese das relações de parentesco. Para explicar tal antítese, o autor parte da ideia de constituição da comunidade doméstica. A comunidade doméstica tinha dois elementos identificadores: de um lado o parente, de outro o estranho. Os parentes eram homens livres que nasceram e se desenvolveram conjuntamente, e que estão inseridos na sociedade tanto como produtores como reprodutores; as suas relações de filiação se estabelecem quando ocorre uma transferência do subproduto de um indivíduo para os mais velhos ou seus descendentes, ou seja: a produtividade determina o parentesco, pois é ela quem vai garantir a existência física e renovação das gerações. (MEILLASSOUX, 1986: p 19,20). Essa relação é tão forte dentro da comunidade doméstica que, em algumas regiões, quem não se enquadrar nessa relação dupla de produção e reprodução pode ser vendido como escravo.

Já os estranhos da comunidade doméstica são aqueles que não se desenvolveram no meio social em que se encontram, dentro dos laços sociais e econômicos que relacionam os homens livres. Entretanto, os estranhos podem, em alguns casos, se inserir nessa “nova sociedade”. Nesse caso, a mulher estranha tem vantagem em relação ao homem graças ao fato de possibilitar um aumento na capacidade reprodutora da sociedade em que é inserida; o homem estranho normalmente é aceito quando se observa algum desequilíbrio de sexos na comunidade.



No entanto, mesmo sendo aceito em determinadas situações, a progenitura de uma união com um estrangeiro será enfraquecida, pois pertence apenas a uma linhagem, ao passo que somente as duas linhagens se tornam o elemento essencial de civilização (MEILLASSOUX, 1986: p25).

Entretanto, muitas vezes a sociedade não tem condições de assimilar o estrangeiro e, quando isso acontece, esse se encontra totalmente à margem social, tornando-se suscetível à exploração ou ao sacrifício. Sem nenhuma relação de parentesco, muitas vezes só produzindo para a sociedade, o estrangeiro se encontra praticamente caracterizado como um escravo, ou seja: ele é incapaz de se reproduzir socialmente, e por isso mesmo se constitui relações de parentesco. No entanto, não podemos confundir a situação na qual o estrangeiro se encontra com a escravidão, buscando nessa relação a origem do escravismo africano. Afinal, “só há escravidão, como modo de exploração, quando essa constitui uma classe distinta de indivíduos que se renovam da mesma forma institucional” (MEILLASSOUX, 1986: p 28). Assim sendo, na economia doméstica a escravidão se apresenta como antítese das relações parentais, só se podendo pensar em escravidão como um modo de exploração a partir do contato de diferentes civilizações.

Como citado anteriormente, a África foi e é composta por diferentes civilizações e o confronto entre elas é quase “natural”. Tal fenômeno ocorre principalmente na zona saheliano-sudanesa, na qual as guerras entre os diferentes povos, muitas vezes se constituem como a forma que os mesmos têm para sobreviver. Dentro deste contexto, iremos observar a formação de Estados militares que objetivavam principalmente a obtenção de escravos através da exploração das populações que perdiam as guerras. E tais guerras de sobrevivência ganharam com o comércio e o tráfico de escravos uma dimensão praticamente inimaginável.



Zona saheliano-sudanesa

Produto de guerras, o escravo se constituía como um estrangeiro que em muitas populações africanas é entendido como o oposto de civilizado. O primeiro fator para tal estraneidade era a sua origem longínqua: o escravo dificilmente era um vizinho do dominador. Outro componente que caracteriza essa estraneidade é a forma extremamente violenta que se estabelecia entre as sociedades produtoras e escravagistas, dificultando ainda mais as relações de senhor e do escravo.



Outra característica praticamente inerente ao estado de escravo é a sua incapacidade de reprodução não apenas social como também natural, o que Claude Meillassoux denominou de “esterilidade”. Não havia a menor preocupação por parte dos senhores em promover casamento entre seus escravos visando sua procriação, pois a perpetuação das incursões escravistas se incumbiam de tal reprodução, além de serem muito mais vantajosas economicamente. O escravo era uma espécie de “potencial-trabalho, que ao ser alimentado se transformava em energia-trabalho” (MEILLASSOUX, 1986). Dessa forma, era muito mais interessante para o senhor se aproveitar ao máximo da potencialidade transformada em energia de trabalho do seu escravo - o que presumia a máxima exploração do mesmo - impossibilitando assim a sua procriação. Além disso, a condição quase que profissional assumida pelos Estados guerreiros garantia para os senhores a possibilidade de renovar seu “exército escravo” assim que fosse necessário.

Meillassoux (1986) destaca a transformação do ser humano – característica muitas vezes deixada de lado quando se fala em escravidão – para tanto chama a atenção a essa dicotomia potencial-trabalho e energia-trabalho que caracteriza o escravo, segundo o autor ela não era instantânea. O escravo só se torna escravo quando, depois de capturado, é inserido na sociedade em seu estado de estranho, onde todas as suas relações e laços de parentesco estavam rompidos, caracterizando a sua dessocialização.

Quando se encontrava fora do seu meio de origem, o cativo passava por uma “morte social”, como se tivesse sido vencido e morto em combate. Em seguida, o cativo era renegado na sociedade escravista, sendo considerado um “não nascido” e perdendo todos os seus direitos. Já dentro da sociedade que o empregava, o escravo não tinha a possibilidade de reconstruir seus laços e suas relações parentais se caracterizando como um despersonalizado: não tinha linhagem materna ou paterna (o que lhe atribuía o “fardo” de não civilizado) e muitas vezes nem nome. As mulheres escravizadas passavam por um processo particular até chegarem nesse estado. Como os responsáveis pela reprodução da classe escravista eram as guerras e o comércio, a mulher perdia a sua principal característica que a diferenciava do homem: a capacidade de procriar. Assim, era igualada ao homem, o que possibilitava uma maior exploração do que aquele (nas sociedades africanas essa dessexualização era muito importante, pois a mulher escrava tinha um valor maior que o homem). À mulher era negada a maternidade. E mesmo quando por ventura a escrava procriasse, a sua condição de mãe ainda lhe era negada, já que seu filho era, antes de qualquer coisa, propriedade do seu senhor. A mulher escrava era dessexualizada, sendo submetida aos mesmos trabalhos e tratos que os homens.

Vê-se então que a transformação do cativo para escravo consistia na negação de praticamente todas as prerrogativas que entendemos como humanas. Os escravos não tinham (ou não poderiam ter) nenhuma vontade, muito menos direitos; estavam totalmente à mercê dos seus senhores, não sendo considerados indivíduos ou cidadãos e se assemelhando muito ao status de coisa, de propriedade. Transformados em força de trabalho, os escravos assumiram as mais diversas atividades nas mais diferentes áreas, afirmando o que Meillassoux já havia apontado, que é a possibilidade que o escravo tinha de “transitar” pelas mais diversas condições, permanecendo no seu estado de escravos (MEILLASSOUX, 1986).



Na África escravista, existiam os mais diferentes “tipos” de escravos. Em primeiro lugar nos deparamos com o escravo braçal, que constituía a casta mais baixa deles. Havia também os escravos feudatários, que produziam seu próprio alimento e de seu senhor nas terras deste, numa espécie de “escravidão servil”. O escravo que fornecia uma renda em produto, e não mais em trabalho, constituindo uma aparente família que, no entanto, sempre dependia da vontade do senhor; eram os escravos meeiros. Encontra-se também, os manumissos: uma “classe” de escravos que estava, por alguma razão, isenta de pagar tributos ao seu senhor, mas que mesmo assim não conseguia mudar seu estado de escravo. Dificilmente o escravo conseguia se desvincular desse “fardo”, e carregava a escravidão como uma marca durante toda a sua vida. As alforrias do continente africano não possibilitavam nenhuma liberdade de movimento, pois mesmo depois de libertos os forros continuavam perto do senhor. Havia, também, uma tradição na África que dizia que com o passar do tempo as gerações que fossem surgindo iriam ser livres. Mas tal tradição poucas vezes saía do campo da teoria; as gerações oriundas de escravos tinham como herança a escravidão, mesmo quando libertos a sua descendência escrava falava mais alto, fato que até hoje podemos ver no continente africano e que é o causador de muitos dos preconceitos que lá existem.

Além da cicatriz que a escravidão era, o caráter alienado do escravo dentro da sociedade que o empregava tornava-o ainda mais suscetível a preconceitos. Todas as suas relações eram mediatizadas pelos seus senhores. O escravo se encontrava completamente alienado na sociedade que o empregava. Sua alienação extrapolava o efeito da exploração dos escravos, tornando uma característica inerente à classe. Pode-se constatar essa alienação, juntamente com a diversidade de tarefas que o escravo exercia, quando se estuda a escravidão nas aristocracias africanas. Construindo-se como o antiparente, o estranho da sociedade, o escravo aparecerá nesse contexto como um eficaz elemento de manipulação política e social.

Observe como isso acontecia.

Nas aristocracias africanas, o poder real nunca surgia sozinho. Para a sua edificação era imprescindível o apoio de aliados; e graças à sua função de “braço direito” do rei, tais aliados gozavam de muitos privilégios, entre os quais o exercício do poder político. Em muitos reinos podemos constatar que o soberano assumia um caráter divino dentro da sociedade, tornando-se uma espécie de semideus. Essa divinização acabava isolando o rei dos demais aristocratas e consequentemente do poder, sendo muitas vezes sujeitado às decisões do conselho aristocrático, e se vendo na necessidade de competir com os aristocratas e com sua corte o poder real. Outro elemento que enfraquecia politicamente a figura do rei era a poligamia. A sua enorme quantidade de filhos criava um sério problema quando se ia discutir a sucessão real. A briga interna - dentre os possíveis sucessores - pelo poder tornava a figura do rei mais vulnerável, já que esse poderia a qualquer momento ser substituído por um dos seus familiares ou até mesmo por inimigos seus.

Em meio à disputa pelo poder, o escravo aparecia como um importante aliado do rei, graças à sua condição de estranho, de não parente. Sendo assim, o escravo se transformava no homem de confiança do rei, uma espécie de barreira protetora contra as famílias nobres rivais. O eunuco aparece como o melhor exemplo: assumindo cargos importantes no reino, esse “tipo de escravo” se torna um importante elemento de distanciamento do rei tanto para com seus rivais como para seus parentes. Havia uma expectativa de lealdade para com os escravos por parte do rei, que acabavam ficando extremamente próximos deste, assumindo muitos cargos. No entanto, mesmo os escravos de corte gozando de uma situação melhor que os demais, nunca deixaram seu lado de escravo.

Consegue-se observar que mesmo antes da chegada dos europeus no continente africano, a escravidão já tinha certa importância econômica. Além de assumirem as mais diversas atividades, o escravo tinha outra importância que consistia na forma pela qual era obtido e reabastecido. Como já foi dito, muitos Estados africanos viam a guerra como a principal forma de sua subsistência. Em muitas regiões da África essa guerra era premeditada, o que nos mostra que havia toda uma preparação por parte desses reinos, onde muitos possuíam exércitos permanentes para tal atividade. E para uma melhor compreensão de como era a escravidão na África e como esta irá se perpetuar para o Novo Mundo, é muito importante se saber como funcionava sua forma de abastecimento.

Havia guerras que procuravam principalmente os escravos, e outras com fins administrativos (assim como as guerras políticas). As *razias*, praticadas em toda a África, exigiam tropas pequenas e um armamento relativamente sumário se comparada às guerras. Além disso, ela permitia o livre recrutamento dos participantes que eram os donos do empreendimento, o que acabou ajudando na construção de uma classe guerreira independente do Estado. Por fim, pode-se observar o fenômeno do banditismo - que com a instituição do tráfico negreiro, acabou se tornando mais presente em toda a África - praticando o rapto dos cativos por membros da própria comunidade, entre parentes e vizinhos (o que de certa forma contrariava a escravidão na África), onde ninguém estava a salvo dos mesmos indivíduos que deveriam ser os protetores das comunidades. Esse fenômeno negava qualquer relação social: “O bando era efetivamente um modo de organização sociopolítica específico, que, quando se consolidava, ameaçava a sociedade doméstica e gentílica, não só pelas depredações que cometia, mas também em razão da incompatibilidade de suas estruturas respectiva” (Meillassoux, 1986: 218)

Os bandos não tinham chefes permanentes, No entanto, muitas vezes o bando assumia tarefas de gestão, de administração e proteção, contra o mesmo banditismo que eram oriundos. O banditismo gerou dois efeitos: ou as clãs se organizavam para resistir a ele, ou os guerreiros faziam dele a base do seu poder.

O TRÁFICO NEGREIRO



Principais fornecedores de escravos para o Brasil

Apesar de a escravidão ser um fenômeno universal, o tráfico de escravos apresenta algumas particularidades, tais como:

- sua duração - aproximadamente quatro séculos;
- a especificidade de suas vítimas - a criança, a mulher e o homem negro do continente africano;
- e sua legitimação intelectual - a depreciação cultural da África e do Homem Negro e a resultante construção da ideologia do racismo anti-negro e sua organização jurídica na forma dos “Códigos negros”, vergonhosos textos excluídos da memória jurídica e histórica que devem ser urgentemente trazidos novamente à tona.

A chegada dos europeus na África alterou as formas de obtenção de escravos. Num primeiro momento, o tráfico de escravos para a América era vantajoso tanto para os europeus que o realizavam para as aristocracias que forneciam a matéria prima de tal comércio.



A África já conhecia a escravidão e essa era de extrema importância para muitos reinos. No entanto, nas regiões africanas, a mulher escrava tinha um valor muito maior que o homem, o que muitas vezes provocava um excesso desse último, que muitas vezes eram sacrificados por não terem para onde ir. Com a presença dos europeus, o problema do excesso de escravos homens parecia ter encontrado a solução: os reinos africanos faziam a guerra, escravizavam os perdedores, ficavam com as mulheres (que era o que realmente lhes interessava) e vendiam os homens para os europeus.

No entanto, havia uma diferença básica na concepção de escravidão entre a aristocracia e o comércio. Enquanto a primeira apenas abastecia o mercado (o interno e mais tarde o externo), a segunda se desenvolvia a partir dele, ou seja: os comerciantes precisavam estar sempre com escravos no mercado. Essa necessidade constante de estar sempre renovando o estoque de escravos, fez com que os comerciantes expandissem o escravismo.

Num primeiro momento, as aristocracias militares tinham pleno controle sobre as trocas que faziam com os comerciantes, tanto que em muitos reinos havia conflitos entre a aristocracia guerreira que fornecia os escravos e a classe mercantil que os escoava, já que os comerciantes eram submissos ao rei. Na realidade nem os comerciantes europeus tinham domínio sobre essa região, e para continuar comercializando com elas teriam que manter boas relações com a aristocracia. Afinal de contas, os europeus sozinhos jamais dariam conta da demanda de escravos; a aliança com as aristocracias locais era imprescindível para a comercialização de armas.

As trocas entre africanos e europeus consistiam basicamente entre escravos por cavalos e armas de fogo. Esses dois últimos itens contribuíram para o aumento de escravos no continente africano. A África Negra não produzia armas de fogo e não tinha cavalos do porte dos comercializados com os europeus. A inserção dessas duas mercadorias nas sociedades africanas provocaram uma expansão extraordinária do escravismo na África. Com as armas de fogo e cavalos mais rápidos, a presa de escravos eram muito mais fácil, já que ele não tinha como se defender de um fuzil, ou correr mais do que um cavalo. A eficiência e a rapidez com que as guerras passaram a ser feitas aumentaram demais o número de escravos disponíveis para o comércio, o que resultou numa baixa de seu preço e de um maior controle dos europeus em torno do comércio escravista.

Somando-se a essa maior facilidade que os europeus encontraram para adentrarem na economia africana, um fato muito importante tem que ser levado em conta. Muitos reinos africanos como Sudão, Kongo, entre outros, se encontravam em plena decadência política, econômica e social, o que resultou numa dominação quase absoluta deles pelos comerciantes europeus. Exemplo claro disso é a aculturação que muitos reinos passaram, tornado-se inclusive cristãos. Na verdade o comércio escravista se tornou uma grande bola de neve: quanto mais se comercializava, mais se tinha para comercializar. E tal aumento de escravos e consequentemente seu baixo preço, fizeram com que a escravidão chegasse às classes baixas da sociedade africana, como por exemplo, os camponeses, o que serviu para deteriorar ainda mais a estrutura social dos reinos africanos.

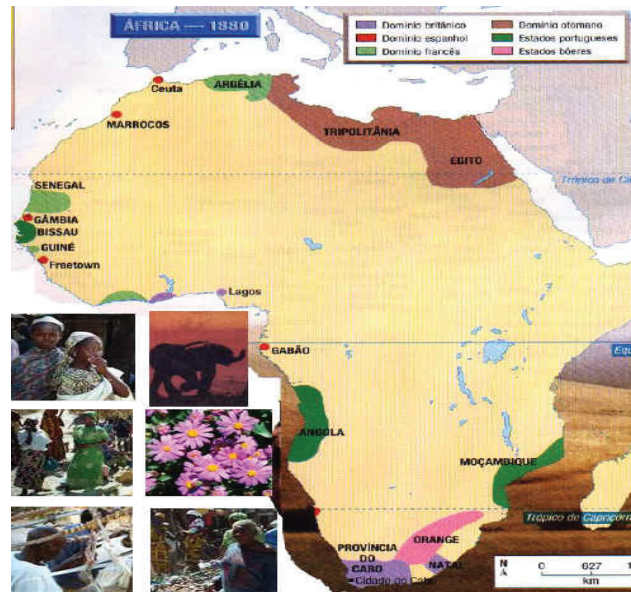
Os africanos que já conheciam e lidavam com a escravidão, se viram totalmente perdidos quando esta ganhou um caráter extremamente comercial em escala mundial. Durante muitos anos a principal função do oeste africano foi o constante reabastecimento de escravos para as economias mundiais, ficando totalmente à mercê do tráfico atlântico, ao ponto de terem muito mais escravos do que a demanda comercial pedia. Muitos portos se abriram no litoral oeste africano, o que também serviu para a formação de cidades bem urbanizadas e que poucos laços ainda mantinham com a comunidade doméstica

Exportando em larga escala, a sua maior preciosidade, que era sua gente, a África se constituía durante mais de 500 anos como a maior colônia do mundo, primeiro como feitorias que abasteciam o Novo Mundo com seus escravos, depois como Colônia propriamente dita, no século XIX, durante o chamado Neocolonialismo ou Imperialismo.

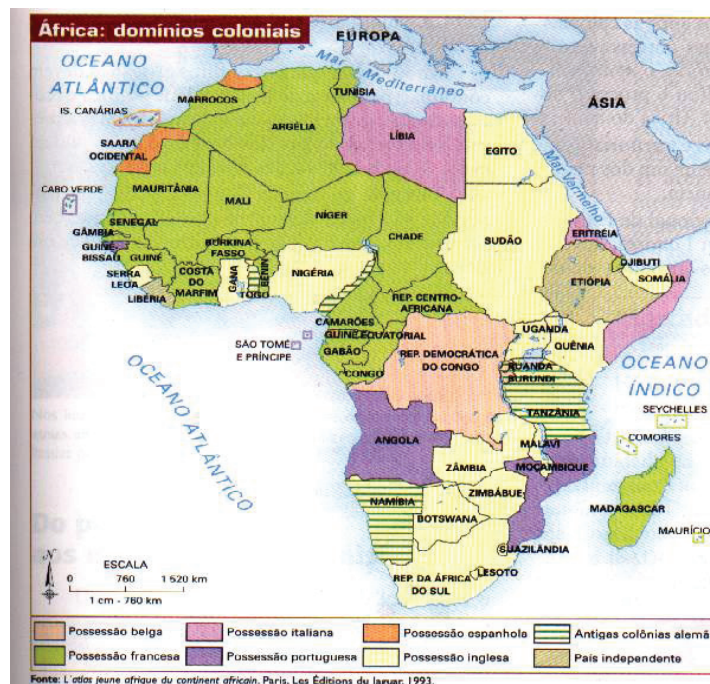
O PERÍODO DO NEOCOLONIALISMO

Ao longo do século XIX, depois da proibição gradativa do tráfico escravista, a África passou por um período de “descoberta” por parte das nações europeias. Foi uma época em que os missionários e expedicionários tiveram papel fundamental na sujeição e no recolhimento de informações sobre o interior do continente, praticamente desconhecido pelos europeus até a virada dos séculos XIX e XX.

Em busca de mão de obra barata, novos territórios e matérias-primas para o desenvolvimento de suas indústrias, os europeus “retornam” a África na segunda metade do século XIX. O ápice desta nova corrida à África foi a Conferência de Berlim, em 1884-85, que tinha como objetivo principal acabar com os conflitos entre os europeus pelo território africano. Ela reuniu os principais países europeus à época e traçou os atuais limites territoriais que formam a maioria das nações africanas de hoje. Foi uma demarcação sem nenhum respeito às fronteiras naturais e sociais que marcavam os diferentes povos africanos.



África antes da Conferência



África pós-conferência

Após esta Conferência é que de fato se fala na Era Colonial da história da África. Entre 1885-1914, os europeus se apoderaram de 9/10 do território africano. Foi um período em que tiveram papel central seis países europeus, detentores da maior parte das novas colônias no continente: Inglaterra, França, Portugal, Bélgica, Itália e Alemanha. Em particular, os dois primeiros citados.



A detenção desses territórios possibilitou aos países europeus desenvolver uma política externa imperial moderna que, de forma geral, consistia na necessidade de conquistar novos mercados consumidores e novas fontes de matérias-primas. Tal política ficou conhecida como “O Imperialismo” e correspondeu à dominação dos países industrializados da Europa sobre países tidos como “atrasados” da África e Ásia. Vale lembrar que houve dominação também na América.

Essa colonização imperialista do século XIX foi diferente da colonização que ocorreu entre os séculos XVI e XVIII, época da transição do feudalismo para o capitalismo.

No Imperialismo a busca era por fornecedores de matérias-primas para as indústrias e, conseqüentemente, de mercados consumidores, enquanto que a colonização que começou no século XVI, buscava metais preciosos, de grande valor no mercado europeu. Além disso, essa colonização se concentrou mais na América.

A dominação imperialista europeia não teve limites. Europeus consideravam os africanos e os asiáticos como povos “subdesenvolvidos” e que necessitavam de mudanças, ou seja, civilizar-se. Tinham como argumento que um povo civilizado seria aquele que tivesse a mesma cultura europeia, isto é, o mesmo modo de vida e o mesmo desenvolvimento.

Para tanto, os europeus usavam de violência com a população, utilizando exploração pela força e submissão racial. Alguns tinham por argumento a religião. Queriam levar a palavra de Deus aos povos que não eram cristãos. De uma forma ou de outra, sempre menosprezaram os povos colonizados. Houve também outros tipos de domínio, tais como a dominação econômica. A dominação econômica deu-se em países que tinham independência e um governo próprio. Com isso ficaram submetidos ao controle econômico dos países imperialistas.

Os primeiros decênios do século XX marcaram uma transformação dos planos coloniais para a África. Inicialmente, com o apoio de alguns intelectuais europeus progressistas, como Pablo Picasso, se inicia uma reação antirracista contra o colonialismo. Para estes, a “primitividade” da África representaria uma visão de mundo alternativa, quiçá, uma fonte de criatividade e originalidade perdidas pela expansão da racionalidade instrumental no Ocidente. O pessimismo europeu quanto à Primeira Guerra Mundial contribuiu para nova onda de relativização, quanto ao papel do Ocidente, nos meios intelectuais.

Por outro lado, vê-se o surgimento dos intelectuais africanos e seus descendentes na diáspora, que começam a sentir-se copartícipes da mesma comunidade de interesses, na luta

contra o racismo e o colonialismo. Desde W. E. Du Bois, “Pai” do Panafricanismo, são vários os termos para se referir a esta unidade: raça, etnia, povo, espírito, comunidade, etc. O importante foi sua percepção da luta comum dentro de um universo simbólico contemporâneo. É o que Paul Gilroy intitula modernidade negra em sua obra, *Atlântico negro: modernidade e dupla consciência* (2001).

Motivado por estes dois movimentos antirracistas, e, pelo desencadeamento das Grandes Guerras Mundiais, a organização africana contra o colonialismo tem um salto qualitativo no entreguerras. Neste contexto, teve papel fundamental à intelectualidade africana formada nas Igrejas, escolas e faculdades da própria Metrópole, na África ou no estrangeiro. Esse foi o caso de vários líderes dos movimentos de descolonização, a partir da década de 1940, como, Seke Touré, Kwame N’Krumah, Frantz Fanon, Jomo Kenyatta, Julius Nyerere, Agostinho Neto, Patrice Lumumba e outros. São pensadores e atividades infelizmente ainda pouco conhecidos do público brasileiro.

Na África, os movimentos de descolonização duraram todo o século XX. Seu objetivo primeiro foi finalmente alcançado: a independência nacional. Muitas foram as formas e tendências de tal fenômeno. Desde a negociação pacífica até as revoluções armadas.

Restam, entretanto, inúmeros problemas as jovens nações africanas. Tais problemas não são tão diferentes do que o de outros países subdesenvolvidos, apenas mais agravados: economia estagnada, miséria social, corrupção política, cultura colonizada, etc.

Grande parte desses problemas atuais na África está relacionado ao fato de que suas antigas nações, de origem étnica, haverem sido aleatoriamente divididas conforme os interesses das metrópoles nas colônias, na Conferência de Berlim. Tal fato fez com que em um mesmo país, desenhado como colônia, se tenham diferentes etnias, por vezes, historicamente inimigas.

Além disto, muitas destas divisões étnicas pré-coloniais foram instrumentalizadas pelos colonizadores para a manutenção de sua dominação. Trata-se da famosa tática “dividir para dominar”. Essa foi uma política amplamente utilizada na época colonial, ajudando a transformar a questão étnica na África em um fator de divisão política.

A tática “dividir para dominar” foi especialmente utilizada nas regiões em que o número de colonizadores era proporcionalmente muito pequeno em relação aos colonizados. Neste caso, os colonialistas se aproveitaram das divisões étnicas nativas, ou mesmo incentivaram sua recriação, de duas formas correlatas: a) favorecendo um grupo étnico em particular; b) favorecendo ora um, ora outros grupos étnicos.

No primeiro caso tem-se, por exemplo, a administração colonial inglesa no Quênia, Gana e África do Sul. Neste último, temerosos da unidade zulu, cuja história é centenária, os colonizadores favoreceram o sentimento de unidade das demais comunidades étnicas. Essa rivalidade inter-étnica perdurou ao longo do século XX, prejudicando a união contra o apartheid naquele país.

Assim ocorreu também durante a ascensão dos movimentos de descolonização, quando os colonialistas incentivaram a rivalidade étnica contra grupos mais ativos nas lutas de libertação. Este é o caso, por exemplo, da colonização portuguesa na Guiné-Bissau, na década de 1950. Com o intuito de minar o avanço das forças revolucionárias do Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde (cujo líder foi Amílcar Cabral), os portugueses recorreram à luta contra os balantes, majoritariamente favoráveis à independência.





No segundo caso da tática “dividir para dominar”, poder-se-ia citar os graves conflitos entre tutsis e hutus, em Ruanda e Burundi. Historicamente, tsutis e hutus formavam duas nações na bacia do rio Congo, desde o século XV. Durante o entreguerras, os colonizadores belgas, pouco numerosos na região, se utilizaram desta tática para reforçar intrigas inter-étnicas, favorecendo ora tutsis ora hutus. Após a conquista da independência, tais intrigas se transformaram em conflitos étnicos generalizados, levando os países a uma guerra civil intermitente, que perdura por décadas.

Por outro lado, embora os movimentos de descolonização fossem em sua maioria de caráter nacionalista, em algumas regiões da África, a resistência ao colonialismo também possuía uma identidade étnica de base, que foi utilizada como fator político.

Um exemplo disso foi a Revolta dos Mau-Mau, no Quênia, na década de 1950. Os mau-mau faziam parte do grupo kikuyu, do líder pan-africanista Jomo Kenyatta. Desde 1950, eles se organizaram como um grupo clandestino, praticando ações violentas contra os colonizadores ou contra aqueles que eram vistos como seus auxiliares. Sua unidade era basicamente étnica, assentada sob uma série de rituais e sacrifícios que uniam os membros do grupo. Foi uma atuação que, embora temporariamente derrotada, abriu caminho para a descolonização do Quênia.

Utilizada como forma de resistência ao colonialismo, mas, sobretudo, como forma de dominação colonial, a identidade étnica, ressignificada, se tornou, portanto, um fator político relevante para os africanos.

Na época da Guerra Fria, a etnia voltou a ser utilizada na luta política. Em particular, pelos E.U.A., que defendiam avidamente seus interesses econômicos e geopolíticos no continente. Por exemplo, quando os ibos se libertaram da Nigéria, em 1967, criando a República de Biafra, os EUA e a Grã-Bretanha, interessados na manutenção das elites hauçás do governo nigeriano, sua aliada na África Ocidental, patrocinou uma guerra civil que se estendeu até 1970, quando os ibos se renderam e o território foi reincorporado à Nigéria. Estima-se que morreram então algo em torno de dois milhões de pessoas na guerra civil, em sua maioria ibos.

Alguns dos conflitos étnicos citados, e outros da mesma época, contribuíram decisivamente para a instrumentalização da questão étnica como força política na África contemporânea.

Entretanto, hoje, a expansão e diversidade com que tais conflitos étnicos vêm ocorrendo não se explicam, em grande parte, por esta genealogia histórica. Antes pelas disputas políticas e econômicas atualmente existentes. Algo que apenas indiretamente se relaciona com a existência do colonialismo, das lutas pela descolonização ou a Guerra Fria.

Na contemporaneidade, as disputas étnicas na África escondem outros interesses, talvez mais escusos.

Em primeiro lugar, responde ao desejo mórbido de certas milícias se perpetuarem no poder local, mesmo que instaurando uma guerra infinita. Este é o caso dos chamados “Senhoras de Guerra”, que pululam na África atual. Foram agraciados com a expansão do tráfico internacional de armas, após o fim da Guerra Fria.

Nestes casos, as lutas se prolongam, principalmente, pelo controle das regiões ricas em minerais ou matérias-primas, sobretudo diamantes, ouro e petróleo. Veja-se, por exemplo, a Somália atual, que após a queda do presidente Siad Barre, em 1991, vive fragmentada em estado de guerra civil intermitente, que já matou dezenas de milhares. Também em Serra Leoa, na década de 1990, explodiu uma guerra civil promovida por milícias igualmente bárbaras, motivadas pelo controle da extração de diamante, contrabandeado para o exterior. Estima-se cinquenta mil mortos e trezentos mil refugiados.

Em segundo lugar, tais conflitos aparentemente étnicos respondem hoje a interesses econômicos de multinacionais e elites governamentais corruptas, preocupados na manutenção de mercados e/ou concessões ilegais para as indústrias europeias e estadunidenses: farmacêuticas, mineradoras, entretenimento turístico, etc. Esse é o papel que cabe, por exemplo, as indústrias madeireiras, como financiadoras dos conflitos “étnicos” da década de 1990, que levam a desconstrução nacional e crise social da Libéria e do Congo-Kinshasa.

Em verdade, pois, o crescimento atual do fator étnico na política revela, na África, a decomposição do poder nacional como forma de auto-governo.

Neste sentido, a análise histórica dos conflitos étnicos na África, durante o século XX, revela diversificada instrumentalização e ressignificação da identidade “étnica” como força política. O mesmo fenômeno pode ser encontrado em outros lugares, desde outras motivações aparentes, em especial, conflitos religiosos. Neste quesito, pois, a história da África não é tão diferente da história universal.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIOP, Cheikh A. A origem dos egípcios. In: MOKHTAR, G. **História geral da África: a África antiga**. São Paulo: Ática/UNESCO, 1980.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra**. Portugal: Publicações Europa-América, vol. 1 e 2, 1979.

MEILLASSOUX, Claude. **Antropologia da escravidão** - o ventre de ferro e dinheiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1986

MONTEIRO, Rosana Batista (Coord.). Licenciaturas. In: **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

MUNANGA, K, MOURA, C. & PEREIRA, R. **Historia e culturas ilustradas da África e sua diáspora brasileira** (mimeo). São Paulo: Ministério da Cultura, s./d.

NASCIMENTO, Elisa. L. As Civilizações Africanas no Mundo Antigo. In: Thot: **Escriba dos Deuses**. Brasília: Gabinete do Senador Abdias Nascimento, nº 3 (1997), pp. 223-48.

NEVES, Walter. **Africanos vieram antes**. Pesquisa FAPESP, n. 66, p. 50-53, jul. 2001.

OLIVER, R. E FAGE, J. D. **Breve História da África**. Lisboa: Sá Da Costa, 1980.

3

A FORMAÇÃO DOS QUILOMBOS

ANDRÉ LUIZ SILVA DA SILVA





INTRODUÇÃO

O presente artigo vai ao encontro de uma análise que em pese sobre a formação dos quilombos. E para que possamos melhor analisar a referida temática requer a compreensão de determinados elementos como o próprio território quilombola, uma vez que os quilombos marcaram praticamente todo o território como sinal de protesto às condições desumanas e degradantes a que estavam sujeitos os escravos. Estes se constituíram em territórios étnicos de resistência. Bem como uma análise a respeito dos entendimentos sobre os quilombos, os quilombolas e ainda estes como núcleo de resistência a escravidão, onde o Quilombo dos Palmares era o maior símbolo da resistência do africano à escravidão, localizava-se na Serra da Barriga, região onde fica a divisa dos estados de Alagoas e Pernambuco. E ainda abordar alguns exemplos de quilombos no Brasil e no Pará, com destaque para Abacatal e Macapazinho. São alguns dos importantes elementos que constituem a formação dos quilombos.

APRESENTAÇÃO

Cada continente possui a sua especificidade, de modo que ao observarmos as similaridades da África, passamos a conhecer sobre essa peculiaridade sociopolítica, uma vez que os africanos ajudaram a formar a nossa sociedade brasileira. Dentro desse contexto, cada vez mais se discute no Brasil a importância da África nos diferentes aspectos da diversidade étnica e regional brasileira. Desse modo o aspecto que o presente trabalho dará ênfase será a formação dos quilombos. Sendo estes organizações de resistência e luta contra uma sociedade escravocrata. Por isto, traziam em sua proposta uma organização social mais justa. Estimativas, segundo Treccani (2006), de cerca de 3 mil áreas de remanescentes de quilombo no Brasil, das quais 500 já são reconhecidas pelo Governo. Logo a presente temática é de suma importância para ser analisada no Brasil, para que possamos melhor conhecer sobre essa conjuntura diversificada dos quilombos.



O TERRITÓRIO QUILOMBOLA

A escravidão negra foi disseminada no território brasileiro e perdurou por mais de três séculos. Um dado relevante é a presença significativa dos escravos negros no total da população no final do século XVII e começou no século XIX. (...), em 1583, tinha “uma população de cerca de 57.000 habitantes. Desse total, 25.000 eram brancos; 18.000 índios e 14.000 negros”. (...), em 1818, quando a população passou a ser 3.870.000, com 1.930.000 escravos. Em 1867 os escravos caíram para 14,17% do total (eram 1.400.000 contra 9.880.000 homens livres) (TRECCANI, 2006, p.32).

As reflexões sobre o conceito de território desenvolvido por diversos autores na Geografia, sendo que cada um dependendo da sua linha de trabalho e de suas concepções teórico metodológicas, dão ênfase a alguns aspectos dentro do território, seja o aspecto econômico, político e cultural ou o entrelaçamento destes fatores, para explicar o conceito e a dinâmica de um espaço que está sempre em construção. Nesse contexto de territorialidade um dos autores pioneiros na abordagem do território foi Claude Raffestin (1993). Merece destaque na sua obra o caráter político do território, bem como a sua compreensão sobre o conceito de espaço geográfico, pois o entende como substrato, um palco, preexistente ao território. Nas palavras do autor:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Dentro da concepção enfatizada pelo autor, o território é tratado, principalmente, com uma ênfase político-administrativa, isto é, como o território nacional, espaço físico onde se localiza uma nação; um espaço onde se delimita uma ordem jurídica e política; um espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras. Segundo o mesmo autor, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço. Neste sentido, entende o território como sendo:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Na análise de RAFFESTIN (1993), a construção do território revela relações marcadas pelo poder. Assim, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território. Poder e território, apesar da autonomia de cada um, vão ser enfocados conjuntamente para a consolidação do conceito de território. Assim, o poder é relacional, pois está intrínseco em todas as relações sociais.

Após a análise a respeito de território podemos melhor compreender o território Quilombola, como um espaço em constante construção no tempo e no espaço em que pese as relações entre os sujeitos, ou melhor os quilombolas, com a natureza e ainda o poder destes sobre o território.

Os quilombos marcaram praticamente todo o território como sinal de protesto às condições desumanas e degradantes a que estavam sujeitos os escravos. Estes se constituíram em territórios étnicos de resistência, como alternativa de organização sócio-político-espacial às diversas formas de exploração do trabalho negro e escravo. Os territórios das comunidades negras, assim, têm origem nos quilombos ou mocambos, formados, sobretudo, pelos escravos que se rebelavam contra a escravidão.

O QUILOMBO

Os Quilombos representam uma das maiores expressões de luta organizada no Brasil, em resistência ao sistema colonial-escravista, atuando sobre questões estruturais, em diferentes momentos histórico-culturais do país, sob a inspiração, liderança e orientação político ideológica de africanos escravizados e de seus descendentes de africanos nascidos no Brasil.

O processo de colonização e escravidão no Brasil durou mais de 300 anos. O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão, através de uma lei que atirou os ex-escravizados numa sociedade na qual estes não tinham condições mínimas de sobrevivência.

Quilombo é um movimento amplo e permanente que se caracteriza pelas seguintes dimensões: vivência de povos africanos que se recusavam à submissão, à exploração, à violência do sistema colonial e do escravismo; formas associativas que se criavam em florestas de difícil acesso, com defesa e organização sócio-econômico-política própria; sustentação da continuidade africana através de genuínos grupos de resistência política e cultural. (NASCIMENTO, 1980, p.32).

Desde o princípio da colonização no século XVI, os africanos escravizados se engajaram num combate firme contra a condição de escravizados em núcleos de resistência diversos.

Os quilombos, entre os quais se destaca a República de Palmares, a Revolta dos Alfaiates, Balaiada, Revolta dos Malês, entre tantos outros núcleos que continuam no pós-abolição em oposição às consequências da escravidão, continuam numa luta por uma liberdade que sempre lhes foi negada (NASCIMENTO, 1980).

Os Quilombos continuam sendo sociedades livres, igualitárias, justas/soberanas em busca de felicidade. Eram sociedades político-militares, que nasceram de movimentos de insurreições, levantes, revoltas armadas, proclamando a queda do sistema escravocrata. Frequentemente aqueles movimentos tomavam a forma de quilombos à semelhança de Palmares. Os quilombos existiram em múltiplos pontos do país em decorrência das lutas ocorridas em diferentes lugares onde houvesse negação de liberdade, dominação, desrespeito a direitos, acrescidas de preconceitos, desigualdades e racismo. A dimensão dos quilombos variava de acordo com a proporção de habitantes, tamanho das terras ocupadas, e estrutura da produção agrícola organizada nos lugares onde se eram estruturados.

OS QUILOMBOLAS

São os atuais habitantes das comunidades étnicas formadas no passado pelos antigos negros africanos que fugiram da escravidão. Os remanescentes de quilombos são marcados pela identidade cultural e territorial, além do uso coletivo dos recursos naturais e da produção agropecuária compartilhada. A Constituição assegura aos quilombolas o direito à manutenção de sua cultura e às terras, tal análise será abordada mais adiante. Além de conflitos com os atores sociais como os mineradores, madeireiros e grileiros, entre outros. Essas comunidades enfrentam a falta de saneamento, de educação e de oportunidades para geração de renda.





OS QUILOMBOS COM OUTROS NÚCLEOS DE RESISTÊNCIA NEGRA

A perspectiva de articulação entre a luta dos quilombos e a densidade da resistência negra em outras iniciativas, na dinâmica do combate à escravidão, Nascimento (1980). A memória dos afro-brasileiros não se inicia com o tráfico de africanos escravizados, nem nos primórdios da escravização dos africanos no século XV. Ao contrário, os africanos trouxeram consigo saberes a respeito das mais diversas áreas do conhecimento: culturas, religiões, línguas, artes, ciências, tecnologias, família, costumes, religiões. Tal aspecto ganhara uma abordagem em outra análise em que pese o título cultura africana.

Africanos de diferentes grupos étnicos mesclam-se nos quilombos, como forma de resistir a uma determinação política anterior de separá-los de tudo o que significasse expressão identitárias de um povo. Tudo isso é retomado em todos os momentos da resistência quilombola, na reinvenção de políticas e estratégias de luta pela liberdade, sempre com postura crítica, face ao colonizador, ao escravocrata, ao imperialista.

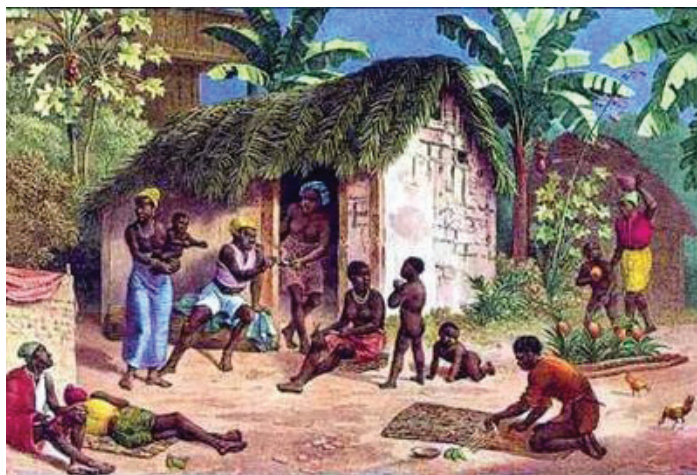
Esses núcleos de resistência têm continuidade e interagem com os quilombos, através de suas quilombolas tradições, valores, costumes, mitologias, rituais, formas organizativas, organização familiar.

Os quilombos viviam nas florestas, nas matas, nas montanhas e, ao mesmo tempo, em contato com a sociedade envolvente que as rodeava, as vigiava, controlava e perseguia.

É a partir desses indicadores comentados acima que o conceito de Quilombo transcende, ganha proporções de uma orientação para a educação, para formação de pessoas, para fortalecer a crença na riqueza das diferenças étnicas e culturais que constituem a sociedade brasileira entre indígenas originários da terra, africanos e colonizadores europeus. Nesse sentido o quilombo que era o maior símbolo de resistência africano era o do Palmares que está comentado no tópico abaixo.

Quilombo dos Palmares

O Quilombo dos Palmares era o maior símbolo da resistência do africano à escravidão, localizava-se na serra da barriga, região onde fica a divisa dos estados de Alagoas e Pernambuco.



Fonte: <http://umprofessordehistoria.blogspot.com> acessado em 06/06/09

O número de habitantes no Quilombo de Palmares, segundo alguns historiadores, chegou a 20 mil pessoas, dentre eles vale destacar que existiam além de escravos fugidos, índios e brancos marginalizados. Dentro do próprio quilombo existiam as aldeias que eram locais de esconderijos, chamadas de mocambos, ao todo foram nove aldeias.

Os quilombolas não registraram nenhum de seus costumes/hábitos, mas muitos são conhecidos, como: O governo por um rei, chamado de Ganga Zumba (“grande chefe”), a população era regida por um conselho composto de vários mocambos, eleitos por assembleias entre os habitantes.

A população sobrevivia graças atividades como à caça, pesca, coleta de frutas e agricultura, além de praticar o artesanato que muitas vezes era comercializado com as populações vizinhas. A capital do quilombo era protegida por sentinelas armadas, além de armadilhas localizadas em locais perto do quilombo, com o intuito de proteger sua capital.





EXEMPLOS DE ALGUNS QUILOMBOS NO BRASIL

Um levantamento realizado pela UnB identificou 2.228 territórios quilombolas sendo que apenas 3,14 % são reconhecidos pelo Governo Federal (dados maio de 2005) possuindo registro no INCRA. Mais de 60% desse território está localizado na região nordeste.

Estados com maior número de comunidades quilombolas:

Maranhão 642

Bahia 396

Pará 294

Minas Gerais 135

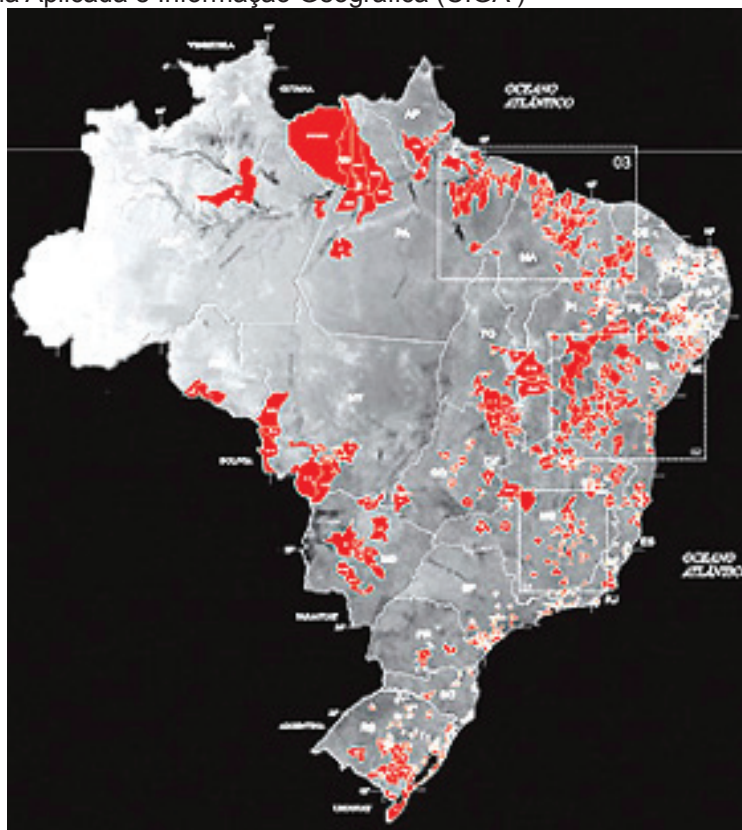
Pernambuco 91

Rio Grande do Sul 64

Mato Grosso 59

Ceará 54

Fonte: Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA)



Comunidades Quilombolas

Fonte: <http://www.secom.unb.br/unbagencia/ag0505-18.htm>

Região Amazônica

Amapá: Oiapoque e Calçoene

Amapá: Mazagão

Pará: Alenquer (rio Curuá)

Pará: Óbidos (rio Trombetas e Cuminá)

Pará: Caxiu e CupimAlcobaça (hoje Tucuruí), Cametá (rio Tocantins)

Pará: Mocajuba (litoral atlântico do Pará)

Pará: Gurupi (atual divisa entre o Pará e o Maranhão)

Maranhão: Turiaçu (rio Maracaçume)

Maranhão: Turiaçu (rio Turiaçu)

Pará: Anajás (lagoa Mocambo, ilha de Marajó)

Margem do baixo Tocantins: Quilombo de Felipa Maria Aranha

Maranhão

Quilombo da lagoa Amarela (Preto Cosme)

Quilombo do Turiaçu

Quilombo de Maracaçame

Quilombo de São Benedito do Céu

Quilombo do Jaraquariquera

Bahia

Quilombo do rio Vermelho

Quilombo do Urubu

Quilombo de Jacuípe

Quilombo de Jaguaribe

Quilombo de Maragogipe

Quilombo de Muritiba

Quilombos de Campos de Cachoeira

Quilombos de Orobó, Tupim e Andaraí

Quilombos de Xiquexique

Quilombo do Buraco do tatu

Quilombo de Cachoeira

Quilombo de Nossa Senhora dos Mares

Quilombo do Cabula

Quilombos de Jeremoabo

Quilombo do rio Salitre

Quilombo do rio Real

Quilombo de Inhambuque

Quilombos de Jacobina até o rio São Francisco.

Nota: Stuart B. Schwartz conseguiu listar 35 quilombos na região da Bahia entre os séculos XVII, XVIII e XIX





Sergipe

Quilombo de Capela
Quilombo de Itabaiana
Quilombo de Divina Pastora
Quilombo de Itaporanga
Quilombo do Rosário
Quilombo do Engenho do Brejo
Quilombo de Laranjeiras
Quilombo de Vila nova
Quilombo de São Cristóvão
Quilombo de Maroim
Quilombo de Brejo Grande
Quilombo de Estância
Quilombo de Rosário
Quilombo de Santa Luíza
Quilombo de Socorro
Quilombo do rio Cotinguibo
Quilombo do rio Vaza Barris

Pernambuco

Quilombo do Ibura
Quilombo de Nazareth
Quilombo de Catucá (extensão do Cova da Onça)
Quilombo do Pau Picado
Quilombo do Malunguinho
Quilombo de Terra Dura
Quilombo do Japomim

Quilombos de Buenos Aires
Quilombo do Palmar
Quilombos de Olinda
Quilombo do subúrbio do engenho Camorim
Quilombo de Goiana
Quilombo de Iguaraçu

Paraíba

Quilombo do Cumbe
Quilombo da serra de Capuaba
Quilombo de Gramame (Paratuba)
Quilombo do Livramento
Rio Grande do Sul
Quilombo do negro Lúcio (ilha dos Marinheiros)
Quilombo do Arroio
Quilombo da serra dos Tapes
Quilombo de Manuel Padeiro
Quilombo do município de Rio Pardo
Quilombo na serra do Distrito do Couto

Santa Catarina

Quilombo da Alagoa (Lagoa)
Quilombo da Enseada do Brito
Outros quilombos menores “que devem ter dado muito trabalho”

Minas Gerais

Quilombo do Ambrósio (Quilombo Grande)
Quilombo do Campo Grande
Quilombo do Bambuí
Quilombo do Andaial
Quilombo do Careca





Quilombo do Sapucaí
Quilombo do morro de Angola
Quilombo do Paraíba
Quilombo do Ibituruna
Quilombo do Cabaça
Quilombo de Luanda ou Lapa do Quilombo
Quilombo do Guinda
Lapa do Isidoro
Quilombo do Brumado
Quilombo do Caraça
Quilombo do Inficionado
Quilombos de Suçuí e Paraopeba
Quilombos da serra de São Bartolomeu
Quilombos de Marcela
Quilombos da serra de Marcília

Rio de Janeiro

Quilombo de Manuel Congo
Quilombos às margens do rio Paraíba
Quilombos na serra dos Órgãos
Quilombos da região de Inhaúma
Quilombos dos Campos de Goitacazes
Quilombo do Leblon
Quilombo do morro do desterro
Bastilhas de Campos

São Paulo

Quilombos dos Campos de Araraquara
Quilombo da cachoeira do Tambau
Quilombos à margem do rio Tietê, no caminho de Cuiabá
Quilombo das cabeceiras do rio Corumateí
Quilombo de Moji-Guaçu

Quilombos de Campinas
Quilombo de Atibaia
Quilombo de Santos
Quilombo da Aldeia Pinheiros
Quilombo de Jundiá
Quilombo de Itapetininga
Quilombo da fazenda Monjolinhas (São Carlos)
Quilombo de Água Fria
Quilombo de Piracicaba
Quilombo de Apiaí (de José de Oliveira)
Quilombo do Sítio do Forte
Quilombo do Canguçu
Quilombo do termo de Parnaíba
Quilombo da freguesia de Nazaré
Quilombo de Sorocaba
Quilombo do Cururu
Quilombo do Pai Felipe
Quilombo do Jabaquara

Mato Grosso

Quilombo nas vizinhanças do Guaporé
Quilombo da Carlota (denominado posteriormente Quilombo do Piolho)
Quilombos à margem do rio Piolho
Quilombo de Pindaituba
Quilombo do Motuca
Quilombo de Teresa do Quariterê

Fonte: História do Negro Brasileiro / Clóvis Moura - São Paulo: Editora Ática S.A., 1992





Quilombos no Pará

Foi ao longo dos séculos XVIII e XIX que se formou a maior parte dos quilombos no atual Estado do Pará. Ao fugir para esses aldeamentos, conhecidos também por mocambos, o escravo conquistava a garantia de autonomia e de liberdade de ação e de movimento.

Segundo o historiador Vicente Salles, a fuga para os mocambos representava, no início, uma solução difícil e arriscada. O escravo aventurava-se muitas vezes sozinho, indo abrigar-se, muitas vezes, em aldeias indígenas.

Com o tempo, aprenderam a se organizar. A fuga passou a ser uma estratégia coletiva de resistência ao regime escravista, conforme o que já foi dito anteriormente, no item 2 o quilombo.

Os quilombos cresceram rapidamente, pois este na época era o principal foco de atração dos negros que escapavam das cidades e das fazendas. A fuga de escravos tornou-se um processo contínuo e rotineiro a partir da segunda metade do século XVIII e início do XIX, quando também aumentaram as notícias sobre os quilombos.

A desestabilização político-econômica ajudou nesse processo. A decadência dos engenhos de cana-de-açúcar, por exemplo, facilitou a fuga dos escravos. Além disso, após a independência do Brasil, as crises políticas em Belém, capital da província, possibilitaram a fuga em massa dos escravos que viviam na área urbana.

Jornais noticiavam constantemente a fuga e a captura de escravos fugidos, como ilustra o trecho abaixo do “Velho Brado do Amazonas”, de 1851:

Não é desconhecido à polícia a notícia de existirem dois grandes quilombos entre Epinegé e Arauaia, e outros lugares assim infestados de semelhante mal, que diariamente se acoutam escravos fugidos e desertores, tanto que há dias foi capturado uma porção de escravos e um desertor que se dirigiam para o supradito Epinegé seduzidos por um José Sapateiro que se acha também preso. Esperamos ao bem conhecido zelo da polícia, que mande sem demora alguma, assaltar o dito quilombo, com gente armada de pólvora e bala, fazendo apreender todos os que nele se acharem, destruindo e arrasando para nunca mais ter serventia alguma, pois não só deve ser garantido a propriedade dos cidadãos deste distrito, como gozar da segurança pública, que lhe é devida, e pela qual é responsável a mesma polícia perante o país (In : “Velho Brado do Amazonas”, Belém, ano 1, nº 77, 29/05/1851. Apud Salles, 1971: 210-211).

Vicente Salles aponta cinco principais regiões do Grão-Pará onde se concentraram os quilombos nos séculos XVIII e XIX: entre os Rios Gurupi e Turiaçu; na bacia do Rio Tocantins; entre os Rios Mojuim e Mocajuba; na bacia do Rio Trombetas e na chamada Guiana Brasileira.

Comunidade Quilombola do Abacatal



Fonte: <http://www.flickr.com/photos/waleskasantiago>, foto tirada em 22 de abril de 2009.

A comunidade quilombola Abacatal é constituída por 62 famílias e está localizada no município de Ananindeua que é vizinho a Belém. Uma viagem de carro do centro de Belém até a comunidade leva cerca de uma hora. A origem da comunidade está ligada aos vários engenhos de cana-de-açúcar que existiram ao longo dos séculos XVIII e XIX nas proximidades de Belém, às margens de rios como o Guamá, Bujaru, Acará e Moju.



Fonte: http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/pa/pa_comunidades_belem_abacatal.html#, Fotos de Carlos Penteado.

O Engenho do Uriboça, do Conde Coma Mello, era uma dessas propriedades e é nele que se inicia a história da comunidade quilombola de Abacatal. As terras da comunidade foram deixadas como herança pelo Conde Coma Mello para três de suas filhas: Maria do Ó Rosa de Moraes, Maria Filistina Barbosa, Maria Margarida Rodrigues da Costa. As “Três Marias”, como são chamadas, foram filhas de Coma Mello com sua escrava Olímpia.

A memória desta época está materializada no Caminho das Pedras construído pelos escravos da antiga fazenda ligando o igarapé Uriboquinha à casa do Conde, como conta Maria Ediléia Carvalho Teixeira, uma jovem liderança da comunidade:

Esse caminho de pedras, ele tem uns 500 metros de comprimento e meio metro de largura. Aí descobriram que foram os escravos que tinham feito para quando o Conde viesse da cidade de Belém. Porque nessa época só se andava pelo rio, quando ele desembarcasse lá no rio, no igarapé, para ele não sujar os pés de lama ele fez com que os escravos fizessem esse caminho de pedras. E aí esse caminho de pedras, quando a maré tava seca (porque a maré enche e baixa), fez com que se forrasse até o fundo do igarapé.

Dentro da mesorregião metropolitana de Belém, a comunidade de Abacatal é a única que está com suas terras regulamentadas e tituladas, desde 1999.

A comunidade tira proveito da proximidade com o centro urbano para comercializar seus produtos, participando aos sábados de uma feira em Ananindeua. Levam à feira produtos de seus roçados (derivados da mandioca, o maracujá, o jambu) e também o carvão.

Segundo Castro & Marin, o sistema de produção agrícola combina as roças de inverno e verão (mandioca, milho, maxixe, macaxeira e jerimum) e as culturas perenes e semiperenes (como cupuaçu, açaí, pupunha, uxi, acerola e maracujá).

Comunidade Quilombola de Macapazinho



Fonte: http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/pa/pa_comunidades_belem_abacatal.html#, Fotos de Carlos Penteado.

Comunidade Quilombola do Macapazinho

Macapazinho situa-se no município de Santa Isabel do Pará, a aproximadamente 15 quilômetros da sede do município. Suas terras ainda não estão tituladas e encontram-se cercadas por fazendas. O processo de regularização fundiária tramita no Instituto de Terras do Pará desde 2000.

Em Macapazinho moram aproximadamente 27 famílias (cerca de 134 pessoas) em casas de barro e madeira, com cobertura de palha e piso de terra batida. A frente das casas é o local onde os moradores convivem e conversam com parentes e amigos à sombra de jambeiros e de acácias.

Os quilombolas de Macapazinho trabalham de terça a domingo. Para eles, a segunda-feira, ao contrário do que ocorre na maioria dos lugares, é o dia de folga. É quando eles festejam, fazem feijoada e mutirões de limpeza nas comunidades vizinhas.

Nos outros dias, dedicam-se à agricultura e à produção de carvão vegetal. Quem trabalha com o carvão tem de andar de quatro a cinco quilômetros para conseguir lenha. Esta tem de ser queimada em fornos nas fazendas vizinhas, pois a comunidade não tem ainda o seu próprio forno. É da venda do carvão e dos produtos agrícolas que os quilombolas de Macapazinho garantem o dinheiro do seu sustento.



Fonte: http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/pa/pa_comunidades_belem_macapazinho.html#, Fotos de Carlos Penteado.

Legislação dos quilombos

O Brasil (oficialmente República Federativa do Brasil) é uma República Federativa formada pela união de 26 Estados federados e pelo Distrito Federal. Atualmente se conhece a existência de comunidades quilombolas em 24 Estados brasileiros. Dezoito desses Estados contam com alguma legislação que versa sobre essa população: Pará, Amapá, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

A partir da Constituição Federal promulgada em 1988, cujo artigo 68 das Disposições Transitórias prevê o reconhecimento da propriedade das terras dos “remanescentes das comunidades dos quilombos”, o debate ganha o cenário político nacional. Por trás de algumas evidências, pistas e provas, surgem novos sujeitos, territórios, ações e políticas de reconhecimento. Percebe-se assim que o artigo 68 da Constituição Federal de 1988, onde o movimento de construção da identidade quilombola se apresenta intimamente relacionada ao território, uma vez que procurou assegurar os direitos de reminiscência aos afrodescendentes e define como responsabilidade do Estado a emissão dos direitos fundiários dessas populações, segue artigo.

Art. 68 - Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.



Questões

1- Com base no texto abaixo podemos afirmar que:



“Em diversos momentos, situações e contextos, escravos, libertos, negros, crioulos e africanos perceberam e integraram junto ao cenário político nacional e internacional à sua volta e pensaram em conquistar a liberdade, constituindo a resistência escrava, não apenas como um movimento em reação aos castigos e maus tratos do cativo”. (Gomes, Flávio. “ Nas fronteiras da liberdade: Mocambos, fugitivos e protesto escravo na Amazônia colonial”).

a) Os movimentos de resistência escrava que marcaram a história do Brasil apresentaram um caráter definitivamente bipolar, pois foram realizados de forma dissociada por negros e índios.

b) A participação de outros segmentos da sociedade foi considerada a base ideológica sendo que os únicos excluídos e com sua força de trabalho explorada eram os negros da África, crioulos e negros da terra.

c) A resistência escrava ocorria de forma isolada de acordo com a etnia de cada grupo de excluídos

d) Os movimentos de resistência a escravidão no Brasil, além de representar a luta contra a exploração e maus tratos, também representou o desejo pelo exercício da liberdade e acesso a cidadania por parte dos excluídos da sociedade escravocrata brasileira.

2- Com base no texto abaixo podemos afirmar que:

QUILOMBO – Vocábulo de origem banto (kilombo), que significa “acampamento” ou “fortaleza”, foi o termo utilizado pelos portugueses para designar as povoações construídas pelos escravos fugidos do cativo. A denominação mocambo (deriva de mukambu – na língua Quimbundo) também designa comunidades de negros fugidos. Ambos os termos estiveram presentes, frequentemente, durante toda a história da escravidão no Brasil, simbolizando as expressões de resistência à exploração escravista.

Sobre os quilombos que surgiram no Brasil como resistência ao escravismo é correto afirmar:

a) Eram núcleos populacionais homogêneos, pois eram habitados exclusivamente por negros da mesma origem étnica.

b) No interior dos quilombos percebeu-se o desenvolvimento da atividade policultura que servia principalmente para atender as necessidades da população local, mas também o comércio quando produzia-se excedentes.

c) Os quilombos que eram os maiores símbolos de resistência a escravidão eram ocupados por uma grande diversidade de etnias, que organizavam-se separadamente, o que dificultava o processo de miscigenação.

d) Nos quilombos todos viviam livremente, pois a escravidão era inexistente.

3- Discorra sobre a territorialidade quilombola, de modo a deixar claro a importância desse processo para a formação dos quilombos.

4- Baseado na Leitura do texto e nos conhecimentos adquiridos em sala de aula. Explique por que o dia da morte de Zumbi é considerado o Dia Nacional da Consciência Negra qual a importância dessa data à sociedade brasileira?

5- "(...) meu coração estremece de infinita alegria por ver que a terra onde nasci em breve não será pisada por um pé escravo. (...) Quando a humanidade jazia no obscurantismo, a escravidão era apanágio dos tiranos; hoje, que a civilização tem aberto brecha nas muralhas da ignorância e preconceitos, a liberdade desses infelizes é um emblema sublime (...). Esta festa é a precursora de uma conquista da luz contra as trevas, da verdade contra a mentira, da liberdade contra a escravidão."

(ESTRELLA, Maria Augusta Generoso e Oliveira. "Discurso na Sessão Magna do Clube Abolicionista", 1872, Arquivo Público Estadual, Recife-PE.)

A escravidão está associada às diversas formas de exploração e de violência contra a população escrava. Essa situação, embora característica dos regimes escravocratas, registra inúmeros momentos de rebeldia. Em suas manifestações e ações cotidianas, homens e mulheres escravizados reagiram a esta condição, proporcionando formas de resistência que resultaram em processos sociais e políticos que, a médio e longo prazo, influíram na superação dessa modalidade de trabalho.

a) Cite duas formas de resistência dos negros contra o regime da escravidão ocorridas no Brasil.

b) Explique um fator que tenha contribuído para a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil no século XIX.

6- O escravo no Brasil é geralmente representado como dócil, dominado pela força e submisso ao senhor. Porém, muitos historiadores mostram a importância da resistência dos escravos aos senhores e o medo que os senhores sentiram diante dos quilombos, insurreições, revoltas, atentados e fugas de escravos.

a) Descreva o que eram os quilombos.

b) Por que a metrópole portuguesa e os senhores combateram os quilombos, as revoltas, os atentados e as fugas de escravos no período colonial brasileiro?



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil:** questões conceituais e normativas, http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf [http, acesso em 04/06/09.](http://)

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo.** Petrópolis: Vozes, 1980.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime de escravidão.** Rio de Janeiro, FGV/UFGA, 1971

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de quilombo:** caminhos e entraves do processo de titulação Belém-Pa, 2006.

www.cpisp.org.br/comunidades/html/brasil/pa/home_pa.htm, acessado em 06/06/09.

4

A INCLUSÃO DO NEGRO NOS SEGMENTOS SOCIAIS

ANDRÉ LUIZ SILVA DA SILVA
VÍVIAN VIANA





INTRODUÇÃO

No Brasil, a África possui uma grande importância para a sociedade como um todo, desde os aspectos da diversidade étnica, cultural e regional brasileira que ligam esse dois países por fatores históricos e ao mesmo tempo atuais.

Ao analisarmos o processo que culminou em ações que subsidiaram a inclusão do negro na sociedade, ganham destaque nesse cenário ações políticas como a Lei 10.639 de 2003, uma vez que a mesma configura como uma conquista para o Afrodescendente brasileiro e avança na direção da construção cotidiana de novas relações sociais. Merecendo destaque também, o movimento negro, por ser na perspectiva Cunha Júnior, 1992). “uma organização política que cumpre o papel de explicar a contradição racial no cenário brasileiro”. Bem como uma organização social que atua para a luta dos afrodescendentes, tal como as ações afirmativas. E dentro desse contexto será analisado alguns exemplos de ações afirmativas no mundo e em especial no Brasil em capítulos a parte.

Ao analisarmos a forte ligação que o Brasil possui com o continente africano, nos valem o porte cultural da África para os valores e significações ligados a comunicação dos indivíduos e dos grupos possam ter a sua significação entendida por exemplo por meio da leitura corporal. Essas análises acima comentadas constituem parte do presente fascículo.

APRESENTAÇÃO

As reflexões sobre a inclusão do negro em diversos segmentos da sociedade, correspondem a percepções que fazem parte deste artigo que mostram não só o avanço do debate sobre a realidade da população negra brasileira, como também apresentam elementos incontestáveis que justificam a necessidade de políticas que objetivem o bom gosto de corrigir uma história repleta de Injustiças contra a população a negra.

Dentro desse contexto, o presente trabalho oferece dados que permitem ao leitor perceber a realidade do negro no Brasil, marcado pela desigualdade que se apresenta na educação, no mercado de trabalho, no acesso à saúde e na violência. Toda essa conjuntura mascarada por um racismo cordial, ou, ainda, pela defesa de uma pretensa democracia racial. A face do presente fascículo é revestido por um grande valor oriundo da inclusão dos estudos sobre Cultura e História africana que deram bojo a presente escrita.



POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE

O Brasil que é uma espécie de síntese de contradições históricas postas. Uma vez que como uma das maiores economias da América Latina e como um dos maiores contingentes de pobres. Com parque industrial, diversificado e portentoso, compara-se ao de países desenvolvidos, e é dona de uma desigualdade que assemelha-se à do Haiti, sabidamente o mais pobre entre os países da região. O Brasil está distante da realidade de um limitado contingente de pobres, restrito a certos territórios ou a situações sociais específicas, Essas desigualdades observam-se em todos os setores da vida nacional: mercado de trabalho, sistema de saúde, setor político, área de lazer, esporte, educação, etc. (Tese de doutorado Lisboa, Mário Theodoro, Exclusão ou inclusão precária? O negro na sociedade brasileira).

Segundo o Dicionário de Relações Étnicas Raciais de Ellis Cashmore, pág 271, descreve Integração como:

uma condição pela qual diferentes grupos étnicos podem manter suas fronteiras grupais e singulares participando, ao mesmo tempo e igualmente, dos processos essenciais de produção, distribuição e governo. A diversidade cultural é mantida sem a implicação de que alguns grupos tenham mais acesso a recursos que outros. Para que seja completamente integrada, uma sociedade deve remover as hierarquias étnicas e encorajar contribuições de todo os grupos para o todo social.

Um dos objetivos desse fascículo é verificar as políticas públicas de inclusão do negro na sociedade brasileira contemporânea, em especial, as desenvolvidas após a Lei 10.639/03 que observa a necessidade da inclusão dos estudos sobre Cultura e História africana. O recorte feito para o presente artigo busca trazer ao conhecimento do público de importantes informações na promoção de políticas afirmativas sobre a negritude no Brasil. Sendo o principal as Diretrizes Curriculares Nacionais que versa sobre a Lei 10.639/03.

LEI 10.639 DE 2003

A referida Lei, Segundo ROCHA; Texeira e Ferreira (2007), em A Lei nº 10.639: um estudo de caso no CEFET-PA, é o resultado, de um projeto de autoria dos Deputados Federais Ester Grossi (educadora) e Bem Hur Ferreira (ativista do Movimento Negro), apresentado em 1999 e que por sua vez altera a (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) LDB 9394/96, em seu artigo 26. Sendo assim, o Parágrafo 4º do Artigo 26 da nova LDB ficou com a seguinte redação:

Artigo 26 - Parágrafo 4º: O ensino de história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 09 de Janeiro de 2003. Em Rocha apud Santos

(...) no início do ano de 2003, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, reconhecendo a importância das lutas antirracistas dos movimentos sociais negros reconhecendo as injustiças e discriminações raciais contra os negros no Brasil e dando prosseguimento à construção de um ensino democrático que incorpore a história e a dignidade de todos os povos que participaram da construção do Brasil (...) (Santos, 2005, p.32)



Para o professor Henrique Cunha, não é possível conhecer a História do Brasil sem o conhecimento da história e da origem dos povos que deram origem à nação brasileira.

O argumento principal para o ensino da História Africana está no fato da impossibilidade de uma boa compreensão da história brasileira sem o conhecimento das histórias dos atores africanos, indígenas e europeus. As relações trabalho-capital realizadas no escravismo brasileiro são antes de tudo, relações entre africanos e europeus. A exclusão da História Africana é uma dentre as várias demonstrações do racismo brasileiro. (CUNHA 1997, p.67)

A temática deve ser trabalhada, segundo a lei, no âmbito de todo o currículo escolar, mas preferencialmente, nas disciplinas de História, Língua Portuguesa e Literatura e Educação Artística. Além dessa obrigatoriedade, a Lei 10639/03 instituiu a data de 20 de novembro no calendário escolar, como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

A Lei se configura como uma conquista para o Afrodescendente brasileiro e avança na direção da construção cotidiana de novas relações sociais. As políticas de ações afirmativas estão relacionadas às reivindicações dos movimentos sociais para ampliação das políticas sociais, e nesse contexto o movimento negro tem um destaque muito grande que merece um tópico a parte no presente trabalho.

O MOVIMENTO NEGRO

As escolas possuem um importante papel social na formação de cada cidadão e cabe a mesma propiciar mecanismos próprios para desmascarar o racismo. Uma vez que em pleno século XXI, Infelizmente, ainda é comum encontrarmos casos de discriminação racial.

Portanto, o cenário escolar é um elemento de fundamental importância para a mobilização da sociedade como um todo dentro dessa perspectiva, haja vista que a escola é “Escola-Família-Sociedade-Governo”. (grifo meu)

Esse aspecto de educação é evidenciada no Título I, Da Educação, na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996:

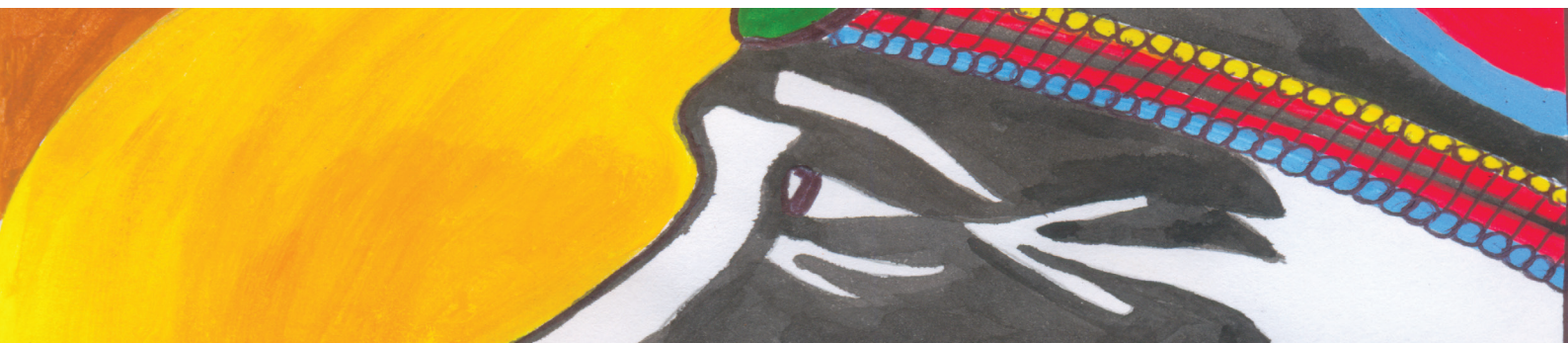
Art. 1º - A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

No texto dessa lei, a educação também acontece nos processos formativos dos movimentos sociais. Entendemos movimentos sociais na perspectiva de “ações coletivas de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade” (AMMAN, 1995).

No conjunto dessas ações coletivas, “o Movimento Negro é uma organização política que cumpre o papel de explicar a contradição racial no cenário brasileiro” (CUNHA JÚNIOR, 1992).

Assim, o movimento negro também é uma forma de organização social para a luta dos afrodescendentes e procura articular o desenvolvimento da democracia e da cidadania da sociedade brasileira, através de formação de cidadãos conscientes e combatadores das desigualdades sociais e raciais, de modo a incluir melhor o negro na sociedade brasileira.

Uma das principais contribuições do Movimento Negro é na área da educação escolar, porque a escola, a não ser por iniciativas isoladas, não vem desenvolvendo qualquer trabalho sistemático efetivo de valorização do afrodescendente. Uma vez que faz parte das responsabilidades



da educação escolar, a promoção da cidadania e estando incluso neste o respeito a diversidade étnico-cultural.

Para Andrade, (1997) há quem afirme que a preocupação com a problemática da educação para o descendente de africano surgiu desde o século XIX. No entanto foi na década de 1930, com a iniciativa da organização: Frente Negra Brasileira, que Artur Ramos indicou o propósito da educação para o segmento afrodescendente. Essa organização mantia desde a encenação de peças teatrais, promoção de palestras educativas, formação de bibliotecas, até atividades educativas mais formais, como cursos de atualização, de alfabetização e mesmo um curso primário regular.

Podemos ressaltar também o papel da Imprensa Negra ativa e combativa, que não só divulgava as atividades e abria espaço para a produção literária do afrodescendente, como debatia as questões educacionais, procurando sempre discorrer sobre a importância da educação para que o afrodescendente superasse os seus problemas, muitos dos seus artigos significavam verdadeiras lições. Constituíam-se, assim, ela própria num veículo educativo.

Numa época de bastante ativismo, no início da década de trinta, o objetivo principal era que o afrodescendente se educasse para assim enfrentar os males de sua situação sócio, política, econômica e cultural.

Na década de 40 e início da década de 50, nos eventos promovidos pelo movimento negro verificamos bastante ênfase à cultura específica do afrodescendente e à sua identidade, principalmente pelo Teatro Experimental do Negro, fundado em 1944 no Rio de Janeiro, por Abdias Nascimento, que se destacou como instrumento de libertação estética, moral e política do afrodescendente.

Neste processo, as lideranças negras começam a se preocupar com os conteúdos curriculares e as relações sociais das escolas empenhando-se na discussão com a escola sobre os conteúdos escolares que tratam sobre o negro, principalmente na área da história, ao mesmo tempo em que revela a importância da introdução de informações sobre as raízes culturais afrodescendentes, o que denominaram de estudos africanos, que nas décadas de 70 e 80 passaram a ser consideradas como fundamentais para a educação da criança afrodescendente.

Neste período a preocupação principal do movimento negro era com o enfoque que a educação dava a história do afrodescendente no Brasil, enfatizando aspectos de docilidade em detrimento de fatos da história de resistência. A partir daí, cresce o fortalecimento de ações para a recuperação da história do afrodescendente visando a formação de sua identidade.

Assim, nas primeiras décadas do século passado, a grande preocupação dos afrodescendentes era com a própria educação. No entanto, a partir da década de 70, passou-se também, a reivindicar do sistema educacional formal e da sociedade brasileira, o reconhecimento da nossa cultura, do nosso modo de ser e da nossa história, da nossa cidadania, e reclamar dos abusos que sofremos porque somos o que somos.

Estes são alguns pontos para pensarmos na importante contribuição do movimento negro para o processo educacional brasileiro.

Portanto, o movimento negro reivindica no campo da educação a afirmação da identidade da criança afrodescendente, mas sem esquecer que esta se constrói juntamente com outras que não são afrodescendentes, mas que também, são brasileiras. A omissão deste processo de formação da identidade pode trazer consequências muito graves para as crianças descendentes de africanos, podendo torná-las complexadas, interferindo no seu rendimento escolar. Para as crianças brancas poderá causar-lhes um etnocentrismo, privando-as de conhecer melhor um pouco da história do nosso povo negro, parte construtiva do Brasil.

AÇÕES AFIRMATIVAS

As considerações sobre a polêmica travada no Brasil por este tema, que é ou não a adoção de Políticas de Ações Afirmativas para a população Afrodescendente, como um dos mecanismos capazes de promover a superação das desigualdades raciais em nosso país.

Segundo Araújo (2004), na Revista Espaço Acadêmico: O Negro na Universidade. “É de suma importância este sentido que situemos esta discussão no plano dos avanços e conquistas que o movimento negro brasileiro vem obtendo nos últimos anos. Por isto mesmo, é importante afirmar mais uma vez, que nem mesmo esta discussão é uma dádiva ou sequer o reconhecimento de parte da sociedade brasileira, dita branca, da enorme dívida social que possui para com os excluídos e marginalizados deste país. É na verdade, mais uma tentativa de inclusão na agenda política brasileira desta que é talvez a mais antiga e grave questão social do Brasil – a discriminação racial. Discriminação esta, que tem como consequência, a exclusão e a marginalização de mais de 80 milhões de brasileiros dos seus mais elementares direitos, tais como: a educação, saúde, emprego, e até mesmo o direito de ir e vir.”

As políticas de Ações Afirmativas têm como objetivo principal à inclusão. Inclusão no mercado de trabalho, na educação, nos meios de comunicação, na saúde, na política, cultura, enfim, a inclusão dos negros na condição de cidadão pleno na sociedade brasileira. Não podemos negar a diversidade que caracteriza o nosso povo, fato, aliás, que tem sido cantado em prosa e verso pela elite de nosso país, e que sem sombra de dúvida representa uma grande riqueza. Como também não podemos negar as enormes desigualdades sociais e econômicas e no particular as desigualdades raciais que permeiam este país há séculos. Portanto, a igualdade de oportunidades é o que norteia as políticas de ações afirmativas. Elas visam, na verdade, estabelecer e solidificar uma verdadeira democracia racial.



ALGUNS EXEMPLOS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO MUNDO

Ainda segundo Araújo (2004), na Revista Espaço Acadêmico: O Negro na Universidade, a expressão “ação afirmativa” foi utilizada pela primeira vez em 1961, numa Ordem Executiva do Presidente John Kennedy, que se referia à necessidade de promover a igualdade entre negros e brancos nos Estados Unidos. Embora seja um termo criado por norte-americanos, em função de um contexto norte-americano, o conceito que encerra - o de compensar, no presente, determinados segmentos sociais pelos obstáculos que seus membros enfrentam, por motivo da discriminação e marginalização a que esses grupos foram submetidos no passado - está subjacente em muitas práticas implementadas em sociedades tão diferentes quanto a Índia, a Malásia, a Nigéria, a China, as antigas Iugoslávia e União Soviética, Cuba e a Nova África do Sul, a Colômbia, a Alemanha e outros países europeus.

Na Índia, por exemplo, já na década de 40, foram tomadas medidas para garantir assentos, no parlamento, aos representantes das castas ditas inferiores, principalmente a casta dos intocáveis. Sem qualquer sombra de dúvida, essa prática aumentou a representação política daquelas castas.

Na Malásia, outro interessante exemplo, a etnia numérica e politicamente predominante, os malaios, que se autodenominam bumiputras, está sub-representada na área econômica, tradicionalmente dominada por indianos e chineses. Criaram-se, então, instrumentos, metas e

cronogramas, para incrementar a participação dos bumiputras nos setores dinâmicos da economia de seu país, o que tem surtido o efeito desejado.

Nos Estados Unidos, programas de ações afirmativas vêm sendo usados, há muitos anos, voluntariamente pelas empresas, com o objetivo de constituir uma força de trabalho diversificada, que refeita sua base de consumo e as ajude a competir com eficácia num mundo de negócios internacionais, caracterizado pela pluralidade racial.



AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL

A desigualdade da sociedade brasileira, para ser eliminada, depende de algo ainda bastante escasso no país: igualdade. O desafio do Brasil, portanto, é sair da democracia formal, que ora experimenta - com os poderes funcionando de forma independente, eleições abertas, imprensa livre, todos os partidos na legalidade, sindicatos livres etc. -, para uma democracia em que a cidadania plena venha em decorrência de um novo modo de desenvolvimento: o humano.

Tratar de maneira igual pessoas que foram secularmente marginalizadas é operar com um evadir, porque simula uma aparência de democracia. Portanto, devemos adotar, no Brasil, algum tipo de política da ação afirmativa, cujo fim é criar uma sociedade em que a democracia seja efetiva e não apenas teórica. O que não devemos fazer é a mera importação de modelos adotados por outros países, sem antes adaptá-los e ajustá-los à nossa realidade. Tudo aponta nessa direção: aqui, deveremos desenvolver nosso próprio modelo de ação afirmativa, tendo em vista as especificidades do país.

É importante quando o Presidente da República vem a público e declara - como fez Luiz Inácio Lula da Silva - que há preconceito e discriminação, no Brasil, contra os negros. E mais importante ainda, quando o mesmo adota um conjunto de medidas para o combate a esta situação como, por exemplo, a criação da Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial - SEPPIR e prioriza nas relações exteriores o continente africano e mais particularmente os países de língua portuguesa. Portanto, buscar um debate amplo, sem preconceitos de qualquer ordem e que esclareça a todos: brancos e não - brancos, é imprescindível. Com base nessa premissa, todo debate será bom, pois tratará de discutir qual tipo de democracia desejamos, e nenhuma tarefa poderá ser mais meritória do que esta: a busca da universalização do exercício da cidadania.

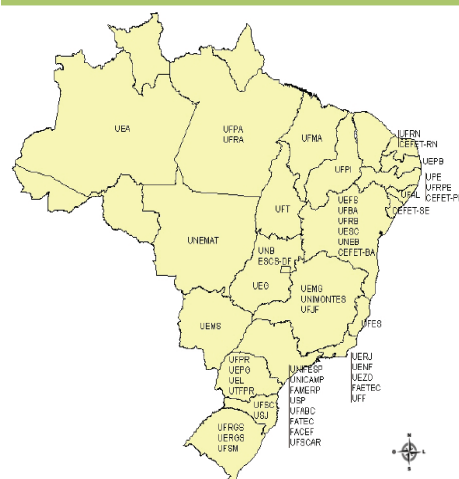
Neste sentido, cabe ao Governo Federal, em função de sua posição estratégica, além de executar as medidas que lhe compete diretamente, estimular os governos estaduais e municipais a adotarem as medidas em seu âmbito. Quanto à iniciativa privada, compete ao Governo Federal estabelecer os mecanismos que promovam a adoção das ações afirmativas, por meio de incentivos fiscais ou outros meios, e é isto que vem sendo feito, seja na educação básica com a sanção da Lei 10.639 de 2003, que incluiu na grade curricular o ensino da História e da Cultura Africana, seja no ensino superior com o programa Universidade para Todos.

Segundo o Relatório Anual de desigualdades Raciais elaborado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, referentes aos anos 2007-2008, o Brasil apresenta 51 Instituições públicas de Ensino Superior que possuem algum mecanismo de ação afirmativa. Conforme imagem abaixo.

UF	SIGLA	Cotas	Bônus	Cotas para Negros
SP	USP	x	✓	x
SP	UFABC	✓	x	✓
SP	FATEC	x	✓	x
SP	FACEF	✓	x	✓
SP	UFSCAR	✓	x	✓
ES	UFES	✓	x	x
PR	UFPR	✓	x	✓
PR	UEPG	✓	x	✓
PR	UEL	✓	x	✓
PR	UTFPR	✓	x	x
SC	UFSC	✓	x	✓
SC	USJ	✓	x	x
RS	UFRGS	✓	x	✓
RS	UERGS	✓	x	x
RS	UFSM	✓	x	✓
MS	UEMS	✓	x	✓
MT	UNEMAT	✓	x	✓
GO	UEG	✓	x	✓
DF	UNB	✓	x	✓
DF	FESB-DF	✓	x	x

Cotas para Negros: Universidades que, em sua ação afirmativa, optarem por fazer um corte racial em favor dos estudantes pretos ou pardos.

mapa 4.2. instituições públicas de ensino superior que adotam algum critério diferenciado de ingresso no quadro discente por motivações sociais, tipo de escola de origem, étnico-racial e outros e tipo de medida adotada, unidade da federação, Brasil, 2008 (mês de referência, Fevereiro)



Em geral, o material mais utilizado foi a madeira verde, embora existam também peças singulares de marfim, bronze e terracota. Antes de começar a entalhar, o artesão realizava uma série de rituais no bosque, onde normalmente desenvolvia o trabalho, longe da aldeia e usando ele próprio uma máscara no rosto. A máscara era criada com total liberdade, dispensando esboço e cumprindo sua função. A madeira era modelada com uma faca afiada. As peças iam do mais puro figurativismo até a abstração completa.



Penso que cultura é o conjunto de manifestações artísticas, sociais, linguísticas e comportamentais de um povo ou civilização. Portanto, fazem parte da cultura de um povo as seguintes atividades e manifestações: música, teatro, rituais religiosos, língua falada e escrita, mitos, hábitos alimentares, danças, arquitetura, invenções, pensamentos, formas de organização social, etc. Uma das capacidades que diferenciam o ser humano dos animais irracionais é a capacidade de produção de cultura. Tomarei como direcionamento de análise a autora Nilma Lino Gomes que analisa em seu artigo *Cultura Negra e Educação*, uma vez que muitos aspectos da cultura negra presentes no Brasil poderiam ser destacados. Mas, neste artigo, a corporeidade e a manipulação do cabelo, subsidiaram para exemplificar a riqueza dessa cultura e sua forte presença entre nós.

A autora vem a considerar em seu artigo cultura negra como uma particularidade cultural - construída historicamente por um grupo étnico/racial específico - presente no modo de vida do brasileiro, seja qual for o seu pertencimento étnico. Todavia, a sua predominância se dá entre os descendentes de africanos escravizados no Brasil, ou seja, o segmento negro da população.

Ainda segundo Gomes, a cultura, é mais do que um conceito acadêmico. Ela diz respeito às vivências concretas dos sujeitos, à variabilidade de formas de conceber o mundo, às particularidades e semelhanças construídas pelos seres humanos ao longo do processo histórico e social.

Os homens e as mulheres, por meio da cultura, estipulam regras, convencionam valores e significações que possibilitam a comunicação dos indivíduos e dos grupos. Por meio da cultura eles podem se adaptar ao meio, mas também o adaptam a si mesmos e, mais do que isso, podem transformá-lo. Segundo Rodrigues (1986, p. 11), a cultura é como um mapa que orienta o comportamento dos indivíduos em sua vida social.

O mapa mencionado é puramente convencional, e por isso não se confunde com o território (ler A FORMAÇÃO DOS QUILOMBOS e o conceito de território segundo RAFFESTIN). Ele é uma representação abstrata do território, submetida a uma lógica que permite decifrá-lo. Dessa forma, ao refletirmos sobre o que é viver em sociedade e produzir cultura, entenderemos a complexidade dessa situação: significa que vivemos sob a dominação de uma lógica simbólica e que as pessoas se comportam segundo as exigências dela, muitas vezes sem que disso tenham consciência. Podemos então inferir que a vida coletiva, como a vida psíquica dos indivíduos, faz-se de representações, ou seja, das figurações mentais de seus componentes.

A cultura negra possibilita aos negros a construção de um “nós”, de uma história e de uma identidade. Diz respeito à consciência cultural, à estética, à corporeidade, à musicalidade, à religiosidade, à vivência da negritude, marcadas por um processo de africanidade e recriação cultural. Esse “nós” possibilita o posicionamento de negro diante do outro e destaca aspectos relevantes da sua história e de sua ancestralidade.

O continente africano, por sua vasta extensão, apresenta inúmeros povos diferentes, com costumes e arte característicos. De uma maneira geral, a atividade migratória é grande dentro dessas tribos. A arte africana envolve um espectro diferenciado, desde representações em pinturas, esculturas e objetos ornamentais de uso permanente e cotidiano para comemorar os ancestrais, cultuar as forças naturais, invocar forças vitais, propiciar boas colheitas, até objetos em geral que acompanham os ritos, as danças e as cerimônias religiosas em sua ampla gama de singularidades.



Fonte: www.revistaquilombo.com.ar/revistas/23/p23.htm

A MANIPULAÇÃO DO CABELO COMO UMA DIMENSÃO DA CULTURA NEGRA



Fonte: www.revistaafro.com.br

Texto extraído de Nilma Lino Gomes. Cultura negra e educação Rev. Bras. Educ. nº.23 Rio de Janeiro May/Aug. 2003.

Por mais que a escravidão e a diáspora negra tenham obtido algum sucesso na despersonalização do negro, por mais que a mistura racial tenha mesclado corpos, costumes e tradições, e por mais que o contato com o branco colonizador tenha disseminado um processo de discriminação intrarracial entre os negros e introduzido uma hierarquização racial, que elege o tipo de cabelo e a cor da pele como símbolos de beleza ou de feiura, todo esse processo não conseguiu apagar as marcas simbólicas e objetivas que nos remetem à ascendência africana. Os corpos e a manipulação do cabelo são depósitos da memória.

Um estilo particular de cabelo poderia ser usado para atrair a pessoa do sexo oposto ou como sinal de um ritual religioso. Na Nigéria, se uma mulher deixava o cabelo despenteado era sinal de que alguma coisa estava errada: a mulher estava de luto, deprimida ou suja. Para os Mende, um cabelo despenteado, desleixado ou sujo implicava que a mulher tinha “perdido” a moral ou era insana.

A força simbólica do cabelo para os africanos continua de maneira recriada e ressignificada entre nós, seus descendentes. Ela pode ser vista nas práticas cotidianas e nas intervenções estéticas desenvolvidas pelas cabeleireiras e cabeleireiros étnicos, pelas trançadeiras em domicílio, pela família negra que corta e penteia o cabelo da menina e do menino. Pode ser vista também nas tranças, nos dreads (ver significado) e penteados usados pela juventude negra e branca. Se no processo da escravidão o negro não encontrava no seu cotidiano um lugar, quer fosse público ou privado, para celebrar o cabelo como se fazia na África, no mundo contemporâneo alguns espaços foram construídos para atender a essa prática cultural. Os salões étnicos espalhados pelas mais diferentes cidades e estados brasileiros apresentam-se como um dos espaços em que essa celebração é possível. Será que ela também é possível na escola?

Para entender esse processo de recriação da memória, que afeta a maneira como a beleza é vista e construída pelos negros, o estudo dos penteados e do simbolismo do cabelo torna-se uma necessidade e uma condição. Este é um campo de pesquisa pouco explorado no Brasil. A diferenciação na confecção dos diferentes tipos de penteados mostra-nos um processo de evolução plástica quando comparamos as técnicas tradicionais de manipular o cabelo com a moderna tecnologia. Este é um estudo interessante, que envolve história, geografia, estética e cultura negra, e que pode ser desenvolvido pelos educadores. Recolher as práticas culturais ligadas aos penteados pode ser uma instigante tarefa para os adolescentes e jovens negros e brancos das nossas escolas.



QUESTÕES

1- Qual foi a importância da Lei 10.639 de 2003, para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) LDB 9394/96? E comente levando em consideração o Art. 26 da nova LDB a importância de diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

2- O que vem a ser o Movimento Negro e qual foi sua importância na formulação da Lei 10.639 de 2003?

3- Discorra sobre as ações afirmativa, de modo a defini-la e caracterizá-la como ela ocorre no Brasil.

4- Segundo a autora Nilma Lino Gomes, o que vem a ser cultura?

5 – Na sua opinião após a leitura do texto, o que vem a ser cultura e qual a importância para as relações étnicas raciais?

6- Faça uma exposição em cartolina de que outras modalidades de cultura africana estão presentes na sociedade brasileira.

O NEGRO NO MERCADO DE TRABALHO E NA EDUCAÇÃO

Após a abolição da escravidão o negro enfrenta sua nova condição enquanto homem livre, desacreditado e às margens das relações econômicas e da sociedade. Com a chegada do trabalhador imigrante e com as ideologias criadas no intuito de propagar a inferioridade do negro, o negro se viu forçado então a desempenhar atividades de pouco ou nenhum prestígio social, àquelas funções as quais nenhum homem branco se sujeitaria, que todos menosprezavam o que acabou por acentuar ainda mais a ideia de uma imagem negativa do negro perante a sociedade.

Foi nesse contexto que os negros, a partir do dia 13 de maio de 1888, passaram de escravos a “homens livres”. Passaram a viver uma nova situação: o desemprego, o subemprego e a marginalidade. Das senzalas, a maioria deles foi morar em lugares onde as condições de vida eram subumanas. Problemas que caracterizaram o tráfico e a vida na lavoura do Brasil Colônia, como o alto índice de mortalidade (principalmente dos recém-nascidos) e a subnutrição, persistiram. E ainda persistem mais de cem anos depois! (VALENTE, 1994, p.36)

A constituição do mercado de trabalho no Brasil foi pensada de forma racializada. A população negra foi excluída por ser considerada racialmente inferior, portanto inviável para um país moderno. O mesmo negro que foi fundamental com a força de seu trabalho para o desenvolvimento econômico e construção da nação durante séculos de escravidão, passou a ser visto como um entrave para a nova ordem social advinda da abolição da escravatura.

O discurso racista de inferioridade racial e as teorias do racismo científico (uma raça superior a outra) apontavam para a inviabilidade de uma nação com população negra e mestiça, que estaria fadada ao fracasso. Daí surge a teoria do branqueamento, na qual se pensava que o Brasil só teria progresso através do embranquecimento de sua população.

É bom lembrar que em função da teoria do branqueamento foi criada a figura do imigrante desejado, com mão de obra qualificada, cultural e moralmente superior aos negros. Os imigrantes normalmente europeus brancos recebiam políticas de ações afirmativas como doação de terras e outros mecanismos de incentivo a imigração e por outro lado à imigração indesejada que dificultava e até chegava a proibir a entrada de africanos e afrodescendentes em alguns casos no Brasil.



Dessa forma as políticas implementares do Brasil nesse período foi de uma valorização da mão de obra estrangeira e de uma marginalização da mão de obra do ex-escravo negro e de seus descendentes.

Estamos vivendo o século XXI, porém a situação do negro na sociedade brasileira apresenta muita semelhança com aquela vivida durante a escravidão. Os negros continuam sendo vistos por muitos como incapazes, inferiores cultural e intelectualmente, ocupam os cargos de menos prestígio (salvo as exceções). As taxas de desemprego e de subemprego entre os negros são maiores que entre os brancos, os salários dos negros são inferiores mesmo quando correspondem às mesmas funções dos brancos, consequentemente, os negros em grande número residem nos locais pobres como as periferias das grandes cidades e favelas, além de terem um menor acesso às instituições educacionais.

Para melhor evidenciar a situação do negro no Brasil, nos chama atenção uma pesquisa que reuni dados da publicação Síntese de Indicadores Sociais - 2000 editada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

(INICIO--BORDA) Em 1999, a população brasileira era composta por 54% de pessoas que se declararam brancas, 5,4% de pretas, 39,9% de pardas e 0,6% de amarelas e indígenas.

Em termos regionais, a população branca está mais concentrada no Sul (83,6%), a preta no Sudeste (6,7%), a parda no Norte (68,3%) e a população amarela e indígena também no Norte (1%).

As diferenças referentes à educação diminuíram nas duas últimas décadas, mas ainda são significativas. Em 1999, a taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos de idade ou mais era de 8,3% para brancos e de 21% para pretos e a média de anos de estudo das pessoas com 10 anos de idade ou mais é de quase 6 anos para os brancos e cerca de 3 anos e meio para pretos.

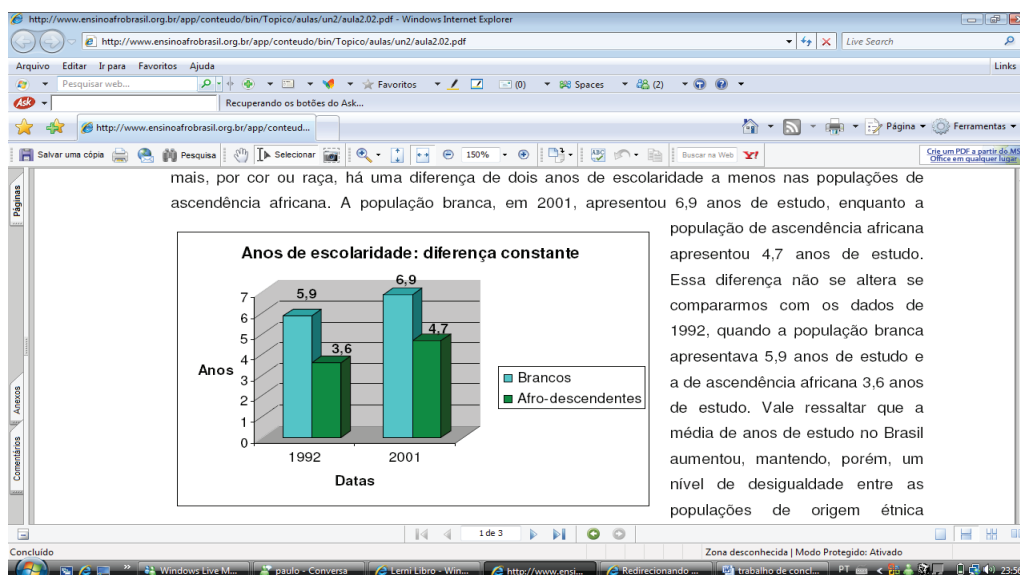
Apesar dos avanços nas últimas décadas na área da educação, com declínio do analfabetismo e aumento da escolarização e da escolaridade média, há muito que se fazer para alcançar níveis de qualidade, eficiência e rendimento do ensino, compatíveis com as necessidades atuais e futuras de empregabilidade e de exercício da cidadania para a população jovem.

As diferenças são expressivas também no trabalho, onde 6% de brancos com 10 anos de idade ou mais aparecem nas estatísticas da categoria de trabalhador doméstico, enquanto os pardos chegam a 8,4% e os pretos a 14,6%. Por outro lado, na categoria empregadores encontram-se 5,7% dos brancos, 2,1% dos pardos e apenas 1,1% dos pretos.

A distribuição das famílias por classes de rendimento médio mensal familiar per capita indica que, em 1999, 20% das famílias cujo chefe é de cor ou raça branca tinham rendimento de até 1 salário mínimo contra 28,6% das famílias pretas e 27,7% das pardas.

Ainda em 1999, a população branca que trabalhava tinha rendimento médio de cinco salários mínimos. Pretos e pardos alcançavam menos que a metade disso: dois salários. Essas informações confirmam a existência e a manutenção de uma significativa desigualdade de renda entre brancos, pretos e pardos na sociedade brasileira. (Fonte: Síntese de Indicadores Sociais – 2000, Editada pelo IBGE).(FINAL—BORDA)

Em relação à média de anos de estudo e instrução formal das pessoas de vinte e cinco anos ou mais, por cor ou raça, há uma diferença de dois anos de escolaridade a menos nas populações de ascendência africana. (Ver Gráfico)

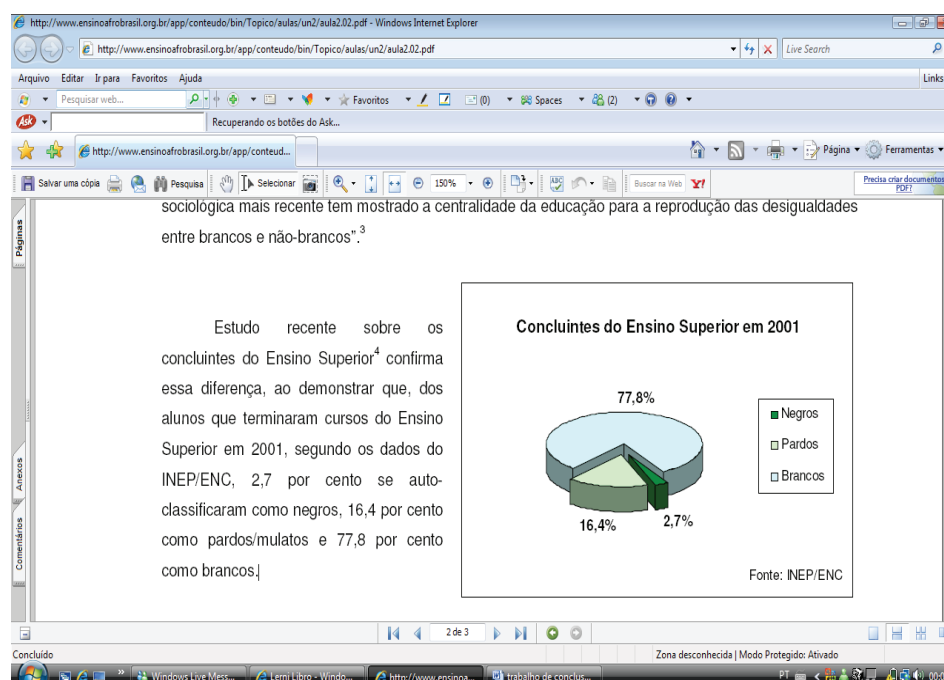


(Fonte: Instituto de Pesquisas Aplicadas, 2001)

A população branca, em 2001, apresentou 6,9 anos de estudo, enquanto a população de ascendência africana apresentou 4,7 anos de estudo.

Essa diferença não se altera se compararmos com os dados de 1992, quando a população branca apresentava 5,9 anos de estudo e a de ascendência africana 3,6 anos de estudo. Vale ressaltar que a média de anos de estudo no Brasil aumentou, mantendo, porém, um nível de desigualdade entre as populações de origem étnica diferente, e que essa diferença permanece, mesmo que isolemos os dados de condição econômica e renda familiar. Em outras palavras, a população pobre branca tem anos a mais de estudos que a população pobre negra.

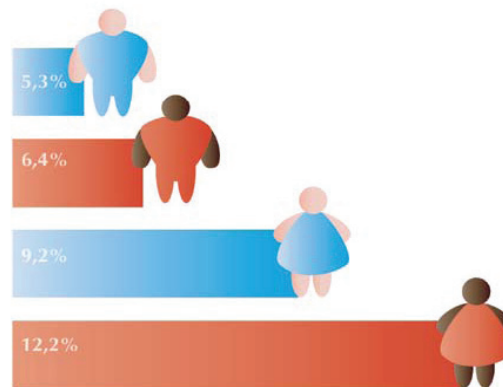
Estudo recente sobre os concluintes do Ensino Superior confirma essa diferença, ao demonstrar que, dos alunos que terminaram cursos do Ensino Superior em 2001, segundo os dados do INEP/ENC (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), 2,7 por cento se auto-classificaram como negros, 16,4 por cento como pardos/mulatos e 77,8 por cento como brancos. (Ver Gráfico).



Observe agora os indicadores sociais mais recentes no Brasil publicado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA

Taxa de desemprego da população de 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça.

Brasil, 2007



A taxa de desocupação – que mensura a proporção de pessoas desempregadas à procura efetiva de emprego – é um indicador que também revela as desigualdades de gênero e as de raça e a forma como se interseccionam. As mulheres e os negros apresentam os maiores níveis de desemprego, sendo as mulheres negras as que se encontram em situação mais precarizada: estas apresentaram uma taxa de desemprego de 12,4% em 2007, comparada a 9,4% para as mulheres brancas, 6,7% para os homens negros e 5,5% para os homens brancos.

(Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 3ª Edição, 2008)

Disponível em : www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/081216_retrato_3_edicao.pdf

Proporção de trabalhadoras domésticas com carteira de trabalho assinada, segundo cor/raça. Brasil, 1996 e 2007



Pela análise destes dados, percebe-se um relativo aumento na porcentagem ao longo da década: em 1996 verificava-se 18,7% para as negras e 23,6% para as brancas; já em 2007 os números passaram a 25,2% e 30,5%, respectivamente. Mesmo com o aumento positivo observado em ambos os universos, a disparidade entre eles permanece, o que reforça o aspecto da discriminação racial.

(Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 3ª Edição, 2008)

Disponível em : http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/081216_retrato_3_edicao.pdf

A partir dos dados acima podemos perceber com mais clareza que o racismo é um fenômeno presente no bojo da sociedade brasileira, onde revelam o negro em desvantagem salarial com relação ao branco o que nos leva a afirmar que as desigualdades passam indubitavelmente pela questão racial, porém para que se alcance uma nova dinâmica na relação entre brancos e negros se faz necessário que haja a superação desse sentimento no meio do social, pois só mediante essa transformação é que seremos capazes de construir relações mais justas e igualitárias e para isso o Estado deve agir através de instrumentos políticos e ações afirmativas que atuem de forma direta contra o modelo de organização sociais vigente, patrocinador de ideologias que constroem dominantes e dominados no seio de uma mesma sociedade.

A superação do modelo de relação racista que se construiu na sociedade brasileira durante séculos passa pela superação definitiva do mito da democracia racial, ideia esta defendida pelo sociólogo e antropólogo Gilberto Freyre em sua obra *Casa Grande e Senzala* que sustenta a tese de que no Brasil não se vivencia o problema do preconceito racial tendo como base a comparação feita com a situação racial vivida nos Estados Unidos da América onde as formas de relação social se dão através da segregação (FREYRE, 2000), baseado nisso o Brasil seria supostamente caracterizado pela harmonia e tolerância racial e a ausência de preconceito e discriminação racial. Essa ideologia que norteou a mentalidade da nação brasileira impede que os negros se identifiquem enquanto negros e nega a existência de conflitos entre brancos e negros, sendo assim o conflito racial existente no Brasil se torna camuflado impedido que haja uma medida concreta na luta pela superação do mesmo.

Pudemos perceber ao longo dessa discussão que o racismo contra negros e mestiços é derivado do processo de colonização que foi estabelecido no Brasil, essa herança colonial de opressão, preconceito e discriminação, apesar das inúmeras tentativas de escondê-la, ainda é muito praticada contra os negros e mulatos na atualidade. Isso explica o motivo pelo qual a taxa de analfabetismo no Brasil é maior entre os negros do que entre os brancos, os negros têm menos acesso às instituições de ensino superior, apesar da implantação do sistema de cotas que tenta amenizar essas diferenças, e ainda as famílias comandadas por negros recebem como salário menos da metade do que ganha uma família comandada por brancos. Dessa forma o racismo pode atingir graus de maior ou menor intensidade, pode ir desde um pensamento ou uma expressão preconceituosa até agressões verbais e físicas, o fato é que o racismo existe apesar do mito de vivermos em um paraíso racial, este racismo ainda está impregnado na mentalidade de uma sociedade que se esforça para ignorar esta realidade.

Assim ao analisarmos a condição do negro no pós-abolição e as formas de preconceito racial que estes sofreram e ainda sofrem, seja na escola, no mercado de trabalho e no meio social de uma forma geral, é notória a necessidade de uma intervenção política que atue no sentido de minorar essas diferenças sociais geradas pelo preconceito racial. É neste contexto que figuram no cenário nacional as políticas de públicas de ação afirmativa no intuito de reparar danos historicamente causados aos negros na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMMAN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro: frente para o Estado em busca do parlamento**. São Paulo: Cortez, 1991.
- ANDRADE, Elaine Nunes de. Do movimento negro juvenil a uma proposta multicultural de ensino: reflexões. **Educação e os Afro-brasileiros: trajetórias, identidades e alternativas**. Coleção Novos Toques – Programa A cor da Bahia. Envelope & Cia. Salvador, 1997
- ARAÚJO, Araújo. **Revista Espaço Acadêmico: O Negro na Universidade: O direito à Inclusão – Nº 40 de 2004 – Mensal ISSN 1519.6186. Ano IV**.
- CASHMORE, Ellis. **Dicionário das Relações Étnicas Raciais**, Ed. Selo Negro, São Paulo. 1996
- CUNHA JUNIOR, H. Educação popular afro-brasileira. In: LIMA, I; ROMÃO, J. ; org. **Série Pensamento Negro em Educação nº. 05**. SC: Editora Núcleo de Estudos Negros (NEN), 1997.
- CUNHA JÚNIOR, Henrique. **Textos para o movimento negro**. São Paulo: EDICON, 1992.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala; Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida**. 41ª Ed., Rio de Janeiro: Record, 2000, 79 – 155.
- GOMES, Nilma Lino. **Cultura negra e educação** Rev. Bras. Educ. nº.23 Rio de Janeiro May/Aug. 2003
- Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio Janeiro –UFRJ / **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil, 2007-2008**. LAESER
- LISBOA, Mário Theodoro. **Exclusão ou inclusão precária? O negro na sociedade brasileira** Tese de Doutorado, Sorbonne, França.
- ROCHA, Helena do S. C; Texeira, Manoel Alexandre Pereira e FERREIRA, Angela Cecília da Rocha. **A Lei nº 10.639: um estudo de caso no CEFET-PA**, 2007. Mimeo.
- RODRIGUES, José Carlos. **O tabu do corpo**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.
- VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Ser negro no Brasil hoje**. 11 Ed., São Paulo: Moderna, Coleção Polêmica, 2002.

5

O NEGRO NA HISTÓRIA DO BRASIL

VIVIAN JACQUELINE LIMA VIANA



INTRODUÇÃO

O negro foi e sempre será parte importantíssima da história do Brasil, isto porque sem a contribuição deste povo, nosso país sem dúvida seria mais pobre tanto no aspecto econômico, como cultural.

Desde a diáspora africana, passando pela condição de mera mercadoria e submetido ao trabalho compulsório, até a tão sonhada abolição da escravidão, o negro foi sujeito ativo de sua história, demonstrando isto através de sua luta pela liberdade, por suas manifestações religiosas e culturais e ainda, por sua significativa participação da sociedade brasileira.

Diante de tamanha relevância se faz necessário conhecer um pouco mais dessa história que durante séculos esteve de fora dos currículos escolares e das discussões acadêmicas.



APRESENTAÇÃO

Esta breve discussão tem como objetivo estudar o negro na história do Brasil, a partir da análise historiográfica de sua chegada às terras brasileiras com o tráfico negreiro até a abolição da escravidão. Discutiremos ainda as contribuições da cultura africana que foram incorporadas a cultura brasileira e que hoje fazem parte de nossa identidade nacional.





DO TRÁFICO NEGREIRO A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

Para entendermos o papel do negro na história do Brasil é necessário buscarmos em nosso passado como estes chegaram até aqui. Achar a resposta para perguntas como: De onde os negros vieram? De que forma eles foram trazidos? Qual o motivo da introdução dos negros nas terras brasileiras? É encontrar o começo do caminho que nos ajudará a compreender nossas origens.

Os negros vindos de diversas partes da África e pertencentes às mais variadas etnias, chegam aqui trazidos por portugueses através de uma atividade conhecida como tráfico negreiro. Mas o que foi o tráfico negreiro?



View of the Deck of the Slave Ship Alabazoz.
Lieutenant Francis Meynell, 1846

Figura 1 - Disponível em: http://farm1.static.flickr.com/107/265656027_fc4b90d674.jpg

Tráfico negreiro foi o nome dado ao transporte de negros africanos em grandes navios, trazidos de forma compulsória, principalmente para os continentes Americano e Europeu para trabalharem como escravos. No Brasil o trabalho escravo dos negros foi usado em diversas atividades e principalmente nas lavouras de cana-de-açúcar do nordeste brasileiro no período colonial.

O tráfico negreiro é considerado por sua amplitude e duração, como uma das maiores tragédias da história da humanidade. Ele durou séculos e tirou da África Subsaariana (região do continente africano abaixo da linha do deserto do Saara) milhões de homens e mulheres que foram arrancados de suas raízes e deportados para três continentes: Ásia, Europa e América.

O início do cativo se dava ao serem capturados e feitos prisioneiros geralmente em guerras tribais ou por brancos empenhados em assegurar mão de obra para as regiões colonizadas na América, posteriormente eram trocados ou vendidos nos mercados locais como escravos, coisificados como mercadorias de mero valor especulativo, desprovidos, a partir de então, de sua humanidade em favor dos interesses dos brancos. Ao serem arrancados de suas terras e de suas famílias os negros africanos enfrentavam uma viagem que durava semanas, a bordo dos navios negreiros até chegarem ao seu destino final onde seriam novamente vendidos para desempenharem as mais diversas funções dentro de uma sociedade escravocrata, que ia desde o trabalho nas minas e nas lavouras até o comercial e doméstico.

As condições da viagem eram as mais precárias possíveis, os porões dos navios eram super lotados, os negros eram acorrentados e tinham pouca mobilidade (ver figura 1); eram castigados se tentassem resistir; a comida era extremamente escassa, apenas o suficiente para que chegassem vivos ao seu destino; suas necessidades eram feitas no mesmo lugar em que estavam presos, o que tornava a viagem ainda mais insalubre. Devido às péssimas condições da viagem, muitos não resistiam e morriam durante o percurso e seus corpos eram lançados ao mar.

Os que conseguiam sobreviver a esta terrível viagem iriam embarcar em uma “aventura” nada otimista e encarar uma nova realidade: O cativo. É o que estudaremos no capítulo a seguir.

Para saber mais assista: AMISTAD

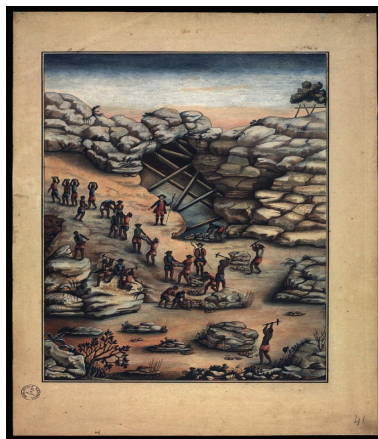
Diretor: Steven Spielberg



O REGIME ESCRAVISTA E A RESISTÊNCIA NEGRA NO BRASIL

Para efetivar a colonização das terras brasileiras o colonizador português empreende uma empreitada em busca de mão de obra, primeiro a indígena e posteriormente, e em grandes proporções, a mão de obra escrava dos negros africanos. Os escravos africanos serão a pedra fundamental da força de trabalho e das relações econômicas estabelecidas no Brasil colonial.

Na lavoura e nos engenhos de cana-de-açúcar foi utilizada em grande escala a mão de obra escrava africana. O açúcar se constituía em um dos principais produtos de exportação do Brasil colônia por possuir grande valor econômico e muita aceitação nos países europeus.



Escravos trabalhando na extração de diamante. Dois feitores, vigiam armados de chicote. Ao fundo, pedreira. (Julião, Carlos – Fundação Biblioteca Nacional)

A mineração, atividade desenvolvida em maior escala no século XVIII principalmente na região de Minas Gerais, foi outra das atividades desempenhadas por escravos africanos, a partir desta atividade foi possível para alguns escravos comprar sua liberdade junto aos seus senhores, tornando-se assim negros forros ou negros alforriados, pois conseguiam comprar sua carta de alforria. (A carta de alforria era o nome dado ao documento através do qual o proprietário de um escravo deixa de ter direitos de propriedade sobre o mesmo)



Cena doméstica. Mulher branca sentada em marquesa, fazendo trabalho de costura. À sua frente menina sentada em cadeira estudando. Negras sentadas no chão, em esteiras, também costuram. Crianças negras e moleque que traz copo de água em bandeja. (Debret, Jean Baptiste – Fundação Biblioteca Nacional)

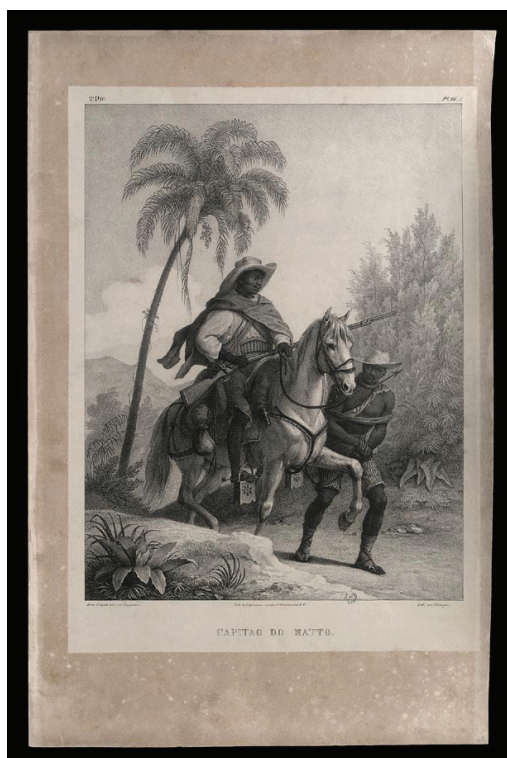
Na agricultura, muitos escravos foram utilizados também no cultivo de culturas como o café, o tabaco e o algodão. Havia também os escravos domésticos, estes trabalhavam nas casas de seus senhores, realizando serviços como lavar, cozinhar, cuidar e amamentar as crianças, costurar entre muitas outras tarefas que compreendiam os afazeres do lar.



Várias foram as formas que os escravos utilizaram para se rebelarem contra seus senhores, dentre elas podemos destacar, as fugas, a formação de quilombos, assassinatos de seus senhores e capitães-do-mato, rebeliões, revoltas organizadas, abortos e até suicídios.

Leia o que os autores Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes escrevem sobre as formas de organização negra na luta contra a escravidão:

Essas formas de organização negra revelam que os africanos escravizados no Brasil e seus descendentes eram homens e mulheres, crianças, jovens, adultos e velhos, integrantes de diferentes etnias, produtores de cultura. Por mais humilhante e opressor que tenha sido o regime da escravidão, ele não conseguiu roubar a humanidade dessas pessoas. Sendo assim, temos que deixar de ver o negro que viveu sob o regime da escravidão como “naturalmente escravo”, como alguém que nasceu para servir. O que aconteceu é que a ele foi imposto o regime da escravidão que o obrigou a viver durante séculos sob a condição de escravo. (GOMES, Lino Nilma; Munanga Kabengele. O negro no Brasil de hoje, p.40.)



Homem negro a cavalo, trazendo negro fugido com as mãos amarradas e collar de punição. (Rugendas, Johann Moritz - Fundação Biblioteca Nacional)

Os quilombos foram muito importantes na expressão de resistência negra, pois representavam muito mais que um simples “refúgio” para negros fugitivos. Os quilombos eram os lugares onde os escravos sentiam o gosto da liberdade e da dignidade, gosto esse que muitos nunca haviam sentido porque já nasceram na condição de cativos, era o lugar onde homens e mulheres conviviam em uma comunidade que não lhes impunha grilhões, castigos e senzalas. As pessoas que ali moravam eram denominadas *quilombolas* e traziam consigo o símbolo da resistência e o grito do “*não*” à escravidão.

Os quilombos existiram durante todo o período de escravidão no Brasil e em lugares e tamanhos diferentes. O mais famoso quilombo conhecido foi o Quilombo dos Palmares por sua grandiosidade espacial e organização.

Palmares foi fundado na serra da barriga nos limites entre Alagoas e Pernambuco e tinha como um de seus principais líderes um homem chamado *Zumbi*. Veja o que os autores Gomes & Munanga (2006) nos falam sobre a história do Quilombo dos Palmares:

No início foram poucas pessoas, mas o número foi crescendo até tornarem-se uma comunidade de 30 mil aquilombados, entre homens, mulheres e crianças. Os negros de Palmares estabeleceram o primeiro Estado africano pela forma como foi pensado e organizado, tanto do ponto de vista político quanto militar, sócio cultural e econômico.

A forma de organização que os autores se referem no texto acima faz referência aos meios que foram desenvolvidos no quilombo para garantir a sobrevivência dos aquilombados. Em Palmares havia uma agricultura diversificada, além da caça e da pesca. Havia também oficinas que produziam utensílios de metal, cerâmica e madeira. A terra era de propriedade coletiva, todos podiam fazer suas plantações e viver dela.

Nem tudo em Palmares foi paz, a existência desse quilombo desafia os poderes governamentais de uma sociedade escravista. Durante toda a sua existência na luta contra a escravidão, Palmares enfrentou tempos de guerra e de paz.

Você sabia...

Que o dia 20 de novembro (considerado o dia da morte de Zumbi) foi escolhido como o dia nacional da consciência negra e deve ser incluído no calendário escolar por determinação da Lei 10.639 de 09 de Janeiro de 2003.

CURIOSIDADES SOBRE A ESCRAVIDÃO NEGRA NO BRASIL

- Crianças brancas e negras andavam nuas e brincavam até os 5 ou 6 anos de idade. Tinham os mesmos jogos, baseados nos mesmos personagens fantásticos do folclore africano. Mas aos 7 anos, a criança negra enfrentava sua condição e precisava começar a trabalhar;
- Não havia escola para escravos e forros, mas algumas poucas vezes aqueles que trabalhavam na casa-grande, bilíngues na prática, ia à sala de aula;
- A cozinha era muito valorizada na casa-grande. Conquistou o gosto dos europeus e brasileiros para os pratos de origem africana como vatapá e caruru, comuns na mesa patriarcal do Nordeste. A cozinha ficava num anexo da casa, separada dos cômodos principais por depósitos ou áreas internas;
- A senzala, um único espaço se destinava ao lazer e sono de todos os escravos;
- Normalmente, divisões internas da senzala separavam homens e mulheres. Mas, algumas vezes, era permitido aos poucos casais aceitos pelo senhor morarem em barracos separados, de pau-a-pique, cobertos com folhas de bananeira;
- Quando a noite caía, o som dos batuques e dos passos de dança dominava a senzala. As festas e outras manifestações culturais eram admitidas, pois a maioria dos senhores acreditava que isso diminuía as chances de revolta;

Disponível em: <http://maniadehistoria.wordpress.com/2009/05/08/curiosidades-sobre-a-escravidao-negra-no-brasil/>



A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

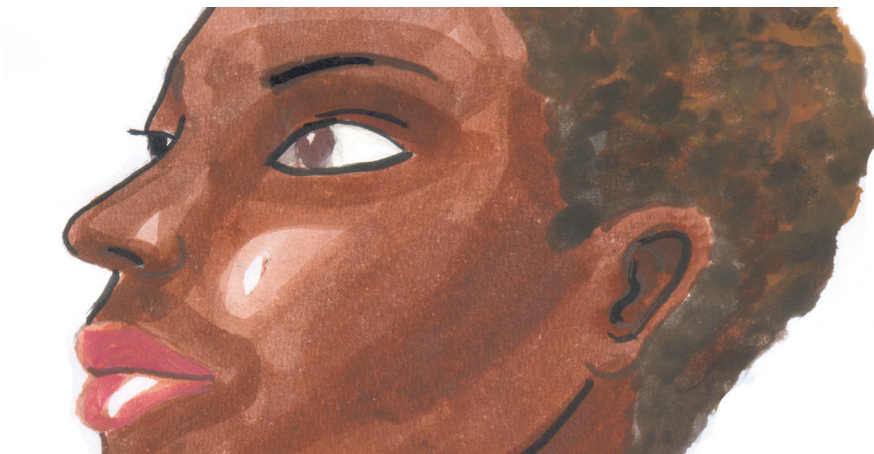
A abolição da escravidão no Brasil vai se dar no dia 13 de maio de 1888 com a promulgação da Lei Áurea assinada pela Princesa Isabel. No entanto o processo escravocrata brasileiro já vinha sofrendo desgastes políticos e econômicos dentro e fora do país. As várias formas de resistência negra à escravidão, os movimentos abolicionistas e a pressão política exercida por países como a Inglaterra, contestavam o regime trabalhista brasileiro.

A Inglaterra, interessada em ampliar seu mercado consumidor mundial, pressionava o Brasil a abolir a escravidão, haja vista que grande parte da população brasileira era constituída de escravos os quais não possuíam recursos para consumir. Era necessário um regime trabalhista assalariado que preenchesse os requisitos na nova ordem mundial que se estabelecia.

Uma série de medidas foi sendo tomada até que se chegasse à Lei Áurea, como a Lei Eusébio de Queiróz aprovada em 04 de setembro de 1850 que proibiu o tráfico negreiro. Em 28 de setembro de 1871 foi promulgada a Lei do Ventre Livre que considerava livre todos os filhos de escravos nascidos a partir daquela data. Em 28 de setembro de 1885 é sancionada a lei do sexagenário que garantia a todos os escravos a partir dos 60 anos de idade a liberdade. Todas essas medidas visavam a substituição gradual da mão de obra escrava na sociedade brasileira até culminar com a extinção definitiva da escravidão em 1888.



Imagem da carta original da Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel. Acervo: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Disponível em: <http://200anos.fazenda.gov.br/linha-do-tempo/1800-1899/1888-lei-aurea>).



CONTRIBUIÇÕES DOS AFRICANOS PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA

Muitas foram as contribuições que os africanos trouxeram para o Brasil, seja no plano econômico, cultural e demográfico. É importante lembrar que os africanos que para cá vieram trouxeram consigo suas vivências africanas, construindo no Brasil um pouco de sua africanidade.

No plano econômico, como já dissemos anteriormente, os africanos contribuíram com sua força de trabalho, seja nas lavouras de cana-de-açúcar, de café, na mineração, na agricultura ou nos afazeres domésticos, o que foi sem dúvida um dos motores para a construção de nossa nação.

No que diz respeito à demografia, a sociedade brasileira não chegaria hoje a uma nação tão grandiosa, com relação ao número de pessoas, se não fosse a miscigenação que envolveu brancos, negros e índios.

As contribuições culturais de herança africana são tantas e tão impregnadas naquilo que chamamos de “nossa cultura” que nem as percebemos e muitas vezes não lhes damos o devido valor e reconhecimento. Seja na dança, na religiosidade, nos ritmos, na culinária, na estética, no dialeto ou na arte, todos estes aspectos de nossa cultura estão impregnado da herança africana.

EXEMPLOS DAS CONTRIBUIÇÕES AFRICANAS

NA RELIGIOSIDADE:

Religiões populares como o Candomblé, Umbanda e a Macumba;



NOS RÍTMOS, MÚSICA E DANÇA:

Os africanos introduziram ritmos como os congados, coco, jongo, maculelê, bumba-meu-boi, a capoeira e o samba.



NOS INSTRUMENTOS MUSICAIS:

Berimbau, cuíca e tambor.



NA LINGUAGEM:

Muitas são as palavras africanas incorporadas ao nosso dialeto como: acarajé, angu, bagunça, bobó, bunda, caçamba, caçula, cafundó, cafuné, camundongo, canjica, capanga, caruru, fubá, moqueca, sacana, sunga, tanga, vatapá, etc.



Fotografia de um maracá e um reco-reco rústico, que eram utilizados pelos negros em cultos afros. (Fundação Biblioteca Nacional)



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOMES, Nilma Lino; MUNANGA, Kabengele. O negro no Brasil de hoje. Ed. Global, São Paulo, 2006.

LINHARES, Maria Yedda. Historia geral do Brasil. Ed. Campus. Rio de Janeiro, 2000.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. Ser negro no Brasil hoje. Ed. Moderna, Coleção Polêmica, São Paulo, 1987.

